

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**  
**Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas**  
**Programa de Pós-Graduação em Psicologia**

**ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL: expressões de vivências profissionais**

Belo Horizonte

2023

Claúdia Ramos de Almeida

**ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL: expressões de vivências profissionais**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, na Área de Concentração: Psicologia Social. Linha de Pesquisa: Cultura, Modernidade e Subjetividade como requisito à obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Dra. Laura Cristina Eiras Coelho Soares

Belo Horizonte

2023

## FICHA CATALOGRÁFICA

150 A447a 2023	<p>Almeida, Claudia Ramos de. Acolhimento institucional [manuscrito] : expressões de vivências profissionais / Claudia Ramos de Almeida. - 2023. 101 f. Orientadora: Laura Cristina Eiras Coelho Soares.</p> <p>Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Inclui bibliografia.</p> <p>1. Psicologia – Teses. 2. Cuidadores - Teses. 3. Educadores – Teses. 4. Capital Social – Teses. I. Soares, Laura Cristina Eiras Coelho. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.</p>
----------------------	---

Ficha catalográfica elaborada por Vilma Carvalho de Souza - Bibliotecária - CRB-6/1390



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

**ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE CLAUDIA RAMOS DE ALMEIDA**

Realizou-se, no dia 03 de outubro de 2023, às 09:00 horas, *Online*, da Universidade Federal de Minas Gerais, a defesa de dissertação, intitulada *ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL: expressões de vivências profissionais*, apresentada por CLAUDIA RAMOS DE ALMEIDA, número de registro 2021706570, graduada no curso de PSICOLOGIA, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em PSICOLOGIA, à seguinte Comissão Examinadora: Prof(a). Laura Cristina Eiras Coelho Soares - Orientadora (Universidade Federal de Minas Gerais), Prof(a). Lisandra Espindula Moreira (UFMG), Prof(a). Maria Ignez Costa Moreira (PUC Minas).

A Comissão considerou a dissertação:

Aprovada

Reprovada

Finalizados os trabalhos, a presente ata, lida e aprovada, vai assinada pelos membros da Comissão.

	Documento assinado eletronicamente por <b>Lisandra Espindula Moreira, Professora do Magistério Superior</b> , em 03/10/2023, às 12:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do <a href="#">Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020</a> .
--	--

	Documento assinado eletronicamente por <b>Maria Ignez Costa Moreira, Usuário Externo</b> , em 04/10/2023, às 06:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do <a href="#">Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020</a> .
--	---



Documento assinado eletronicamente por **Laura Cristina Eiras Coelho Soares, Professora do Magistério Superior**, em 05/10/2023, às 11:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufmg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2618715** e o código CRC **6A4D64EB**.

**Referência:** Processo nº 23072.255688/2023-10 SEI nº 2618715

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à minha orientadora Prof<sup>ª</sup>.Dra. Laura Cristina Eiras C. Soares pelos ensinamentos, por ter sido um exemplo como docente, por ser esta profissional apaixonada pelo que faz; agradeço pela compreensão e sabedoria que me ajudaram a ter calma e confiança diante dos obstáculos.

Agradeço ao Apoio Financeiro da COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES), que possibilitou a realização desta pesquisa com mais tranquilidade.

Agradeço às professoras Maria Ignez Costa Moreira e Lisandra Espíndula Moreira pelo retorno atencioso na banca de qualificação!

Agradeço às professoras Lisandra Espíndula Moreira e Jaileila Menezes pela disciplina "Políticas de escrita", que incentivou em mim uma nova perspectiva sobre a produção acadêmica.

Agradeço aos meus filhos, os quatro Cícero (s), Júnior, Daniel, Gabriel e especialmente ao Pedro, meu eterno grilo falante, por ter me aguentado, me ensinado e me incentivado com uma paciência impressionante que se fez presente nessa trajetória; tudo isso com muito amor.

Agradeço a Deus e ao Universo por ter me conduzido à este momento, e por ter me dado condições de realizar mais um sonho como profissional, trabalhando naquilo que eu amo.

## Resumo

O estudo tem como tema central o acolhimento institucional de crianças e adolescentes. O objetivo é analisar as potencialidades e os desafios referentes aos aspectos estruturais e organizacionais destes acolhimentos, além das dificuldades para executar ações que favoreçam o propósito da provisoriedade da medida de proteção na rede socioassistencial. Também buscou-se sinalizar as questões laborais que ocorrem neste ambiente ressaltando-se a necessidade de um olhar para a vivência pelos profissionais. A dissertação é constituída por dois artigos. No primeiro, foi desenvolvida autoetnografia por meio da evocação das memórias da autora como coordenadora de duas unidades de acolhimento institucional para crianças e adolescentes. Desta forma, possibilitou-se a realização de uma escrita (grafia) a partir da minha experiência profissional (auto) nos ambientes laborais e culturais pertinentes ao acolhimento institucional (etno). Essa escrita discorre sobre os desafios e as potencialidades referentes às questões estruturais e administrativas, além dos empecilhos na comunicação e da fragilização na interação com a rede socioassistencial e intersetorial. No segundo artigo foi utilizada a revisão narrativa para aprofundar o debate sobre as relações sociais entre cuidadores e acolhidos, e utilizou-se os conceitos de Laço Social e Capital Social com o propósito de demonstrar que o período no acolhimento institucional pode desenvolver e promover a autonomia dos acolhidos. Como resultados destaca-se a necessidade de investimentos das políticas públicas no serviço de acolhimento, desde as questões estruturais, organizacionais e técnicas, bem como na criação de espaços para refletir e deliberar sobre o papel do cuidador/educador como um agente transformador, para que se obtenha apoio na construção dessa educação não formal e nas relações sociais constituídas no acolhimento institucional.

**Palavras-chave:** Acolhimento institucional; Cuidador; Educador social; Laço social; Capital social.

## **Abstract**

The study's central theme is the institutional care of children and adolescents. The objective was to analyze the potentialities and challenges relating to structural and organizational aspects in institutional residences, in addition to the difficulties in carrying out actions that favor the purpose of provisional protection measures in the social assistance network. We also sought to highlight the labor issues that occur in this environment, showing the need to look at the experience of social professionals. The dissertation consists of two articles. In the first, an autoethnography was developed from the author's memories as coordinator of two institutional residences for children and adolescents. In this way, it was possible to write a piece of writing (graphy) based on my professional experience (self) in the work and cultural environments relevant to institutional reception (ethno). This writing discusses the challenges and potentialities of these care organizations, in addition to the obstacles in communication and the weakening of interaction with the social assistance and intersectoral network. In the second article, a narrative review was used to deepen the debate on social relationships between caregivers and the children and adolescents of these social residences, with the concepts of Social Bond and Social Capital being used to demonstrate that the period in an institutional residence can develop and promote autonomy. In the results, the need for public policy investments in the reception service stands out, from structural, organizational and technical issues, as well as in the creation of spaces to reflect and deliberate on the role of the caregiver/educator as a transformative agent. This will obtain support in the construction of a non-formal education and in the social relationships established in institutional care.

**Keywords:** Institutional residences; Caregiver; Social educator; Social bond; Social capital.

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO GERAL.....	9
2. METODOLOGIA GERAL.....	14
3. ARTIGO 1 - UM OLHAR PARA OS PROFISSIONAIS DO CUIDADO NO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL EXPERIÊNCIAS DE UMA GESTORA.....	18
3.1 Introdução.....	19
3.2 Metodologia.....	22
3.3 Análise dos resultados.....	25
3.3.1 Categoria 1: Desafios no acolhimento institucional: questões estruturais, organizacionais cotidianas afetam o trabalho nos acolhimentos.....	26
3.3.2 Categoria 2: Angústias dos profissionais: necessidade de construir um trabalho com os profissionais e não para os profissionais.....	31
3.3.3 Categoria 3. A necessidade de uma postura acolhedora com os profissionais do serviço de acolhimento.....	35
3.3.4 Categoria 4. Provisoriedade: fatores que influenciam no processo acolhimento e desacolhimento.....	39
3.4 Considerações finais.....	47
3.5 Referências bibliográficas - Artigo 1.....	49
4. ARTIGO 2 - AS RELAÇÕES SOCIAIS NO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PELA PERSPECTIVA CONCEITUAL DO CAPITAL SOCIAL E LAÇOS SOCIAIS.....	54
4.1 Introdução.....	55
4.2 Metodologia.....	56
4.3 Acolhimento institucional para criança e adolescente é também um espaço de cuidado e educação.....	57
4.3.1 O papel da cuidadora/ educadora nas políticas públicas do serviço de acolhimento institucional.....	62
4.3.1.1 Cuidadora/ educadora é família?.....	69
4.3.1.2 A cuidadora/educadora como construtora do laço social.....	73
4.3.2 Análise das relações sociais no processo institucional sob a perspectiva do Capital Social.....	78
4.4 Considerações finais.....	84
4.5 Referências Bibliográficas - Artigo 2.....	85
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS GERAIS.....	91
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS GERAIS.....	94

## 1. INTRODUÇÃO GERAL

Minha trajetória acadêmica como psicóloga e pesquisadora até o momento teve uma inclinação intensa à psicologia social, e ocasionalmente, flerta com a psicologia jurídica. Quando iniciei a graduação no curso de Psicologia, em 2010, logo nos primeiros períodos me interessei pelas pesquisas. Aproveitei ao máximo as oportunidades ofertadas pela universidade e outras instituições. Além disso, busquei estágios em instituições públicas na área social, participei de Projetos de Iniciação Científica (PIC), extensões universitárias, cursos, seminários e congressos direcionados às áreas das políticas públicas, direitos humanos e psicologia social. Após minha formação em 2015, passei no concurso público e em 2016 para área de assistência social no Nordeste, uma oportunidade que viabilizou a consolidação das teorias aprendidas com a prática. Esta dissertação é o fruto desta caminhada.

Além disso, o interesse pela área social tem a ver com a minha vivência pessoal, pois sou questionadora, contestadora e a seara social desperta um olhar mais atento às questões societárias. Este é outro motivo pelo qual esta área me encanta: eu questiono. Existe um desafio maior do que querer fazer a diferença ou romper com as desigualdades sociais? Silvia Lane<sup>1</sup>, uma das grandes autoras da Psicologia Social, dizia que esta área produz conhecimentos que podem contribuir para a transformação e combate às desigualdades sociais, e o psicólogo social torna-se este agente transformador. Tal abordagem tem o potencial de formar profissionais que criarão condições para estas mudanças em prol de uma sociedade para todos. Por isso, eu fiz esta escolha para criar tais condições.

Com a intenção de contribuir, transformar e instigar reflexões acerca das questões sociais, realizei meus estudos. Portanto, este trabalho está organizado no formato de dois artigos, cujo tema é o acolhimento institucional para crianças e adolescentes. O objetivo geral da presente dissertação consiste em compreender como ocorre os processos de (des) institucionalização e da construção das relações sociais em uma instituição de acolhimento. Para alcançar tal objetivo o estudo analisou as questões estruturais dos acolhimentos e seus principais desafios e êxitos para a promoção e garantia dos direitos da criança e do adolescente que foram descritos na primeira escrita utilizando como metodologia a autoetnografia. Após esta análise a pesquisa investigou como os conceitos capital social, laço social e individualização contribuem para reflexão sobre o desenvolvimento integral e a

---

<sup>1</sup>Ver em: Lane, S. T. M. (1984). A psicologia social e uma nova concepção do homem para a psicologia. Em Lane, S. T. M. e Codo, W. (Orgs.) *Psicologia Social: o homem em movimento* (pp. 10-19). São Paulo, SP, Editora Brasiliense.

autonomia dos (as) acolhidos(as). Como desdobramento, esta investigação tem como finalidade contribuir para as estratégias de aprimoramento dos serviços executados pela rede socioassistencial em prol das crianças e adolescentes em situação de acolhimento.

Sendo assim, na primeira escrita usei minha experiência como coordenadora em uma cidade da região nordeste do Brasil em unidade de acolhimento institucional responsável pela execução do serviço de medida protetiva para crianças e adolescentes. E o segundo artigo foi direcionado para análise das relações sociais e afetivas entre as cuidadoras/ educadoras<sup>2</sup> e as crianças e adolescentes em situação de acolhimento. Nesse viés foi utilizado os conceitos de Laço Social e de Capital Social. Desta forma, o artigo buscou instigar a reflexão sobre como o acolhimento institucional pode utilizar recursos para promover o desenvolvimento das crianças e dos adolescentes.

Durante três anos (2018-2021) vivenciei as facetas de um processo institucional como coordenadora e guardiã<sup>3</sup> destas crianças e adolescentes, e observei o dia a dia dos profissionais de diferentes categorias. Naquela ocasião enfrentamos diversos desafios devido às condições das políticas públicas locais em tempos de precarização da assistência social. Além do mais, na minha gestão vivenciei a pandemia provocada pelo Covid-19 no Brasil no primeiro semestre de 2020. Esse episódio histórico gerou medo, pânico, dor, perdas e ansiedades. Naquele momento a aproximação entre a coordenação e os trabalhadores do acolhimento institucional possibilitou que fossem criadas oportunidades para atravessarmos dias tão delicados.

As unidades de acolhimento institucional para criança e adolescentes são instituições que executam a medida a protetiva<sup>4</sup>, preconizada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e legitimada por outros parâmetros legais<sup>5</sup>. Desta forma, as normativas que elucidam a

---

<sup>2</sup> No decorrer dos dois artigos a profissão - Cuidador /educador - será referenciada no gênero feminino porque a maioria dos profissionais que atuam no serviço de medida de proteção à criança e ao adolescente nesta função são mulheres.

<sup>3</sup> Ao se tornar Técnica de Referência (coordenadora) de uma instituição para crianças e adolescente, a prefeitura local realiza os seguintes procedimentos: nomeação e publicação o cargo e formaliza a designação de guardiã dos (as) acolhidos (as) através de um documento (portaria) e posteriormente publica no Diário Oficial Municipal (DOM).

<sup>4</sup> Art. 101 da Lei 8.069 de 13 de julho de 1990. § 1º O acolhimento institucional e o acolhimento familiar são medidas provisórias e excepcionais, utilizáveis como forma de transição para reintegração familiar ou, não sendo esta possível, para colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade.

<sup>5</sup> Alguns parâmetros legais: Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente [CONANDA] e Conselho Nacional de Assistência Social [CNAS], 2006; CONANDA e CNAS, 2009; Estatuto da Criança e do Adolescente [ECA], 1990; Lei de Adoção (Lei no 12.010, 2009); Lei Orgânica da Assistência Social, 1993; MDS, 2004; Organização das Nações Unidas [ONU], 1989); Conselho Municipal da Criança e do Adolescente [CMDCA], Centro de Referência da Assistência Social [CRAS], Centro de Referência Especializado da Assistência Social [CREAS], Conselhos Tutelares, equipes interdisciplinares dos Fóruns). <sup>3</sup> Brasil, Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. (2009). Resolução N° 109, de 11 de novembro de 2009. <Resolucao\_109.2009.pdf (rj.def.br)>

execução do serviço de acolhimento institucional estabelecem que os serviços devem oferecer as condições necessárias aos trabalhadores e para crianças em situação de acolhimento, juntamente com seus familiares e responsáveis (Brasil, 2009<sup>3</sup>).

A autoetnografia foi a estratégia metodológica usada para falar desta vivência no artigo 1. Embora o foco das minhas memórias sejam dos três últimos anos (2018-2021) como servidora pública e coordenadora em uma cidade do Nordeste, considero necessário mencionar como ocorreu minha atuação inicial como psicóloga. Assim que cheguei na assistência social fiz parte da equipe técnica (2016-2018), atuei nos três níveis de complexidade do Sistema Único da Assistência Social (SUAS). Primeiro trabalhei na Proteção Social Especial na Alta Complexidade na Unidade de Acolhimento Institucional para Adolescentes de 12 a 18 anos incompletos, depois fui para a Média complexidade no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) no Serviço de Medidas Socioeducativas (MSE). Na ocasião solicitei minha transferência para voltar a trabalhar no Acolhimento Institucional e naquele momento fui convidada a coordenar a Unidade de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes de 6 a 12 anos, na qual fiquei até início de 2021. Então, pedi exoneração do cargo de coordenadora e solicitei minha transferência para Proteção Social Básica para trabalhar na função de psicóloga no Centro de Referência da Assistência Social - (CRAS) no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), local que permaneci até o final de 2021, quando solicitei desligamento e retornei para Belo Horizonte/MG.

Minha passagem pelos três níveis de complexidade do SUAS contribuíram para embasar meu conhecimento sobre realidade dos serviços ofertados pelas políticas públicas daquela localidade. Além disso, minha trajetória pelos serviços do PAIF e do MSE permitiram que eu tivesse uma rede de contatos profissionais, fato que facilitou a comunicação nos momentos de realizar a contrarreferência de um serviço para o outro, de sanar dúvidas e de obter orientação quando necessário.

Logo, o estudo da primeira escrita almeja instigar reflexões críticas por meio das evocações da memória sobre os desafios e as experiências exitosas vivenciadas. Tais vivências foram organizadas em categorias de pesquisa explicadas a seguir. Na primeira categoria, denominada “Desafios no acolhimento institucional: questões estruturais, organizacionais e cotidianas que afetam o trabalho”, pontuei as principais dificuldades observadas e as que foram trazidas pelos profissionais das diversas categorias que trabalham direta e indiretamente para âmbito do acolhimento institucional no período da minha gestão.

Ademais, o cargo de gestora possibilitou ter uma visão mais ampla das demandas existentes e suas realidades.

A segunda categoria “Angústias dos profissionais: a necessidade de construir um trabalho *com* os profissionais e não *para* os profissionais” demonstra o quão é preciso construir estratégias e métodos de trabalho de acordo com as peculiaridades de cada instituição, pois às vezes o contexto geral de instituição não é igual ao outro. Nesta categoria foi dada ênfase às cuidadoras/educadoras, foram avaliadas quais os sentidos e subjetividades atribuídos à relação de convivência com os acolhidos, e como estas relações podem produzir sentimentos ambíguos como satisfação pessoal/profissional e/ou desgaste emocional e físico.

A terceira categoria aborda questões acerca da “Influência do ambiente de trabalho nos profissionais”. A ideia surgiu durante minha experiência, quando observei que tanto o ambiente laboral quanto a forma de gerir acolhedora aumentam a produtividade e a satisfação dos funcionários que atuam na instituição. A constatação da imprescindibilidade de um olhar para um ambiente de trabalho menos adoecedor, por meio de um gerir mais acolhedor, surgiu durante as interações com as coordenadoras de outras unidades de acolhimento institucional, que atendiam faixas etárias distintas. Estes encontros se configuraram como reuniões, visitas institucionais e estudos de casos. Neste ínterim pude averiguar e captar maneiras distintas de como administramos as unidades, e ainda perceber estratégias que poderiam ou não contribuir para melhorar o ambiente profissional.

Por último, a quarta categoria “Provisoriedade: fatores que influenciam no processo de acolhimento e desacolhimento” abordou debates acerca das fragilidades em relação a comunicação e eficiência observadas na rede socioassistencial e na intersetorialidade. Também considerou como estas questões têm se configurado como um empecilho para promoção da convivência familiar, e conseqüentemente para reintegração familiar, e para a própria gestão do serviço de acolhimento, devido às deficiências na execução do serviço de proteção. Santana et al. (2008) argumentam que a provisoriedade da medida de proteção deve ser levada em alta consideração priorizando a convivência familiar e comunitária e visando cumprir seu propósito que é a transitoriedade.

O segundo artigo analisou como se constituem as relações sociais no acolhimento institucional, isto é, de que forma são desenvolvidos os vínculos sociais e afetivos entre os profissionais do cuidado, destacando a categoria das cuidadoras/educadoras e como estas relações podem ser utilizadas para construção e para reflexão de estratégias, visando o desenvolvimento integral e a promoção da autonomia das crianças e adolescentes em situação de acolhimento. O estudo integrou o conceito de laço social de Singly (2006) para demonstrar

a relevância de se compreender os processos de individualização quando se trabalha com a coexistência de aspectos ligados à singularidade e à coletividade. A pesquisa buscou demonstrar que os conhecimentos sobre a individualização podem fomentar o desenvolvimento de uma relação social pautada pelo respeito e pela confiança. Do mesmo modo, é possível conceber que tal relação possui potencialidade para produção do capital social pelo viés do processo educativo realizado em uma instituição pública, como pode ocorrer no acolhimento institucional.

De acordo com Araújo (2010, p. 9): “o capital social expressa, basicamente, a capacidade de uma sociedade de estabelecer laços de confiança interpessoal e redes de cooperação com vistas à produção de bens coletivos”. O arcabouço teórico para sustentar o termo - capital social - foi elaborado a partir das obras de Bourdieu (1998; 2007), Putnam (2006; 2003), Araújo (2010), Coleman (1990) e Fukuyama (1996). Neste debate, Bourdieu (1998) esclarece que a utilização dos recursos sociais no ambiente coletivo pode fazer com que os indivíduos se sintam pertencentes a determinados grupos, já que a manutenção de uma rede de relações decorre de estratégias do investimento social. Essa abordagem inspirou a pesquisa a analisar como os profissionais do acolhimento podem desenvolver recursos sociais que integrem os (as) acolhidos (as), assim como influenciá-los a buscarem por um capital social que os incorpore em diversos campos da sociedade. A ideia foi investigar como transformar uma forma de agrupamento peculiar ao acolhimento institucional em uma rede de pertencimento.

A metodologia utilizada para o segundo artigo foi a revisão narrativa. De acordo com Rother (2007), este método constitui-se de: “Introdução, Desenvolvimento (texto dividido em seções definidas pelo autor com títulos e subtítulos de acordo com as abordagens do assunto), Comentários e Referências” (2007, p.1). O material deste tipo de pesquisa adveio de pesquisas bibliográficas; livros e artigos científicos. Os conceitos centrais que guiaram a investigação foram: Acolhimento Institucional; Laço Social e Capital Social. Os tópicos centrais analisados no segundo artigo referem-se aos vínculos sociais interpessoais estabelecidos no acolhimento institucional, visando refletir sobre possíveis estratégias para o desenvolvimento das crianças e adolescentes sob medida de proteção. As categorias desenvolvidas na análise foram as seguintes: 1) Acolhimento institucional para criança e adolescente é também um espaço de cuidado e educação; 2) O papel da cuidadora/ educadora nas políticas públicas do serviço de acolhimento institucional; 3) Cuidadora/ Educadora é família? 4) A cuidadora/educadora como construtora do laço social; 5) Análise das relações sociais no processo institucional sob a perspectiva do Capital Social.

Portanto, o artigo desenvolvido no presente estudo tem como tema central o acolhimento institucional. Na condução das leituras do primeiro artigo, o enfoque foi na atuação como psicóloga nessas instituições, neste contexto foi possível perceber por meio de estudos recentes e outros com décadas de diferenças que as instituições de acolhimento para crianças e adolescentes ainda apresentam as mesmas demandas pontuadas nas categorias analisadas. O segundo artigo buscou aprofundar no lugar das cuidadoras/educadoras como agentes transformadores, cujo papel pode contribuir significativamente para a produção de capital social, demonstrando a necessidade de se buscar reflexões e estratégias acerca da constituição das relações sociais e afetivas no âmbito do acolhimento institucional.

## **2. METODOLOGIA GERAL**

A autoetnografia é um método que necessita da evocação da memória. Não foi difícil evocar minhas memórias porque trata-se de uma vivência ainda recente, se falarmos no sentido do tempo (2018-2021). Além disso, devo acrescentar que vivi intensamente cada dia dos meus anos como coordenadora, abraçando as causas das crianças e adolescentes acolhidos, assim como dos seus familiares e dos profissionais que trabalhavam comigo. Memórias e lembranças tendem a ser corroídas pelo tempo; penso que este processo voraz depende muito do quanto somos afetados pelos acontecimentos, sejam eles bons ou ruins. Sendo assim, meus estudos e interesses acadêmicos voltados para o universo institucional fazem com que estas memórias fiquem bem vivas ainda, por isso puderam ser pensadas por ângulos diferentes de acordo com as aquisições do meu conhecimento sobre assunto.

Sobre o processo das memórias, Candau (2012, p.16) corrobora ao afirmar que a voracidade do tempo de forma inflexível pode capturar a vida, deixando-a no passado a cada passo do futuro. O autor acrescenta que a memória aparece como uma ilusão que nos traz a possibilidade de reviver o passado por meio das lembranças. Posteriormente, ele afirma que “a memória, ao mesmo tempo em que nos modela, é também por nós modelada”; esta constatação é considerada como um processo dialético que relaciona a memória com a constituição de si. Tal imbricamento é capaz de gerar mitos, histórias de vidas, narrativas de uma trajetória de vida. Essas considerações são importantes para minha dissertação, pois o resgate da memória - a partir de narrativas - foi um gesto metodológico essencial para a minha pesquisa.

Para Bosi (1993) a noção de tempo em relação à memória é um trabalho a respeito do tempo vivido pelo indivíduo e perpassado por sua cultura. Em outras palavras, para cada

indivíduo o tempo vai transcorrer de forma distinta, e de acordo com a sociedade em que vive. Acrescenta-se também que a memória pode ser considerada uma forma organizadora, na qual os recordadores devem respeitar os caminhos ao evocar suas memórias, porque trata-se de um mapa afetivo e intelectual que diz respeito às vivências do indivíduo ou do grupo em que viveu.

O estudo de Santos (2017) é um exemplo de método autoetnográfico pois o pesquisador utilizou suas memórias como um trabalhador negro que se opôs contra a discriminação e a desigualdade no ambiente de trabalho. Para Santos (2017, p. 239) a perspectiva não foi somente biográfica, uma vez que essa voz na nossa memória advém dos nossos microssistemas e estão contidas em uma dimensão maior: “A autoetnografia vem reforçar o vigor e a reflexividade de um conhecimento que advoga o relevo dos microprocessos (individuais) para o entendimento dos processos macrossociais [...]”. Some-se a isto, que os recursos como memória, autobiografia e histórias de vida incluem a experiência do pesquisador na definição e no desenvolvimento da pesquisa, demonstrando como a autoetnografia é marcada pela “importância da narrativa pessoal e das experiências dos sujeitos e autores das pesquisas, o fato de pensar o papel político do autor em relação ao tema, a influência desse autor nas escolhas e direcionamentos investigativos e seus possíveis avanços” (SANTOS, 2017, p. 219).

A propósito, Santos e Biancalana (2017, p.86) argumentam que a “memória crítica” ocorre com a evocação da memória do passado, no presente, para referenciar questões atuais, e estas memórias críticas seriam fontes tão importantes quanto as informações de livros, revistas e outros meios. Calva (2019) acrescenta que métodos que utilizam vivências, histórias de vida e autoetnografias têm se propagado como uma intervenção metodológica de investigação entre os pesquisadores das Ciências Sociais, Ciências Humanas e Artes. Inclusive, a autoetnografia tem se tornado uma ferramenta essencial para o autoconhecimento, podendo impactar de forma ainda positiva os integrantes de grupos menos favorecidos e marginalizados, como mulheres, minorias étnicas e religiosas, pessoas com deficiência, dentre outros. Embora o intuito deste trabalho não seja dar ênfase às causas, mas sim ao acolhimento institucional por meio das minhas memórias, busquei organizá-las nas seguintes categorias de pesquisa: Desafios no acolhimento institucional: questões estruturais, organizacionais e cotidianas que afetam o trabalho; Angústias dos profissionais: necessidade de construir um trabalho com os profissionais e não para os profissionais; A necessidade de uma postura acolhedora com os profissionais do serviço de acolhimento, e Provisoriedade: fatores que influenciam no processo de acolhimento e desacolhimento .

No que diz respeito à não submissão deste trabalho ao Comitê de Ética e Pesquisa (COEP), a decisão foi fundamentada de acordo com a Resolução 510/2016. Deste modo, é conveniente observar que a Resolução CNS nº 510 de 2016, Art. 1º, parágrafo único, determina: "Não serão registradas nem avaliadas pelo sistema CEP/CONEP: VII - pesquisa que objetiva o aprofundamento teórico de situações que emergem espontânea e contingencialmente na prática profissional, desde que não revelem dados que possam identificar o sujeito (CNS, 2016, p. 9)". Raimondi, Moreira e Barros (2019) descrevem nos seus estudos sobre a resistência e as dificuldades enfrentadas por eles ao preencherem a base nacional eletrônica - Plataforma Brasil - que coordena os Comitês de Ética em Pesquisa (CEPs) quando submeteram pesquisa com uso do método autoetnográfico. Neste contexto, os pesquisadores ainda vivenciaram uma inquietação inicial, quando a pesquisa estava na fase incipiente, questionando se deveriam submeter o não ao COEP, pois suspeitavam que poderiam enfrentar dificuldades para sua aprovação.

A preocupação dos pesquisadores (Raimondi, Moreira e Barros, 2019) não estava infundada, a resposta enviada pela Plataforma Brasil/CEP sinalizou que a pesquisa não seria aprovada, a justificativa foi: "Considerando a extrema subjetividade da pesquisa, uma vez que o participante é o próprio pesquisador, o CEP/ [...] entende que os resultados obtidos podem estar enviesados, levando a entendimentos errôneos sobre o tema. (Raimondi, Moreira e Barros, 2019, p.6). Apesar de todos os argumentos éticos e teóricos que poderiam ser apontados para salientar a legitimidade deste trabalho acadêmico dentro dos rigores exigidos, e o cuidado de alicerçá-lo na ética e na ciência, ao ler Raimondi, Moreira e Barros (2019) houve um momento como pesquisadora que levantei a mesma questão deles e pensei: que tipo de ciência seria essa, que negaria ao pesquisador como participante e ao participante como pesquisador o direito de tornar-se uma voz através de suas escritas?

Sobre as questões burocráticas, Mansano e Liberatto (2020) apontam nas suas reflexões questões sobre os obstáculos que recaem sobre os pesquisadores e ponderam: "Assim, a cada nova exigência, é colocado em curso um enfrentamento no qual o corpo é acionado para superar limites ou dificuldades trazidas pelas instituições de pesquisa, pelos governantes (no caso de instituições públicas) ou pelo próprio tema de interesse" (2020, p. 440). Neste sentido, é primordial ressaltar sobre as dificuldades existentes nas instituições que trabalham com crianças e adolescentes, seja no contexto de medida de proteção ou medida socioeducação, são organizações geralmente resistentes a se colocarem como um campo de pesquisa para os pesquisadores. Sendo assim, considerando a minha vivência profissional como autora, associado ao conhecimento obtido na área da psicologia social e das políticas

públicas e ao conhecimento necessário para elaboração e compreensão ética de um estudo científico, não houve a submissão ao COEP, o que não deslegitima este estudo.

O segundo artigo utilizou a revisão narrativa. De acordo com Nazareth (2021) trata-se de uma subdivisão da revisão de literatura. Para Rother (2007) permite “(...) descrever e discutir o desenvolvimento ou o “estado da arte” de um determinado assunto, sob um ponto de vista teórico ou contextual” (p.1). Neste sentido, é possível considerar que a pergunta norteadora do segundo artigo foi: como o período de acolhimento institucional poderia contribuir para produção do capital social por meio do laço social constituído neste processo? Para demonstrar as potencialidades por meio a um viés educativo e de socialização de se investir nas relações sociais constituídas no serviço de medidas de proteção, a pesquisa trabalhou as seguintes categorias: 1) Acolhimento institucional para criança e adolescente também é um espaço de educação; 2) O papel da cuidadora/ educadora nas políticas públicas do serviço de acolhimento institucional; 3) Cuidadora/ Educadora é família?; 4) O (a) cuidadora como construtora do laço social; 5) Análise das relações sociais no processo institucional sob a perspectiva do Capital Social.

A análise do conteúdo foi o método utilizado nesta pesquisa para analisar os dados obtidos por meio de artigos e literaturas que associam o conceito do sociólogo François De Singly ao defender individualização progressista, esclarecendo de que não se trata somente um processo de emancipação e exacerbação do eu, mas um projeto coletivo que equilibra razão, igualdade, originalidade e dignidade, tornando-se um caminho para formar os laços sociais. Além disso, o estudo priorizou o estudo conceitual do referido autor, por constatar que tais teorias envolvem vínculos sociais, relações sociais, sentimento de pertença ou ruptura no meio coletivo. A noção de capital social foi trabalhada a partir dos autores: Pierre Bourdieu, Robert Putnam, James Coleman e Francis Fukuyama para elucidar que o processo coletivo possibilita a socialização, e que esta interação quando desenvolvida e alicerçada no respeito e na confiança, pode tornar-se um campo fértil para o desenvolvimento do capital social.

### **3. ARTIGO 1 - UM OLHAR PARA OS PROFISSIONAIS DO CUIDADO NO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL EXPERIÊNCIAS DE UMA GESTORA**

#### **RESUMO**

O tema acolhimento institucional foi debatido neste artigo a partir dos debates sobre aprimoramento, promoção, garantia dos direitos da criança e do adolescente, proteção integral e dificuldades no processo de (des) institucionalização. O objetivo deste artigo é analisar as dificuldades estruturais e profissionais de um acolhimento institucional. A pesquisa usou como estratégia metodológica a autoetnografia, isto é, a evocação da memória por meio da experiência da autora como gestora em unidades de acolhimento institucional. O material foi organizado em quatro categorias: 1) Desafios no acolhimento institucional: questões estruturais, organizacionais e cotidianas que afetam o trabalho; 2) Angústias dos profissionais: necessidade de construir um trabalho com os profissionais e não para os profissionais; 3) A necessidade de uma postura acolhedora com os profissionais do serviço de acolhimento; 4) Provisoriedade: fatores que influenciam no processo de acolhimento e desacolhimento. A discussão da análise dos resultados buscou contribuir para reflexão de estratégias que possam aprimorar o serviço de acolhimento institucional.

**Palavras-chave:** Acolhimento Institucional; Intersetorialidade; Psicologia Social; Autoetnografia.

### 3.1 Introdução

A escolha do tema acolhimento institucional para crianças e adolescentes surgiu a partir de minha trajetória acadêmica como estagiária na Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), no setor da Alta Complexidade, e da experiência de trabalho como psicóloga e coordenadora de duas unidades de acolhimento institucional para crianças e adolescente sob medida de proteção em uma cidade do nordeste do Brasil. A finalidade deste trabalho foi compreender como ocorrem os processos de (des) institucionalização e da construção das relações sociais em uma instituição de acolhimento. O serviço de acolhimento institucional é o executor da medida protetiva prevista no Art. 98<sup>6</sup> Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (1990). Esta medida de proteção é aplicada sempre que houver situações que culminam com algum tipo de violência, violação ou ameaça dos seus direitos, podendo acontecer pelas seguintes razões: ação ou omissão da sociedade ou do Estado; falta, ameaça, abuso ou conduta dos pais e/ou responsáveis. Lemos, Gechele e Andrade (2017) pontuam que a promulgação do ECA (Brasil, 1990) foi um ponto essencial para as reformulações nas instituições de acolhimento institucional, pois a medida nasceu de uma situação na qual se constatou práticas de violação de direitos e/ou de violência contra crianças e adolescentes.

Após a determinação da medida protetiva, o serviço de acolhimento é executado por unidades específicas do Sistema Único da Assistência Social (SUAS). Na estrutura do sistema do SUAS o nível da Proteção Social Especial divide-se em serviços de Média Complexidade e Alta Complexidade. No nível da média realiza-se atendimento a indivíduos e/ou famílias que tiveram seus direitos violados ou estão em alguma situação de violência, além de serem ofertados serviços de apoio, de orientação e de acompanhamento (Brasil, 2009, p.45). No nível da Alta Complexidade é realizado “acolhimento em diferentes tipos de equipamentos, destinado a famílias e/ou indivíduos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, a fim de garantir proteção integral”. Em adição, o serviço deverá se organizar respeitando e garantindo as singularidades dos indivíduos e seus familiares e responsáveis.

A atuação advinda da prática contribuiu para consolidar meu conhecimento adquirido sobre políticas públicas, direitos humanos e psicologia social, áreas nas quais eu havia investido ao longo da minha vida acadêmica. Uma das experiências ocorreu no estágio de psicologia na PBH, na ocasião atuei no Serviço de Apoio à Reintegração Familiar (SARF), e

---

<sup>6</sup> Art. 98 da Lei 8.069 de 13 de julho de 1990. Art.As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados: I - por ação ou omissão da sociedade ou do Estado;II - por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável; III - em razão de sua conduta.

fiquei sob a supervisão de um psicólogo e uma assistente social. Este estágio possibilitou que eu pudesse conhecer os locais e os procedimentos realizados na Alta Complexidade pelo profissional da psicologia, este foi um contato essencial para iniciar meu aprendizado sobre acolhimentos institucionais.

Alguns meses após me formar, em 2016, passei no concurso da prefeitura de uma cidade do Nordeste para a função de psicóloga e cheguei em um momento crítico. A cidade possuía um alto índice de violência, a segurança pública em geral atravessava uma crise por falta de condições para exercer seu trabalho com eficácia, além de sofrer com questões trabalhistas relacionadas a cargos e remuneração. Além disso, naquele momento havia uma disputa territorial de duas facções criminosas, uma local e a outra conhecida nacionalmente pela mídia e outros veículos de informações. Na ocasião, o exército foi convocado para auxiliar na segurança e na proteção da população local. A visão paradisíaca das lindas praias que apareciam pela janela do ônibus quando eu ia para o trabalho, contrastavam com os militares nas passarelas que davam acesso aos *shoppings* com armas pesadas e tanques de guerra.

Entretanto, a segurança pública daquela localidade não era a única política pública em situação de precarização. A assistência social também sofria com este mal, com o recente concurso público, a rotatividade de trabalhadores e sua escassez foram amenizados, mas não foram solucionados. Questões estruturais de diversos tipos, tais como: ambientes inadequados para se trabalhar, falta de espaço e equipamentos que atendessem as equipes para realizarem seus atendimentos e relatórios também eram demandas comuns. Fonseca, Albuquerque, Lima, Santos e Souza Filho (2021), Acioli, Barreira, Lima e Assis (2018) apontaram que geralmente instituições de acolhimento possuem problemas como: rotatividades, profissionais sem qualificação para exercer suas funções e dificuldades de obter recursos que possibilitem a aproximação social entre a instituição e os familiares dos acolhidos.

Nos estudos de Acioli, Barreira, Lima, Maria Lima e Assis (2018) sobre a estrutura e os processos dos acolhimentos institucionais no Recife/PE, foi constatado que apenas uma das doze casas institucionais analisadas apresentaram um padrão ótimo de acordo com as normas de acolhimento. As instituições públicas estaduais apresentaram padrões aceitáveis, e nas municipais houve duas aceitáveis e uma inadequada. As inadequações encontradas foram consideradas preocupantes, principalmente nas adaptações para crianças e adolescentes com necessidades específicas.

A aproximação social é outro ponto prejudicado pela falta de recursos e de planejamento, pois quando não há uma logística de transporte para viabilizar os atendimentos,

as visitas familiares e institucionais, gera-se morosidade e desdobramentos para o processo de reintegração familiar.

Em adição, a defasagem de profissionais nas equipes retarda a elaboração de relatórios, de visitas e de atendimentos. Por exemplo, cabia à equipe técnica realizar: atendimentos aos acolhidos; participação nas audiências; estudos de caso; elaboração de relatórios; reuniões com a rede socioassistencial; visitas institucionais relacionadas à saúde, educação e comunidade. Estas eram algumas atividades mais comuns no dia a dia da equipe técnica.

A localização destas instituições de acolhimento tem sido outra questão que interfere na aproximação social com a família, pois nem sempre é possível que as unidades de acolhimento estejam localizadas próximas às comunidades dos (as) acolhidos (as), fato que interfere no acesso dos familiares à instituição para atendimentos e visitas, e consequentemente, no processo de reintegração familiar. Santana et al. (2008) - no seu trabalho sobre as famílias das crianças e adolescentes em situação de acolhimento em São Paulo - analisaram a periodicidade das visitas das famílias à criança/adolescente e constataram um intervalo maior entre as visitas pelos seguintes motivos: familiares que trabalhavam finais de semana; falta de recursos de transporte das famílias para realizarem a visitas; a instituição localizada distante das moradias dos familiares. Mediante o exposto, é preciso analisar a questão das condições estruturais e dos recursos para viabilização do trabalho efetivo em favor da reintegração familiar, compreendendo-se que o objetivo da medida protetiva é cuidar e proteger provisoriamente e fortalecer os veículos familiares.

Outra questão debatida diz respeito aos profissionais que atuam nas casas de acolhimento, com ênfase para os (as) cuidadores/educadores (as). Gulassa (2016) alega que o acolhimento institucional para crianças e adolescente traz na sua trajetória histórica marcas que tornam este ambiente um lugar ambíguo, isto é, trata-se de um lugar de cuidado e de proteção, mas também de violação, podendo causar sentimentos conflitantes. Na visão de Almeida (2016), trabalhadores de instituições de acolhimento são profissionais de extrema relevância para a estrutura da assistência social, pois cumprem a função social que implica em cuidar, guardar e proteger indivíduos em situação de vulnerabilidade.

Durante minha experiência como psicóloga no acolhimento institucional para adolescentes de 12 anos a 18 incompletos, eu pude observar que a função das cuidadoras/educadoras neste ambiente é primordial: contribui para o desenvolvimento integral dos acolhidos e auxilia as equipes técnicas em suas intervenções junto aos acolhidos e aos seus familiares ou responsáveis. Por isso, é necessário um olhar mais atento para o exercício

desta função, não somente visando sua contribuição em relação à execução de suas atividades de cuidado ou das informações que eles poderiam fornecer, mas pensando no quanto esta aproximação afeta as crianças, os adolescentes e estes profissionais. Para Dias (2016, p. 101): “as cargas do trabalho de acolhimento a crianças e adolescentes são físicas, cognitivas e afetivas”. Essas diferentes camadas podem ocasionar angústias, sobrecargas e desgastes no trabalho, por isso devem ser consideradas para pensarmos em espaços de criação e de desenvolvimento. Quando fui convidada para coordenar a unidade de acolhimento percebi que cada gestor tinha seu jeito próprio de trabalhar, procurando seguir as normas, as convenções e as questões éticas pessoais e profissionais. Afinal, estamos sujeitos a um sistema administrativo dentro de uma política pública. Entretanto, gerir com base na harmonia e no cuidado com os trabalhadores é primordial.

Durante o período que atuei na coordenação no acolhimento institucional para crianças e adolescentes, pude vivenciar algumas destas questões. A experiência, o conhecimento teórico e prático obtidos na ocasião somado às dificuldades burocráticas para realizar uma pesquisa neste tipo de instituição, ambientes geralmente perpassados por diversas complexidades de acordo com a realidade de cada local, possibilitou a escolha do método autoetnográfico. Esta metodologia, utilizou as memórias evocadas. Dessa forma, os pressupostos teóricos apresentados no decorrer do trabalho foram norteados e ilustrados por estas memórias organizadas em quatro categorias: 1) Desafios no acolhimento institucional: questões estruturais, organizacionais cotidianas afetam o trabalho nos acolhimentos; 2) Angústias dos profissionais: necessidade de construir um trabalho com os profissionais e não para os profissionais; 3) A necessidade de uma postura acolhedora com os profissionais do serviço de acolhimento; 4) Provisoriedade: fatores que influenciam no processo acolhimento e desacolhimento.

### **3.2 Metodologia**

O método qualitativo autoetnográfico foi escolhido devido às experiências intensas vividas durante os cinco anos em que atuei como servidora pública na Assistência Social. Neste período, trabalhei dois anos (2016-2018) como psicóloga na equipe técnica e três anos (2018-2021) como coordenadora e guardiã legal em dois acolhimentos institucionais em uma cidade no nordeste do Brasil. O foco da pesquisa foi na função exercida como coordenadora dessas unidades de acolhimento, com ênfase na unidade onde trabalhei por mais tempo, pois fui somente coordenadora interina por seis meses em uma das unidades. A posição de

coordenadora possibilitou uma visão mais ampla sobre as problemáticas discutidas neste trabalho em relação ao acolhimento institucional.

O campo desta pesquisa consiste nas evocações das memórias provenientes da minha experiência como servidora pública para função de psicóloga, e posteriormente coordenadora em uma instituição de acolhimento para crianças e adolescentes da prefeitura local, da qual não faço mais parte. No momento da minha gestão constatei que os serviços de acolhimento institucional, geralmente, possuem resistência em abrir espaços para pesquisas acadêmicas por diversos fatores. Por isso, para proteger a identidade da instituição e das pessoas - tais como: servidores, crianças e adolescentes - a escrita apresentou os acontecimentos evocados pela memória, entretanto, teve o cuidado ético de proteger suas identidades utilizando-se nomes fictícios, modificando-se sexo e idade. Desta forma, buscou-se realizar uma transposição literária sem modificar a essência das memórias evocadas.

Sobre o uso de memórias em pesquisas acadêmicas, é notório perceber a relutância existente sobre esse método, pois algumas áreas do campo científico não consideram válidas as memórias de determinadas experiências. Neste contexto, o método geralmente é compreendido como um rompimento com os modelos canônicos da escrita acadêmica. Calva (2019) afirma que diversos pesquisadores acadêmicos começaram a usar o método autoetnográfico para contraporem-se a estas ideias canônicas.

Carolyn Ellis e Arthur P. Bochner (2020) são considerados marcos no desenvolvimento da autoetnografia, estes autores focaram em formas de produção investigativa significativas, acessíveis e evocativas, cuja origem está centrada nas experiências das pessoas e nas suas relações com o mundo em que vivem. Nessa linha, Calva (2019) defende que leitores podem se tornar empáticos à diversidade a partir desta forma de escrita ao vislumbrar algo que contribua para a compreensão do outro.

O desenvolvimento desse tipo de escrita, provoca no outro a necessidade da reflexão, inclusive, é preciso que o pesquisador tenha exercitado anteriormente a autorreflexão. Maia e Batista (2020) consideram a autorreflexão na autoetnografia um elemento principal para os estudos de grupos sociais, nos quais o pesquisador é uma parte integrante do seu próprio objeto e universo de pesquisa, assim como eu fui em algumas casas de acolhimento. Assim, o método autoetnográfico exige do pesquisador/narrador um relato introspectivo, seletivo, e geralmente atravessado por eventos emblemáticos para ilustrar um processo social marcante na vida do pesquisador como indivíduo. Por isso, Ellis, Adams e Bochner (2011, p.3) consideram que “[...] a autoetnografia combina características da etnografia e da autobiografia. Ao escrever uma autobiografia, um autor escreve retroativamente sobre

experiências passadas”<sup>7</sup> (Tradução livre). Nessa pesquisa, as memórias destacadas nesse artigo ilustram categorias de pesquisa e também me impactaram significativamente.

Versiani (2013) confirma a necessidade da autorreflexão e recomenda que pesquisadores autoetnográficos usem de forma produtiva o método, demonstrando interesse por leituras de autores que “refletem sobre sua própria inserção social, histórica, identitária e, em especial no caso de subjetividades ligadas a grupos minoritários, também como um possível modo de conquistar visibilidade política”(2013, p.68). A autora ainda recomenda que os pesquisadores devem:

Manter tanto quanto possível uma postura auto reflexiva (autoetnográfica) atenta a produção intersubjetiva de sua própria subjetividade, circunstanciadas por trajetórias intelectuais e pessoais singulares, através de sua inserção em diferentes grupos socioculturais, do imbricamento de escolhas racionais, curiosidades teóricas, afetivas e até mesmo casuais e contingenciais, elementos estes presentes na construção de seus objetos de estudo (VERSIANI 2013, p. 71).

Esta postura autorreflexiva utiliza memórias da vivência, daquilo que foi experienciado, para assim rememorar, buscando formas de escritas que implicam em uma dimensão política. Por isso, quando um pesquisador escreve sobre si também escreve sobre todas as pessoas que fizeram parte dessa vivência. Oliveira, Rocha, Moreira e Hunning (2019) demonstram na produção do seu texto realizado por meio de suas memórias, a relevância de diferentes formas de escrita:

Este texto tem como foco produzir uma polifonia de vozes que se encontram, se chocam e esbarram nas narrativas plurais de nossas experiências como pesquisadoras. Não podemos dizer que somente quatro mulheres estão implicadas. Se fôssemos responder quantas são as autoras deste artigo, poderíamos supor que somos nós, que o escrevemos e lhe damos materialidade, mas também tem autoria aqui implicitamente, uma série de “outras” (Oliveira et al. 2019, p. 180).

Candau (2012, p.71) ainda esclarece que os relatos autobiográficos são atravessados por vários fenômenos da memória, e que não seria certo tentar avaliar a narrativa do autor/pesquisador por meio de critérios de verdadeiro ou falso. Candau (2012) ainda pontua que toda expressão da memória tem algo de verdadeiro que pertence ao sujeito; são manifestações que estão entre a narrativa (memória restituída) e os fatos (realidade). Tais conceitos que discursam sobre o tempo e a memória são essenciais para compreender o método autoetnográfico. Vale destacar que as minhas memórias estão nítidas pois não há um período longo entre o tempo em que fui coordenadora (2018 - 2021) e o atual momento (2022-2023), portanto, não houve grandes dificuldades para recuperar as vivências e mapear

---

<sup>7</sup> [...] autoethnography combines characteristics of autobiography and ethnography. When writing an autobiography, an author retroactively and selectively writes about past experiences.

os aspectos que mais provocaram questionamentos, interdições e contestações.

Dessa forma, o material do estudo de campo é o território das minhas memórias da época em que trabalhei nos acolhimentos institucionais. Nestes locais, conheci com profundidade as demandas e as possibilidades do serviço de execução da medida de proteção. A vivência profissional possibilitou pensar em proposições para formular questões para compreender os papéis dos profissionais envolvidos no processo institucional. Logo abaixo indico as principais categorias formuladas. Ademais, percebo que o meu papel de gestora não se tratava somente de um cargo, mas, principalmente, de um compromisso social. A vivência no universo do acolhimento é permeada por questões complexas devido aos encontros e desencontros entre sujeitos de posições sociais e profissionais distintas na política da assistência social e no sistema de justiça. Isso tudo configura uma polifonia de vozes (Ferreira & Moreira, 2017).

Para a interpretação e a análise dos dados coletados, foi utilizada a análise de conteúdo, especificamente, a análise temática. A partir dos conceitos escolhidos na fase exploratória da pesquisa, pretende-se fazer divisões desses conceitos em categorias gerais. Sobre analisar os dados por meio de categorias, Gomes (2013) adverte que o (a) pesquisador (a) articula as categorias, e esse processo exige que ele se aprofunde nas relações entre as bases teóricas e os resultados investigados.

Durante minha experiência, tive a oportunidade de trabalhar com todos os profissionais de um acolhimento institucional. Observei o cotidiano, ofereci escuta, acolhi crianças e adolescentes acolhidos, seus familiares e os servidores, analisei as demandas do serviço e construí estratégias para as dificuldades que surgiam. Assim, as memórias foram agrupadas a partir dos seguintes temas principais: 1) Desafios no acolhimento institucional: questões estruturais, organizacionais e cotidianas afetam o trabalho nos acolhimentos; 2) Angústias dos profissionais: necessidade de construir um trabalho com os profissionais e não para os profissionais; 3) A necessidade de uma postura acolhedora com os profissionais do serviço de acolhimento; 4) Provisoriedade: fatores que influenciam no processo de acolhimento e desacolhimento. A seguir apresentaremos os relatos preliminares das memórias e os debates conceituais referentes a cada categoria.

### **3.3 Análise dos resultados**

Os pressupostos teóricos dos resultados a seguir foram desenvolvidos a partir das memórias autoetnográficas, optou-se por sinalizar tais trechos com o uso do itálico. Tais evocações propiciaram dissertar sobre as principais problemáticas vivenciadas no acolhimento

institucional pelos agentes da rede de proteção do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA)

### **3.3.1 Categoria 1: Desafios no acolhimento institucional: questões estruturais, organizacionais cotidianas afetam o trabalho nos acolhimentos**

*A grande diferença percebida na troca de funções de psicóloga para gestora não se referia somente às alterações pertinentes ao cargo e suas respectivas atribuições, mas uma nova visão que me permitiria obter um olhar mais amplo. Isto é, eu não poderia dar mais atenção às situações que eram do meu interesse como psicóloga. Como gestora daquela unidade o interesse de todos que compunham aquele universo, tornaram-se tão relevantes quanto os meus interesses enquanto coordenadora. Por isso, eu comecei ouvindo os verdadeiros moradores (transitórios) daquela casa, as crianças/ adolescentes. Quem mais saberia falar com mais propriedade sobre as questões estruturais, organizacionais e do cotidiano do acolhimento, senão, os próprios moradores?*

*Então, logo no primeiro dia de trabalho na casa de acolhimento, algumas crianças e adolescentes pediram para conversar comigo. Os acolhidos tinham idades entre 6, 12 e 14 anos. No começo pensei que eles queriam conhecer a nova guardiã, mas não era somente isso, tratava-se de uma reunião de reivindicação sobre o espaço e condições estruturais. Dandara (11 anos)<sup>8</sup> pediu que o quarto das meninas fosse pintado de cor-de-rosa, as crianças mais pequenas queriam, além da pintura, que fossem colocadas imagens de ursinhos, e também pediram a limpeza da área externa, pois os carrapichos as machucavam quando andavam no quintal. Além disso, pediram balanços, brinquedos e outros utensílios.*

*Na reunião com as crianças foram trazidas questões pontuais sobre a estrutura e sobre a forma de como elas gostariam de se sentir naquele local, um lugar que as protegia, mas também as separava de suas famílias e de sua comunidade, ou seja, a descrição nos pedidos delas era a imagem do que elas almejavam como uma casa. As Orientações Técnicas (2009) definem que serviço de acolhimento institucional “deve ter aspecto semelhante ao de uma residência e estar inserido na comunidade, em áreas residenciais, oferecendo ambiente **acolhedor** e condições institucionais para o atendimento com **padrões de dignidade** (grifo*

---

<sup>8</sup> Para preservar a identidade dos indivíduos que fizeram parte da minha experiência, os nomes, sexo e idade foram alterados, e a evocação das memórias correspondem às situações que ocorreram, entretanto, de acordo com a metodologia da autoetnografia podem ser ajustadas, contribuindo para manter o sigilo sem tirar a essência da verossimilhança.

*nosso).” As palavras destacadas pontuam a ação que fiz ao escutá-las atentamente e realizar suas solicitações.*

As questões estruturais abordadas têm sido apontadas como um desafio em outros estudos. O trabalho de Fonseca, Albuquerque, Lima, Santos e Souza Filho (2020) demonstra como essas dificuldades interferem na oferta de um serviço de qualidade. A metodologia utilizada foi a entrevista estruturada em uma casa de acolhimento. O método consistia em investigar se as condições de trabalho oferecidas à equipe de profissionais entrevistados estavam de acordo com as orientações e legislações pertinentes. As autoras caracterizam na sua pesquisa alguns problemas estruturais e materiais como camas insuficientes, espaço inadequado para o número de crianças em cada quarto, banheiros sem adaptação para usuários com condições específicas, entre outras questões que não atendiam as preconizações das Orientações Técnicas (2009). Isto nos mostra que não faltam normativas, orientações e legislação, contudo faltam condições de execução para se oferecer um serviço que atenda as normativas.

Em Fonseca et al (2020) vamos encontrar o seguinte esclarecimento, tanto o ambiente quanto os serviços prestados nas instituições de acolhimento devem atentar para a importância de ofertar cuidados de qualidade, pois isto contribui para o desenvolvimento dos (as) acolhidos (as) já que a efetividade do serviço depende das condições estruturais e da organização do trabalho onde o profissional exerce suas funções no acolhimento.

Acrescenta-se também o trabalho<sup>9</sup> de Varella (2004, p.16) que discute as mesmas situações com a diferença temporal de duas décadas. O pesquisador trouxe esclarecimentos sobre as práticas institucionais naquela ocasião de situações irregulares e as classificou em dois tipos categoria: “I) as que se remetem às condições materiais insuficientes ou inadequadas; ou II) as categorias que se remetem às ações humanas de desrespeito aos direitos da criança ou do adolescente”. Em relação à primeira categoria Varella (2004) refere-se às seguintes violações encontradas: a) local inadequado para permanência de crianças e adolescentes; b) alimentos e vestuários insuficientes; c) sem condições para ofertar atividades culturais, de lazer e esporte; d) falta de condições de saneamento, segurança. O total de violações no trabalho para serem sanadas necessitam que o poder público investisse nas instituições.

---

<sup>9</sup> O trabalho foi parte do projeto “Avaliação das políticas voltadas para a criança e o adolescente e das fontes de informação que retratam a garantia dos seus direitos”, em parceria o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e o Departamento da Criança e do Adolescente (DCA) – do Ministério da Justiça.

As violações listadas na segunda categoria de Varella (2004) são práticas irregulares no ambiente institucional que causam violações dos direitos do (as) acolhidos (as). Sendo assim, o ataque a essas violações depende de medidas que vão além da obtenção de recursos materiais, adentrando-se em necessidades de treinamento, capacitação e valorização do profissional. No começo da minha gestão, constatei outros fatores que também interferem no ambiente de trabalho, como, por exemplo, a escassez de materiais pedagógicos e recreativos para ofertar um serviço que permitisse interagir com as crianças e com os adolescentes, além da falta de áreas de descanso apropriadas para os (as) cuidadores (as) e até insatisfações com a baixa remuneração.

A propósito nos estudos de Acioli, Barreira, Lima, Maria Lima e Assis (2018) sobre a estrutura e os processos dos acolhimentos institucionais no Recife/PE, foi constatado que apenas uma instituição das doze analisadas apresentaram um padrão ótimo de acordo com as normas de acolhimento. As instituições públicas estaduais apresentaram padrões aceitáveis, e nas municipais houve duas aceitáveis e uma inadequada. As inadequações encontradas foram consideradas preocupantes, principalmente nas adaptações para crianças e adolescentes com necessidades específicas

*Outra memória que causou um grande impacto na minha trajetória como coordenadora aconteceu na primeira semana em que cheguei na unidade, foi quando vi pela primeira vez Joana<sup>10</sup>, a criança tinha 10 anos, não falava, não andava, babava muito, estava com a cabeça ferida devido uma infestação de pediculose, cheirava a fezes e urina. A polícia chegou ao local do cativado por meio de denúncias. A criança havia sido abandonada, totalmente incapaz de pedir ajuda ou se alimentar, o local estava infestado de fezes e urina. Após os procedimentos necessários a trouxeram para o acolhimento. Aquele seria o primeiro encontro de uma convivência de perduraria por mais de um ano. Era notório que Joana necessitaria de atenção e cuidados especiais, exigindo principalmente das cuidadoras, pois, sua condição demandava um grande esforço físico para dar banho, levá-la e alimentá-la. De certa forma, nos comovemos ao perceber que o odor das fezes que exalava do seu corpo aos poucos dava lugar ao cheirinho de colônia de bebê. No decorrer do tempo foi emocionante vê-la andar e tentar balbuciar suas primeiras palavras. A cada dia íamos nos sentindo recompensados com seu desenvolvimento, pois seu quadro evoluiu por meio do esforço de cada profissional do cuidado.*

---

<sup>10</sup> Todos os nomes, idades e em alguns casos o gênero foram alterados para garantir o sigilo e a proteção dos indivíduos citados nas memórias autoetnográficas.

*O caso de Joana tornou-se um caso emblemático, a evolução do quadro de saúde da criança de acordo com as suas condições foi interpretada por todos como um trabalho exitoso, fruto da união dos trabalhadores, inclusive das crianças e dos adolescentes que também cuidavam dela com muito carinho. É válido lembrar que na mesma instituição havia casos cuja demanda parecia não ser tão complexa como esta, mas eram perpassadas por outras dificuldades, as quais necessitavam de capacitação e estratégias para lidar com necessidades específicas. Por exemplo, tínhamos crianças e adolescentes com síndrome de down, deficiência intelectual, depressivas, com ideações suicidas, transtornos mentais graves, questões comportamentais agressivas que ofertavam risco para si e para os servidores do acolhimento.*

Em relação às necessidades especiais, os dados coletados por Acioli et al (2018) apontaram outras dificuldades estruturais como, por exemplo, adequar um banheiro, construir uma rampa, ou seja, viabilizar ações de promoção de acessibilidade. Neste ínterim, também é possível perceber que existem desafios maiores do que as limitações voltadas para as deficiências físicas, auditivas e visuais. Quando se fala de necessidades especiais, inicialmente nos remetemos a pensar nas deficiências físicas, todavia, no acolhimento institucional recebíamos muitos casos de adolescentes com transtornos mentais. Em vista disso, penso que incluir verdadeiramente estes usuários consiste em compreender que eles também necessitam de um ambiente adequado de acordo com as suas singularidades.

*Ainda sobre as questões estruturais e de recursos humanos e materiais é essencial comentar que as mudanças sugeridas pelas crianças foram realizadas paulatinamente. Esta morosidade ocorre porque a execução destas ações depende de outros setores e de processos licitatórios que fazem parte da máquina burocrática peculiar das instituições públicas. Entretanto, na ocasião algumas demandas eram supridas por meio de doações de pessoas físicas, jurídicas, instituições religiosas e Organizações Não Governamentais (Ongs) que ofereciam desde serviço voluntário a ajuda material. Durante minha gestão tais contribuições fizeram um grande diferencial, principalmente durante o contexto da pandemia.*

*Quando a pandemia do Covid 19 teve seu reconhecimento oficial pela Organização Mundial da Saúde (OMS) no dia 11 de março de 2020, devido sua rápida e devastadora proliferação, alcançando oficialmente o Brasil em fevereiro de 2020, recebemos as orientações de prevenção mais urgentes, como o uso obrigatório de máscara, práticas de higienização e o uso álcool 70%, entre outras ações acerca do isolamento social. Algumas categorias aderiram ao trabalho home office. O serviço de acolhimento foi considerado um serviço essencial, funcionava 24 horas, o único revezamento possível foi da equipe técnica.*

*Naquele momento houve a RECOMENDAÇÃO de 25/03/2020 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA para a Proteção Integral a Crianças e Adolescentes durante a Pandemia do Covid-19 o documento forneceu as orientações para implementação de medidas emergenciais de acordo com a realidade das instituições e seus agentes.*

*Na ocasião, nenhuma criança do acolhimento institucional foi para casa, pois os casos eram complexos. Por exemplo, havia algumas crianças que já estavam em situação de acolhimento há mais de dois anos, e todas as medidas de apoio aos pais ou responsáveis para viabilizar a reintegração para família de origem ou extensa foram esgotadas. Sendo assim, estas crianças já tinham sido destituídas do poder familiar e aguardavam a transferência para outra modalidade de acolhimento permanente, como a Casa Lar. Portanto, não tinham para onde ir no período pandêmico.*

*Naqueles dias vivi momentos inesquecíveis de dores e alguns de alegrias contidas nas falas de que o pior já tinha passado ou fulano melhorou.... Eu, alguns colegas e amigos no trabalho tivemos perdas de familiares e de amigos. Lembro que uma das crianças que havia sido acolhida no contexto da pandemia havia perdido sua mãe, vítima do Covid -19. Naquele momento havia tantas restrições para um funeral, mas ainda foi possível o levarmos para ver a família, ele não chorou, mas por alguns dias eu o via sentado sozinho, afastado das outras crianças, vê-lo sentado olhando para uma parede mal caiada durante horas dava impressão de que a casa era grande, mas não era maior do que olhar perdido daquele menino que fitava o nada horas a fio!*

*Naqueles dias estranhos, trabalhadores, crianças e adolescentes acolhidos se uniram, cada um e cada equipe ofereceram apoio de acordo com seus conhecimentos, competências e habilidades. Para essas ações tivemos o apoio da equipe técnica (psicólogas, pedagogas, assistentes sociais e terapeuta ocupacional), cuidadoras/educadoras, também contamos com o auxílio das categorias de apoio (motoristas, porteiro, cozinheiras e auxiliares administrativos). De maneira paradoxal, o isolamento possibilitou uma conexão entre os profissionais e as crianças, pois vivemos momentos de afetos, compaixão, bondade e solidariedade. Um dos meios escolhidos em conjunto foram as datas comemorativas como dia dos pais, Dia das Mães, Dia do Professor, aniversários dos acolhidos e dos funcionários, chás de bebês e outras datas. A confecção de bolos, pizzas, doces, salgados, ornamentação eram feitas principalmente pela equipe de cuidadoras/educadoras e acolhidos, equipe de apoio (cozinheira). Além disso, foram criadas inúmeras oficinas de arte e construção de*

*feirinha interna e hortas individuais. A equipe técnica criou espaços de escuta com as crianças e adolescentes, onde eram tratados os assuntos mais diversos.*

Várias ações realizadas na ocasião da minha gestão obtiveram resultados efetivos, penso que o êxito surgiu desde a primeira escuta com os acolhidos. O momento pandêmico também serviu para demonstrar como é primordial a participação da criança<sup>11</sup> nas esferas sociais e políticas. Quando conversei com os acolhidos sobre questões aparentemente simples, foi possível perceber o desejo que tinham em expressar suas opiniões. Tirone (2017, p.3) apresentou elementos teóricos para subsidiar esta necessidade, pontuando que a “criança é uma pessoa de direito que possui capacidades peculiares para agir social e politicamente”. Melo (2020) corrobora afirmando que é essencial ouvir as opiniões das crianças em situação de acolhimento e, posteriormente, deve-se considerá-las, dando a elas toda assistência necessária.

Além disso, o reconhecimento, a participação e a socialização dos acolhidos tornaram-se temas importantes no debate acadêmico. Por exemplo, Gomes (2021) considera o processo de socialização um fenômeno social no qual os sujeitos se constituem em meio às produções coletivas. As crianças ao nascerem já estão inclusas em uma geração constituída de seus sentidos, sua natureza e formas, ou seja, serão ensinadas a agirem conforme o que lhes é transmitido. Para Gomes (2021, p.133) a “socialização é constituinte para os campos sociológicos e educacionais, pois abrangem processos formativos, ou seja, a educação das pessoas, como produto de uma vida coletiva que expressa as necessidades de uma época”. Mediante o exposto, penso que o acolhimento institucional também deve ser um lugar de socialização; e, mais do que ouvir os acolhidos, é essencial que eles sejam estimulados a construir uma relação ativa com o próprio processo de socialização.

### **3.3.2 Categoria 2: Angústias dos profissionais: necessidade de construir um trabalho com os profissionais e não para os profissionais**

A unidade de acolhimento institucional possui designações paradoxais, pois trata-se de uma instituição que deve seguir normas e orientações em prol da garantia dos direitos de

---

<sup>11</sup> De acordo com a Convenção sobre os Direitos da Criança foi adotada pela Assembleia Geral da ONU em 20 de novembro de 1989. Entrou em vigor em 2 de setembro de 1990 e é o instrumento de direitos humanos mais aceito na história universal. Foi ratificado por 196 países. Somente os Estados Unidos não ratificaram a Convenção. O Brasil ratificou a Convenção sobre os Direitos da Criança em 24 de setembro de 1990. Define como criança o indivíduo com menos de 18 anos. Já o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) considera criança toda pessoa com até 12 anos incompletos, sendo definidos como adolescentes os indivíduos com idade entre 12 e 18 anos. O ECA garante direitos de participação diferenciados para os adolescentes.

crianças e adolescentes em situação de violência e/ou violação destes direitos, devendo ser semelhante a uma casa. Os profissionais que atuam nestes serviços devem proteger, cuidar e educar dos acolhidos, mas não são a família dessas crianças e adolescentes. Na Constituição Federal (BRASIL, 1988) em seu artigo 227 afirma que além da família cabe à sociedade e ao Estado esta responsabilidade:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988)

A Constituição Federal de 1988 e o Plano Nacional para Promoção do Direito à Convivência Familiar (2006) destacam a família como o ambiente mais propício para o desenvolvimento de uma criança. Além disso, Moreira, Passos e Pereira (2012, p. 30) consideram que “a família ocupa um lugar de centralidade em todas as medidas protetivas dos direitos das crianças e dos adolescentes, uma vez que ela é considerada a instituição responsável pela promoção e defesa desses direitos.” Contudo, nesta categoria não tenho a intenção no momento de discutir a centralidade conferida à família e da necessidade de um investimento prioritário às famílias para prevenir a violência intrafamiliar e as situações de vulnerabilidade social que culminam no acolhimento institucional de suas crianças e adolescentes. Aqui busca-se esclarecer a similaridade peculiar destes dois espaços - família e acolhimento institucional - por possuírem objetivos em comum como o cuidado e a proteção, entretanto, ambos também podem se tornar um lugar de violação, assim como de sentimentos ambíguos. Na casa de acolhimento que eu estava era muito comum observar esta ambiguidade entre os (as) cuidadores.

*Houve um episódio em que um cuidador, um rapaz jovem, que eu considerava um excelente profissional, muito dedicado, solícito, proativo e ético, pediu para conversar e parecia angustiado. Às vezes ele sofria agressões por parte dos acolhidos. Porém, nunca o vi se queixar, mesmo quando saía machucado. Eu o conhecia há mais de um ano e aquela foi a primeira vez que o vi daquele jeito. Ele relatou que gostaria de sair da unidade, pois temia por suas ações. Um acolhido de 12 anos havia tocado seus genitais abruptamente. A reação do cuidador não foi agressiva, mas ele estava revoltado e com raiva naquele momento. Além disso, temia não conseguir se conter caso ocorresse algo assim de novo, e isso poderia lhe prejudicar como profissional. Neste momento, eu fiz um exercício de empatia para compreender o que seria ter meu corpo e minha intimidade tocadas sem permissão.*

*O caso, infelizmente, não era isolado. Outra cuidadora passou por uma situação de violência em que o mesmo adolescente puxou-lhe o cabelo arrancando-o pelo bulbo e a agrediu física e verbalmente. Ao ser procurada para saber como estava, ela relatou estar triste, mas não considerava o acolhido culpado. Depois de um momento de silêncio, a profissional lembrou que, depois da ceia, colocava aquele menino que a agrediu para dormir e sempre lhe dava um beijo de boa noite, assim como fazia com seu filho...e essa era a lembrança que lhe machucava.*

Moreira (2016, p. 26) realizou estudos sobre os trabalhadores do Suas nos serviços de acolhimento, e afirmou que o trabalho neste ambiente institucional “provoca sentimentos ambivalentes, de alegria e de tristeza, de sofrimento frente ao rompimento do vínculo com a criança ou com o adolescente, que se desliga da casa em razão do encerramento da medida [...]”. Neste sentido, pude observar durante a experiência nas casas de acolhimento que a realidade dos sentimentos ambivalentes também diz respeito ao tempo em que as crianças permanecem em situação de acolhimento.

O cansaço, a ambivalência dos sentimentos, as frustrações aliadas a outras questões - tais como: sobrecarga de trabalho, má remuneração, desamparo das políticas públicas - são fatores que podem culminar em transtornos peculiares do ambiente laboral. Dessa forma, trabalhar em uma instituição de acolhimento com demandas complexas pode gerar sintomas que se aproximam da noção de Síndrome de Burnout (SB). Não estou afirmando que todo profissional de um acolhimento institucional desenvolve a SB, pois é preciso levar em consideração o contexto e as singularidades de cada trabalhador, até mesmo porque nem toda experiência nos acolhimentos é igualmente traumática. No entanto, observei nas queixas dos cuidadores algumas características próprias da SB, como as descritas no estudo de Carlotto e Câmara (2008) em que os autores apresentam as seguintes dimensões da síndrome que podem ser relacionadas ou independentes:

a) exaustão emocional, caracterizada pela falta ou carência de energia e entusiasmo, sentimento de esgotamento de recursos, frustração e tensão; b) a despersonalização ocorre quando o profissional passa a tratar os clientes, colegas e a organização de forma distante e impessoal; c) a baixa realização no trabalho é caracterizada pela tendência do trabalhador em se autoavaliar de forma negativa (CARLOTTO; CÂMARA, 2008, p.154).

O cuidador que sofreu formas de violência ao ser agredido fisicamente e psicologicamente ao ponto de pedir para sair da unidade, demonstrando descontentamento, não é suficiente para eu afirmar se ele tinha ou não probabilidade de desenvolver SB por diversos motivos éticos e profissionais. No entanto, o debate sobre a SB pode contribuir para a identificação de sintomas característicos da exaustão, uma vez que, após a ação descrita, o

cuidador relatou que não queria trabalhar num lugar onde ele demonstrava insatisfação. Naquele momento, ele estava frustrado e com receio de ter uma reação agressiva futuramente. A propósito Ferreira (2015, p.15) afirma que: “Os profissionais mais jovens aparentam ser um grupo mais suscetível ao Burnout do que indivíduos mais velhos e mais experientes, com expectativas mais realistas do que idealistas”. De alguma forma, o receio deste cuidador de se tornar um profissional que ele não era, pode ser compreendido como uma ruptura do ideal de trabalho deste trabalhador.

Silva (2015) indica que a SB é um problema psicossocial significativo que afeta a qualidade de vida de profissionais que atuam nas mais diversas áreas, tendo ocorrido uma incidência maior nas áreas relacionadas à saúde, à educação e aos serviços humanos, ocasionando uma questão social e ocupacional relevante. O ambiente problemático e o acúmulo de casos podem influenciar na angústia dos profissionais e em um quadro propenso a desenvolver SB, já que possíveis preditores da síndrome “contém os fatores organizacionais e ambientais onde se incluem conceitos como o excesso de trabalho, o conflito de papéis e o próprio ambiente de trabalho” (SILVA, 2015, p. 15).

Em relação ao excesso no trabalho, o estudo de Acioli et al (2018) sobre a rede de acolhimento em Recife/PE indica que um dos aspectos negativos no acolhimento institucional é a sobrecarga, principalmente, nas casas em que uma cuidadora tem um número grande de crianças sob sua responsabilidade. Esse ponto fragiliza as redes de apoio social e a construção das relações sociais e afetivas. A situação se torna mais grave quando a cuidadora não tem o preparo para lidar com os acolhidos.

Nas casas onde fui psicóloga e coordenadora, ocasionalmente havia momentos em que uma cuidadora ficava com dez crianças, pois as outras cuidadoras precisavam acompanhar algum acolhido na escola ou em atendimentos de saúde. A sobrecarga devido à falta de recursos humanos tem sido um fator comum nos debates sobre acolhimento institucional, afetando as questões administrativas, além disso, dependendo da faixa etária e das demandas das crianças e adolescentes, o contingente reduzido pode se tornar um risco para a segurança de todos que atuam neste serviço. Esta situação ficou mais nítida no contexto da pandemia causada pelo Covid 19, uma vez que, o trabalho das cuidadoras não se encaixava para diminuir carga horária de trabalho, *home office* ou rotatividade de equipe. Bernardes e Marin (2019) trazem outros indicadores que corroboram para compreender outras dificuldades comuns no serviço de acolhimento:

A precarização do trabalho faz parte do cotidiano do trabalho como educador social e de outros trabalhadores da assistência social no contexto brasileiro (Brasil 2005; Lima, 2012), que enfrenta desafios oriundos da falta de capacitação e de condições de trabalho adequadas, mas também da instabilidade empregatícia, falta de espaço para discussão e compartilhamento de angústias e escassez de apoio da equipe

técnica (Gabatz et al., 2018). (BERNARDES & MARIN, 2019, p.124).

Apesar dos empecilhos existentes causarem angústias e sensação de impotência quando não existe uma preparação adequada para lidar com situações, ainda assim existem caminhos possíveis para obter efetividade nos resultados, principalmente se houver investimento nos profissionais de instituições de acolhimento e nos estudos das formas como eles se relacionam com o cotidiano institucional. É o que coloca os autores Rossetti -Ferreira, Serrano e Almeida:

A aposta no avanço em direção ao profissionalismo no cuidado e na educação de crianças marcadas pela experiência precoce da insegurança ou do abandono afetivo mostra que as interações humanas intensas deste cotidiano institucional devem se basear em conhecimento, planejamento, mas também na emoção e na aceitação do inusitado. A observação atenta dos pequenos eventos do dia aponta para as possíveis transformações. (ROSSETTI -FERREIRA, SERRANO & ALMEIDA, 2012, p.6)

Em vista disso, penso que o acolhimento institucional pode atingir diversas dimensões e sentidos, pois ele não trata somente de um lugar de proteção no sentido básico (segurança, alimentos, saúde), mas de lugar para práticas educativas onde educar faz parte do cuidado. Uma questão básica que surge aqui é como preparar um profissional para conviver com realidades tão extremas, como uma agressão física, tais quais as relatadas acima. Se não houver uma capacitação nessa direção, a exaustão emocional e a frustração podem estar mais presentes.

Moreira (2016) corrobora com a necessidade destas capacitações ao analisar por meio da perspectiva dos (as) trabalhadores (as) dos serviços de acolhimento como o sistema de medida protetiva funcionava no cotidiano. Posteriormente sugeriu a construção de estratégias metodológicas para propiciar capacitações e formações, a fim de habilitar tecnicamente esses (as) servidores (as). Acrescenta-se também que a pesquisa questiona e reivindica a criação de um espaço para essas capacitações, na qual os profissionais possam se expressar, compartilhar e refletir sobre suas atividades e suas experiências no ambiente institucional. Neste sentido, é relevante enfatizar que as capacitações e formações não devem ser pensadas como sinônimo conteudista ou tecnicista. É primordial levar em consideração por meio da escuta qualificada destes trabalhadores quais seriam as necessidades de acordo com as realidades vivenciadas em cada instituição e local.

### **3.3.3 Categoria 3. A necessidade de uma postura acolhedora com os profissionais do serviço de acolhimento**

Anteriormente mencionei sobre a estranheza de alguns profissionais do setor da assistência social, quando um profissional da psicologia é convidado para assumir

coordenações/cargos de chefias deste setor. Diante disso, torna-se relevante tecer colocações sobre o papel dos profissionais da Psicologia na área social. Moreira e Paiva (2015) realizaram sua pesquisa sobre atuação dos psicólogos nos Serviços de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (SAICAs) em uma capital do Brasil. As técnicas utilizadas foram visitas institucionais e entrevistas com roteiro semiestruturado. Na ocasião, as pesquisadoras constataram que as maiores oportunidades de emprego para psicólogos e psicólogas, advém de serviços como do Sistema Único de Saúde (SUS) e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). No que tange ao SUAS, na Assistência Social há ofertas de serviços na Proteção Social Básica e na Proteção Especial de Média e Alta Complexidade, este último é onde se encontram os SAICAs. Além disso, as autoras reiteram que a Resolução nº 17/2011 potencializou esta necessidade:

A Resolução nº 17, de 20 de junho de 2011 do Conselho Nacional de Assistência Social, ratificou a NOB-RH/SUAS (2006) e afirmou, em definitivo, a obrigatoriedade do psicólogo e do assistente social como profissionais da equipe de referência dos serviços socioassistenciais do SUAS (MOREIRA & PAIVA, 2015, p. 508)

Ademais, na pesquisa de Moreira e Paiva (2015) foi constatado algumas singularidades dos profissionais que atuam no serviço de acolhimento daquela localidade, por exemplo, a maioria dos funcionários entrevistados eram mulheres que tinham vivido alguma experiência laboral na área social. Entretanto, as trajetórias acadêmicas diferiam deste contexto, sendo assim, as autoras apontaram a necessidade de se incluir temáticas e desenvolver competências e habilidades específicas para facilitar a compreensão acerca da atuação dos (as) psicólogos (as) e do seu trabalho nestes serviços. Soma-se a isto a imprescindibilidade da capacitação continuada, de formações complementares e cursos, especializações que contemplem e atendam as demandas existentes nos serviços de acolhimento.

Em Oliveira (2014) será encontrado os seguintes esclarecimentos para explicitar o motivo de tais demandas. A autora pontua que o trabalho na Assistência Social ainda se encontrava em um processo de construção, não somente para o psicólogo, mas para todas as categorias atuantes da área social. Ademais, antes da criação do Suas não havia parâmetros ou exemplos que servissem de referência para elaboração dos perfis dos profissionais desta área. Os profissionais tinham como eixo principal trabalhar e pensar em ações e estratégias direcionadas às famílias em situação de risco e vulnerabilidade social, somente depois pensariam em outras ações que abarcasse com mais profundidade outras dimensões que perpassam as complexidades geralmente trazidas pelas famílias.

Por exemplo, as psicólogas que atuaram no serviço de acolhimento comigo, muitas possuíam pós-graduação, cursos, especializações e experiência na área social, além de

diferentes competências e habilidades, entretanto, todas reivindicavam a necessidade de se aprimorar cada vez mais. A alegação era que sempre apareciam demandas complexas que impunha esta necessidade para lidar com situações, tais como: dependência química, ideações suicidas, autoextermínio, violências das mais diversas, exclusão social, diversidade sexual, necessidades especiais como transtornos mentais e neurológicos. Inclusive cada questão citada engloba outras dimensões.

Todavia, nos anos que atuei como psicóloga e como coordenadora não observei por parte da gestão pública empenho para compreender e muito menos contribuir para que estas demandas fossem supridas. Neste ínterim, as psicólogas que compunham a equipe técnica prosseguiram, muitas vezes, buscando pelos seus próprios meios estes aprimoramentos para ofertar um serviço de qualidade. Além do mais, na unidade onde atuei, a equipe geralmente buscava pensar e elaborar intervenções que propunham espaços de diálogos e reflexões para melhoria do serviço. Contudo, as burocracias impostas dificultavam a criação destes espaços.

Em síntese, a necessidade da criação de diálogos e de reflexão coaduna com a imprescindibilidade de criar meios de capacitação e aprimoramento do saber do psicólogo em formação. Oliveira (2014) afirma que não basta conhecer somente as políticas públicas ou suas diretrizes de organização. Para a autora, a Psicologia no seu processo de formação estabeleceu limites no seu campo de saber. Dessa forma, torna-se necessário compreender que trabalhar na área da assistência social é lidar com diferentes campos de atuação que vão além das questões que culminam na pobreza e na vulnerabilidade. Dessa forma, é preciso renovar os conhecimentos técnicos e teóricos para transformar a base da formação do profissional da Psicologia e sobrepujar os saberes já consolidados.

Na ocasião, percebi o estranhamento existente entre as cuidadoras e a equipe técnica, as cuidadoras queixavam-se da dificuldade em receber apoio das técnicas, isto gerava uma certa cisão entre as equipes. Já as técnicas justificavam que tentavam usar várias estratégias de aproximação. Na instituição de acolhimento as opiniões de saberes distintos podem gerar controvérsia de prismas, mas geralmente as técnicas de acordo com suas diferentes áreas (Serviço Social, Psicologia, Pedagogia e Terapeuta Ocupacional) tinham iniciativa e competência para buscar estratégias de intervenção. Entretanto, devido a fatores como: incompatibilidade de horário, falta de estrutura para reuniões e capacitações, e, ocasionalmente, falta de apoio da equipe da gestão da Alta Complexidade, as intervenções tornavam-se inviáveis.

As relações de poder estabelecidas nestas instituições era outro ponto comum percebido nas reuniões e interações com as coordenadoras de outros serviços de acolhimento. A respeito dessa tensão, Ferreira e Moreira (2017) esclarecem que as relações de poder no

contexto do acolhimento - entre a instituição e os trabalhadores - são distintas e apresentam desigualdades. Diante disso, compreende-se que as discordâncias nas relações podem influenciar na prática do atendimento ofertado à criança e ao adolescente. No contexto do acolhimento institucional as relações são marcadas por diversos sentidos, entretanto é necessário acreditar em um processo de construção e desconstrução quando for necessário, a fim de assegurar os direitos das crianças e adolescentes em todas suas dimensões.

*Ao perceber a cisão existente entre equipes de cuidadores e equipe técnica, pensei que seria primordial conhecer todos os profissionais individualmente, ou seja, realizei atendimentos individuais e coletivos com propósitos e ocasiões distintas. Esta estratégia foi utilizada principalmente com as cuidadoras, pois era a equipe que possuía o maior número de profissionais e tinham um contato mais prolongado com as crianças e adolescentes acolhidos.*

*Para isso organizei meu horário para que eu pudesse conhecer os plantonistas diurnos e noturnos. Houve uma noite que cheguei por volta das 19 horas e fui no quarto das meninas e falei com um cuidador que estava brincando com as crianças. Ele fez uma cara de surpresa e disse que era a primeira vez que via uma coordenadora ir naquele horário conversar com os plantonistas. A estratégia tinha dado certo, e os profissionais viram nesta atitude um interesse genuíno de escutá-los, conhecê-los e de trabalhar junto com eles em prol do serviço e dos acolhidos. Já outros começaram a perceber que havia da minha parte o reconhecimento pela relevância do papel deles enquanto cuidadores e cuidadoras. Tal atitude fez com que os trabalhadores do acolhimento fossem mais pró-ativos, produtivos, sempre tomando iniciativas que favoreciam a convivência do acolhimento e o trabalho com os acolhidos. Para muitos ali o trabalho havia se tornado prazeroso. O tempo parecia passar mais rápido, o ambiente de trabalho havia se tornado mais harmonioso.*

Além disso, ao chegar na instituição, me deparei com os trabalhadores na expectativa do que aconteceria com a nova direção da unidade, principalmente, porque na ocasião eu era a quinta coordenadora em um curto período. Era notório que a rotatividade de gestores naquela unidade havia afetado de forma negativa a credibilidade na própria gestão. Bernardes e Marin (2019) realizaram um trabalho semelhante com as educadoras sociais em uma casa de acolhimento em Porto Alegre/RS. O objetivo deste estudo era proporcionar um ambiente de debate sobre as atividades destes profissionais com embasamento nas políticas públicas. No segundo encontro, reuniram-se a coordenadora e os educadores sociais que manifestaram o desejo de produzir conhecimentos a partir das suas experiências no trabalho, reconhecendo e assumindo seus papéis de protagonistas.

A atuação proporcionada pelas pesquisadoras foi produtiva para obtenção de dados

para a elaboração da pesquisa e, como uma oportunidade para que as instituições que servem de campo de estudo aprimorem suas estratégias laborais. Bernardes e Marin (2019) perceberam que nas ações propostas havia um distanciamento entre as cuidadoras e a coordenação, algo que dificultava a realização do trabalho no cotidiano. Segundo as autoras:

Nesse sentido, a coordenadora do grupo passou a se posicionar como mediadora, presente não para lhes dar soluções, mas para auxiliá-las no processo de reflexão, destacando que, mais do que ninguém, elas conheciam a prática e tinham os recursos necessários para enfrentar as situações vivenciadas (BERNARDES & MARIN, 2019, p.124).

A postura de um coordenador e o que ele representa dentro de uma instituição também é atravessada por situações conflitantes, cujos acontecimentos afetam a gestão e provocam sentimentos ambíguos. Este aspecto foi constatado pelas autoras em outro momento da intervenção.

O grupo demandou que a coordenadora se colocasse como parte do grupo, pois também vivenciava os acontecimentos na instituição. No momento em que a coordenadora expôs sua percepção, afirmando que também percebia algumas dificuldades da casa e sentia raiva e tristeza, as educadoras reagiram com surpresa (...) A quebra do silêncio quanto aos seus sentimentos e sobre os acontecimentos possibilitou uma abertura para o coletivo e o fortalecimento do grupo, diminuindo a sensação de desamparo vivenciada pelas educadoras no início do encontro (BERNARDES & MARIN, 2019, p.125).

A surpresa do grupo de cuidadoras/educadoras da pesquisa de Bernardes e Marin (2019) demonstra o quão é essencial a aproximação com as equipes, assim como também é primordial oferecer uma escuta ativa ou uma intervenção que viabilize a comunicação. Ao criarem um espaço reflexivo, Bernardes e Marin (2019) constataram a relevância da aproximação da coordenação de acolhimento com seus profissionais.

### **3.3.4 Categoria 4. Provisoriedade: fatores que influenciam no processo acolhimento e desacolhimento**

Como coordenadora e guardiã no acolhimento institucional, eu tinha que estar informada sobre os casos dos (as) acolhidos (as). Desta forma, geralmente trabalhava junto com a equipe técnica nos processos de reintegração para familiar ou na transferência de modalidades de um lar provisório para uma modalidade Casa-lar. Minha participação ocorria por meio de reuniões, atendimentos, audiências e visitas domiciliares e institucionais que permitiram vivenciar os entraves para a reintegração familiar. Logo, é necessário comentar que apesar do tempo de permanência das crianças de acordo com o Art. 19 § 2º do ECA (BRASIL, 1990, p.6) - após alteração da Lei 13. 509/2017- dizer que: “A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por

mais de 18 (dezoito meses), salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária” (s/p), a finalidade da provisoriedade não tem sido contemplada, sendo necessário que as equipes se mobilizem para requerer aprazamento da medida de proteção junto aos órgãos judiciários.

A provisoriedade é um dos objetivos do serviço da medida protetiva. Neste contexto, a rede socioassistencial acolhe para trabalharmos com a família e com a criança e o adolescente sobre os motivos que culminaram na medida de proteção para, posteriormente, buscamos reintegrá-los à família de origem. Contudo, temos enfrentado dificuldades que resultam na permanência por mais dezoito meses. Souza (2017) constatou manifestações dos trabalhadores do acolhimento sobre a incidência da permanência prolongada. Os entraves mais comuns observados na pesquisa de Souza (2017) diziam respeito às questões relacionadas ao trabalho/renda, moradia e segurança alimentar. Embora o ECA (Brasil, 1990) aponte que as famílias em situação de vulnerabilidade social devem ser providas pelo Estado em relação à carência de recursos materiais, e que este motivo não pode resultar na aplicação da medida de acolhimento institucional como está preconizado no Art. 23 do ECA “A falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar” ( Brasil, 1990, p.7), e nem ser a causa da permanência de crianças e adolescentes em situação de acolhimento, este fator ainda tem sido uma das razões mais observadas como causa de acolhimento e posterior encaminhamento para a adoção. Soares, Souza e Cardoso (2015) corroboram com Souza (2017) ao citarem em sua pesquisa realizada em 2004 dados coletados pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA) na qual constava a seguinte informação: na ocasião da pesquisa havia 626 unidades que prestavam serviço de atendimento a 19.373 crianças e adolescentes em situação de acolhimento. O estudo constatou que a escassez de recursos materiais no contexto familiar liderava o *ranking* dos fatores que mais culminaram na aplicação da medida protetiva.

Moreira, Passos e Pereira (2012) esclarecem que cabe ao Estado prover condições para consolidar os direitos da família. Ao passo que, se a família tem deveres e se não os cumprir, também terá punições. Por outro lado, as autoras comentam que a medida protetiva resultante no acolhimento é a sétima medida a ser aplicada, e ao analisarem as outras seis medidas antecedentes constataram que elas “podem ser aplicadas de forma concomitante, ou seja, não são excludentes uma relação as outras, nem interdependentes” (2012, p.31). Além disso, as pesquisadoras mencionam um fator relevante, por exemplo, as primeiras medidas têm como finalidade manter a convivência familiar sanando as vulnerabilidades existentes. Por outro lado, pude observar que ocasionalmente a adesão destas famílias aos programas do governo dependem de múltiplos fatores e de uma ampla rede de políticas públicas, algumas dessas

situações específicas serão abordadas no relato a seguir:

*Sobre as complexidades que envolvem os processos de reintegração posso descrever um caso complexo de um grupo de irmãos, filhos de pais com deficiência auditiva, em que a família estabeleceu entre eles sua própria forma de comunicação, somente os familiares mais próximos conseguiam interpretar o casal sem tantas dificuldades. Na família também havia muitos conflitos entre os pais, os filhos e seus familiares. Além da barreira comunicacional, os pais eram adictos de drogas ilícitas.*

*As questões desta família eram extremamente complexas, mais do que tempo, precisaríamos de estratégias em conjunto, mas nem sempre as coisas ocorrem em sincronia para se obter resultados efetivos. Geralmente nas reuniões realizadas pela equipe técnica estava presente um familiar para intermediar a comunicação com estes pais. A equipe técnica tentou quebrar esta barreira comunicacional participando de uma escola de libras, para aprender o idioma, depois as técnicas estimularam os filhos acolhidos e os pais a participarem também, os pais com o tempo desistiram. Esta dificuldade na comunicação afetou as outras equipes de serviços como o Creas, que não conseguiam se comunicar com o progenitor e, ocasionalmente, o achavam agressivo na forma de se expressar.*

*Em relação ao grupo de irmãos houve uma evolução em várias dimensões, tais como: saúde, educação, cultural e social. Entretanto, não foi possível alcançar os pais. A família extensa não pode receber os acolhidos. Eu recorro de uma audiência em que o juiz, mesmo diante dos relatórios bem embasados solicitando o prolongamento da permanência no serviço de acolhimento, parecia decidido em reintegrar e o fez. Pouco tempo depois, os irmãos voltaram para o serviço de acolhimento. De uma coisa nunca tivemos dúvidas, havia muito afeto entre os pais e as crianças, apesar das complexidades.*

*Logo depois houve a destituição do poder familiar e após uma adoção que não deu certo, eles retornaram para a instituição. O lado provisório deste caso, que deveria ter durado no máximo 18 meses, chegou há quase 4 anos, e havia outros da mesma forma. São situações como estas que observamos que o tempo imposto pelo judiciário não condiz com o tempo da família e, às vezes, o tempo não está a nosso favor.*

No que diz respeito a provisoriedade e as decisões que podem ou não culminar na reintegração das crianças e adolescentes para seus lares, o tempo é um fator primordial. É possível observar que os profissionais que atuam nos serviços da assistência social e no judiciário tem se deparado com a dualidade do tempo entre o real com seus entraves e o ideal preconizado nas legislações. As famílias atendidas no acolhimento possuem, por vezes, demandas complexas que precisam de tempo, um tempo que não dá para mensurar por normas, prever ou impor por determinações. O judiciário demanda uma solução, um resultado

mais efetivo do nosso trabalho enquanto técnicas, mas para se obter um resultado pode exigir um tempo, um tempo que nem sempre está ao nosso favor.

Santos e Costa (2007) desenvolveram um estudo no sistema judiciário com famílias em litígio, com a finalidade de compreender a multiplicidade do fator - tempo para os profissionais psicossociais em posições e funções distintas, com entendimentos diferentes, principalmente, em relação às concepções jurídicas e psicológicas. Em vista disso, pesquisou-se na Vara de Família e na 2ª Vara da Infância e da Juventude, órgãos nos quais tramitam os processos sobre as medidas de proteção para crianças e adolescentes, onde a figura de um juiz emite a sentença dentro de um tempo escasso com base nas informações (avaliação psicossocial) das equipes técnicas que atuam na rede socioassistencial e jurídica. Neste contexto, Santos e Costa (2007) chamam a atenção em relação às divergências particulares existentes entre o tempo que uma equipe técnica necessita para elaborar um relatório e o tempo que um juiz tem para realizar uma determinação judicial, tais situações certamente podem influenciar no resultado final. As autoras também enfatizam o quão é primordial “a urgência em se considerar a questão da subjetividade dos atores do Judiciário nos vários momentos e aspectos do processo judicial” (2007, p. 119).

No que diz respeito à Psicologia verifica-se que esta contribui na compreensão da significação das violações e violências, possibilitando a construção destas significações fornecidas pelas famílias envolvidas. Ademais, estes profissionais que fornecem subsídios para a decisão do juiz são aqueles que se veem mais envolvidos com as famílias, vivenciando e conhecendo com profundidade os conflitos, as necessidades e as situações reais do acolhimento, muitas vezes, incompreendidas nas oitivas pelo juiz. Acrescente -se que o tempo para a família de acordo com Santos e Costa (2007, p. 112) pode ser compreendido como: “O tempo, na experiência da relação familiar, é vivido como um processo de aproximações e separações incluindo vivências simultâneas, que envolvem gerações diferentes, que se encontram em ‘tempos’ diferentes.” Além disso, temos que considerar que cada família possui contextos e condições peculiares que podem apresentar demandas diversas, neste sentido as equipes que as acompanham não conseguem mensurar tempo necessário para sanar ou amenizar as questões que culminaram no acolhimento institucional.

A memória evocada sobre o caso do grupo de irmãos pode ser compreendida como um destes casos, devido às impossibilidades como: o despreparo das equipes para se comunicar com estes pais, uma vez que os pais com deficiência auditiva não utilizavam libras e sim um dialeto próprio; soma-se às questões de adicção e as dificuldades de articulação na rede socioassistencial. Sendo assim, é necessário que todos os profissionais envolvidos que contribuem para as tomadas de decisão - especificamente, para os propósitos da presente

escrita destacam-se os psicólogos do acolhimento institucional e das Varas da Infância e Juventude que vão subsidiar a decisão do magistrado - avaliem com atenção os processos de reintegração familiar e destituição do poder familiar, pois, vai impactar na trajetória de vida futura dos acolhidos.

Souza (2017) adverte sobre outro ponto que deve ser levado em consideração para que não haja reincidência de novas medidas protetivas no processo de reintegração. A autora alega ser necessário questionar o quantitativo de crianças que retornam para suas famílias, uma vez que, o número de desinstitucionalização elevados de um serviço de acolhimento pode favorecê-la como critério de renovação, funcionando supostamente como indicativo de que algo está funcionando. Contudo, estes números nem sempre podem afirmar que está havendo uma reintegração familiar de fato. Souza (2017) ainda chama atenção para situações essenciais que podem fazer a diferença antes, durante e pós-acolhimento, citando as diretrizes metodológicas conforme as Orientações Técnicas (2009) ao mencionar a exigência de um estudo diagnóstico prévio antes de alguma medida de proteção que resulte no afastamento de crianças e adolescentes do convívio familiar. No entanto, durante minha gestão constatei que este diagnóstico não era produzido com frequência, pois os acolhimentos institucionais onde trabalhei geralmente recebiam os usuários sem o diagnóstico prévio. Conseqüentemente, o acolhimento, que seria uma medida excepcional e de caráter provisório<sup>12</sup> a ser aplicada, se tornou uma das primeiras opções.

De acordo com Monteiro, Costa, Cruz e Magalhães (2020) os fatores que tem causado a maior ocorrência de medidas de proteção e, portanto, suscitando o acolhimento institucional, são eles: violência sexual, física e doméstica, negligência familiar, abandono, trabalho infantil, crianças e adolescentes em situação de rua, pais adictos e práticas parentais impróprias<sup>13</sup>. Mais adiante, Monteiro, Costa, Cruz e Magalhães (2020) também pontuam que a medida protetiva que resultará no acolhimento somente deve ser aplicada em concordância com Orientações Técnicas (2009) e com o ECA (Brasil 1990), cujas diretrizes sugerem o afastamento de seus familiares em última circunstância, ou seja, quando se esgotarem todos os recursos que contribuem para permanência da criança ou do adolescente na família de origem ou extensa, atentando para excepcionalidade e provisoriedade da institucionalização.

Ferreira e Moreira (2017), ao apresentarem a concepção teórica acerca do acolhimento institucional, consideram que o espaço de execução de medida protetiva deve harmonizar com

---

<sup>12</sup> Artigo 101 da Lei nº 8.069 de 13 de Julho de 1990 § 1º O acolhimento institucional e o acolhimento familiar são medidas provisórias e excepcionais, utilizáveis como forma de transição para reintegração familiar ou, não sendo esta possível, para colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

<sup>13</sup> Na tese de doutorado da Dr<sup>a</sup>. Prof<sup>a</sup>. Fernanda Herminia Oliveira de Souza - Parentalidade para quem? A convivência familiar no acolhimento profissional - a autora indica que esses termos devem ser apurados e criticados de forma reflexiva.

as preconizações normativas na realização dessa proteção. Assim, sua pesquisa com os trabalhadores e com os gestores da política pública da assistência municipal de Belo Horizonte tinha como finalidade saber como os trabalhadores dos acolhimentos institucionais se apropriavam e entendiam suas experiências na instituição, tanto na perspectiva da gestão, quanto da execução da medida protetiva. Neste ínterim, foi abordada a discrepância existente entre a idealização dos processos normativos e aquilo que é realmente praticado no cotidiano onde se desenvolve a medida protetiva. Além disso, foi demonstrado que os atos não realizados ou ineficientes no transcorrer da execução da medida de proteção podem implicar em falhas desde o início do acolhimento. Isto ocorre porque geralmente não se tem uma avaliação mais consistente dos motivos que levaram a esse rompimento com a família e com a comunidade.

Outra questão que desperta atenção sobre a necessidade de se reavaliar as práticas e os debates acerca da reintegração familiar diz respeito aos dados - atualizados no dia 13/06/2022 - do painel de acompanhamento do Sistema Nacional de Acolhimento do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)<sup>14</sup>. Atualmente há 29.542 crianças acolhidas em 5.514 serviços de acolhimentos. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)<sup>15</sup> (2021) apresentou em 2020 o primeiro relatório de avaliação do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC). O documento utilizou dados do Censo SUAS e pesquisas sobre serviços de acolhimento realizadas anteriormente pelo IPEA e pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). O estudo buscou revelar a trajetória dos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes e constatou que houve um aumento de 16% no número de instituições em todo o Brasil no período de 2010 a 2018. Inclusive, na pesquisa de Soares, Souza e Cardoso (2015) foi verificado uma ampliação na rede de acolhimentos para os interiores, municípios de menor porte e para grupos reduzidos:

De acordo com informações do Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Acolhidos, do Conselho Nacional de Justiça, em 2011, 36.551 crianças e adolescentes encontravam-se em instituições de acolhimento. Esse número sobe para 37.240 em 2012 e para 43.585 no ano seguinte. Em 2014 existiam 45.237 crianças e adolescentes acolhidos. Em outubro de 2014, o CNJ divulgou em sua página virtual que “cerca de 3,5 mil crianças e adolescentes acolhidos foram reintegrados à família nos primeiros seis meses do ano.” Destes, 2.225 voltaram a morar com a família natural e 1.308 foram viver com a família extensa (Freire, 2014). Como pode ser observado, o número de reintegrações informadas pelo CNJ corresponde a menos de

---

<sup>14</sup> Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Disponível em:

<<https://paineisanalytics.cnj.jus.br/single/?appid=ccd72056-8999-4434-b913-f74b5b5b31a2&sheet=4f1d9435-00b1-4c8c-beb7-8ed9dba4e45a&opt=cursrel&select=clearall>> Acesso em 30 de ago. 2022.

<sup>15</sup> Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). (2021). Reordenamento dos Serviços de Acolhimento de Crianças e Adolescentes e Implementação de Novas Modalidades – Família Acolhedora e Repúblicas (2010-2018).

8% do montante de acolhidos (SOARES; SOUZA; CARDOSO, 2015, pp. 332-333).

Sendo assim, por meio das informações do CNJ, conclui-se que houve um número pequeno de acolhidos reintegrados ao convívio familiar. Nesse sentido, torna-se importante investigar, conforme sugerem Soares, Souza e Cardoso (2015), como é realizada a convivência familiar no contexto do acolhimento. Sobretudo, deve-se analisar quais são os entraves que impossibilitam a efetividade da reintegração familiar. Logo, se tem como fato: 1) o aumento do número de crianças e adolescentes institucionalizados e 2) a longa permanência nas casas de acolhimento, o que nos chama atenção para como se dará o processo de institucionalização prolongada e quais são as estratégias que viabilizam a desinstitucionalização. Desta forma, torna-se essencial discutir o acolhimento institucional, com destaque às etapas do que ocorrem antes, durante e pós acolhimento, para que possamos compreender as principais lacunas e demandas existentes. Na evocação a seguir lembro-me de algumas dificuldades relacionadas às questões de planejamento, logísticas (de transporte) e recursos financeiros que, de certa forma, interferem no processo da reintegração familiar e influenciam na dilação do prazo da provisoriedade.

*A realidade da reintegração familiar nas unidades onde trabalhei tinha dois grandes obstáculos. A primeira grande dificuldade era a localização das unidades que não viabilizaram a visita das famílias e seus acolhidos. Além disso, geralmente, as unidades ficam em bairros nobres, onde a circulação de muitos ônibus não é muito comum. Nos pontos de ônibus mais próximos da unidade, frequentemente, a rota era em direção ao centro da cidade ou demandava longas horas de viagem até chegar ou vir de bairros periféricos. As famílias pagavam até quatro passagens de ônibus e, muitas vezes, traziam consigo os filhos e os parentes que tinham vontade de visitar os acolhidos.*

*Raros eram os dias de visitas em que as técnicas, ao realizarem os atendimentos, para aproveitar a visita, não percebiam que os familiares chegavam exaustos e com fome. Algumas vezes me perguntavam se havia possibilidade deles comerem algo na unidade antes de retornarem para suas casas. Nesse momento, fazíamos dessa oportunidade um meio de aproximação. Era um momento de almoço em família, os familiares faziam suas refeições com seus filhos e filhas, bons momentos em que se alimentava o corpo e alma. Muitas vezes, vi no olhar daqueles pais gratidão por estarmos protegendo e cuidando dos seus filhos e o desejo de que eles retornassem para casa.*

*Outro ponto negativo que dificultava a convivência comunitária ocorria porque geralmente, as crianças eram matriculadas nas escolas próximas às unidades de acolhimento e não nas suas respectivas comunidades, por isso, não interagem com as comunidades de origem. Quando os acolhidos iam passar os finais de semanas e feriados nas casas de seus*

*pais, eu percebia o quanto eles ficavam felizes em rever os vizinhos e os colegas. Depois das visitas, alguns adolescentes me procuravam para me contar as novidades trazidas pelos parentes. Os motivos que os colocaram naquela situação de acolhimento, não era somente a violação ou violência de seus familiares contra eles, às vezes, era sobre a violência que tinha atingido seus pais.*

As evocações supramencionadas discorrem sobre a falta de efetividade e de planejamento da política pública nos acolhimentos em prol da convivência familiar e comunitária. A impossibilidade de exercer o direito à convivência na comunidade de origem e os obstáculos de acesso da família para realizar as visitas na instituição eram problemas sérios relatados por pais, acolhidos e profissionais do acolhimento. Todos esses envolvidos consideravam que a interação com as comunidades e familiares era imprescindível para a elaboração de estratégias de reintegração familiar.

Na pesquisa de Berg et al (2021) - sobre crianças e adolescentes sob medida protetiva advindos de diversas situações de vulnerabilidades, principalmente, aqueles de situação de rua - se buscou investigar a ética do cuidado nos processos de acolhimento institucional. Logo depois foi analisado o acolhimento e o cuidado pelo viés das políticas públicas no contexto do Sistema de Garantias de Direitos das Crianças e do Adolescente (SGDCA) de Niterói/RJ, que apontaram empecilhos como dificuldades de acesso aos serviços necessários que garantem direitos básicos. Dessa forma, Berg et al (2021) consideraram que os princípios de intersetorialidade e de integralidade associados às políticas públicas como indicadores do trabalho realizado em rede, somente são acessíveis em meio a dificuldades significativas que interferem na efetividade dos resultados e na qualidade do serviço público.

O trabalho com os responsáveis/familiares é um ponto importante para a reintegração, posto que a maioria das famílias necessitavam de muito apoio da rede socioassistencial e dos demais setores das políticas públicas. Tanto quanto seus filhos, essas famílias também precisavam de cuidados. Segundo Monteiro, Costa, Cruz e Magalhães (2020) as dificuldades que perpassam o processo de reintegração familiar podem ocasionar o prolongamento da institucionalização e o agravamento de algumas situações para a família, os (as) acolhidos (as) e os profissionais. Alguns exemplos desses problemas são: dificuldades econômicas, perdas de vínculo familiar, uso de substâncias psicoativas pelos pares responsáveis dos (as) acolhidos (as), complicações para elaborar o acompanhamento de visitas pela equipe técnica, falta de políticas públicas e das ações institucionais, e dificuldades da família para participar da reinserção familiar. Dessa forma, a família não deve ser culpabilizada pelas falhas sociais, mas deve receber o apoio das políticas públicas, visando fortalecê-la e dar-lhes condições para que seja possível a reintegração familiar, principalmente porque, como reitera Fadul (2018), o

Estado tem o dever e a responsabilidade de garantir o acesso aos direitos de cidadania para todos, de acordo com suas diversidades, singularidades e necessidades.

### **3.4 Considerações finais**

Ao analisar os resultados das categorias percebeu-se que os desafios estruturais do acolhimento institucional são significativamente citados nos estudos (Varella, 2004; Acioli et al 2008; Moreira, 2016; Fonseca et al, 2020) que trazem tais questões de forma direta ou indireta. Durante minha experiência, considero que os aspectos estruturais e administrativos foram os mais difíceis, pois geralmente dependem de contratos de serviços, locações e licitações. Além disso, frequentemente a dificuldade burocrática era a justificativa fornecida pela gestão municipal para os entraves vividos durante minha atuação como coordenadora. Em relação aos estudos analisados (Campos e Araújo, 2018; Souza, 2017, Fadul, 2018) percebeu-se que as dificuldades, geralmente, advertem que o Estado deve realizar investimentos nas políticas públicas, visando fornecer um serviço de qualidade. Os aspectos estruturais em uma casa de acolhimento têm impacto no serviço fornecido, nos direitos e no desenvolvimento das crianças e adolescentes acolhidos, que são negativamente afetados quando não há espaços adequados, nem recursos materiais e humanos que atendam às suas necessidades.

Em relação às angústias dos profissionais, elas existem e coexistem por diversos motivos: falta condições de trabalho, ausência de políticas públicas efetivas, deficiência na capacitação dos servidores, baixa remuneração, e necessidade de análise de perfis. Estes são alguns dos fatores que afetam as diferentes categorias, inclusive a própria gestão do acolhimento. Sobre estes aspectos cabe o SGDCA - em suas respectivas instâncias - buscar uma intervenção que proponha uma reflexão dialógica para pensar em estratégias que possam aprimorar o serviço prestado pelas políticas públicas, visando garantir os direitos das crianças e adolescentes acolhidos.

Também abordei o papel do investimento no ambiente de trabalho por meio de uma acolhida de qualidade às demandas trazidas pelos profissionais que atuam no serviço. Sobre este assunto foi analisada uma pesquisa (Bernardes e Marin, 2019) sobre a autonomia de uma gestora de acolhimento. O estudo esclareceu a importância de haver uma sinergia entre o coordenador e as demais categorias, principalmente com os cuidadores, pois eles têm mais proximidade com os (as) acolhidos (as).

A respeito da provisoriedade, foram indicadas questões que abordam as lacunas e as fragilidades existentes no processo de (des) institucionalização, chamando atenção para a

necessidade do estudo prévio antes de se afastar a criança e o adolescente da família. Contudo, as dificuldades existentes para efetuar tal estudo estão ligadas às complexidades de diálogo intersetorial na rede. Esta questão necessita de pressupostos teóricos que possam demonstrar quais são os maiores entraves para a resolutividade destas demandas a fim de conseguir construir uma devida articulação com diversos setores (saúde, educação, moradia, segurança, assistência social).

Na minha experiência e nos pressupostos teóricos analisados, foram observadas as dificuldades que as crianças e adolescentes acolhidos e seus responsáveis sofrem por não poderem usufruir da convivência familiar e comunitária devido aos entraves supostamente administrativos. Sobre estes obstáculos, é necessário que o Estado cumpra seu dever e invista nas políticas públicas para que haja planejamento nos órgãos executores da medida de proteção. Também seria preciso que o Estado providenciasse subsídios para os setores que se articulam com a assistência social, a fim de obter condições para atender as demandas dos responsáveis dos (as) acolhidos (as).

O universo do acolhimento é campo de pesquisa vasto, e, conseqüentemente, pode observar que cada vez mais os pesquisadores da área buscam discutir o processo de acolhimento institucional (Melo, 2020; Rodrigues, 2015), às relações sociais (Rodrigues, 2015; Berger et al, 2021; Bernardo e Marin, 2019; Ferreira & Moreira, 2017; Lemos, Gechele, 2017), protagonismo social das crianças e adolescentes e seus familiares (Tironi, 2017; Melo, 2020; Gomes, 2021; Rossetti-Ferreira, Serrano, Almeida 2012) e analisar como o SGDCA se posiciona mediante o papel do Estado nestes aspectos (Ferreira & Moreira, 2017; (Monteiro, Costa, Cruz e Magalhães, 2020; Soares, Souza e Oliveira, 2017). Contudo, algumas questões citadas brevemente como, por exemplo, o acolhimento de crianças e adolescentes com necessidades específicas, não têm o debate necessário no que diz respeito às questões estruturais e às adequações. Às necessidades específicas são muito abrangentes, mas é necessário um olhar atencioso para o transtorno mental. Assim, se identificou a falta de estudos sobre crianças e adolescentes no acolhimento institucional com deficiências e com transtornos mentais. Pesquisar sobre tais questões pode impactar no desenvolvimento e na proteção dos (as) acolhidos (as), bem como na melhoria do serviço.

Outros desdobramentos que ainda necessitam ser discutidos referem-se aos pós acolhimento. Sobre este assunto, as Orientações Técnicas (2009) preconizam que após a reintegração familiar seja feito um acompanhamento de seis meses. Este tempo também pode ser utilizado para analisar o processo de contrarreferência. Contudo, estes acompanhamentos pós acolhimento nem sempre são possíveis de serem realizados, porque a equipe do acolhimento às vezes compreende que não há mais necessidade para o acompanhamento após

a reintegração ou porque não existem condições de realizar o acompanhamento devido às diversas demandas e escassez de estrutura. Todavia, avaliar o pós acolhimento nos mais diversos aspectos pode ser uma alternativa para analisar os impactos da medida de proteção nos (as) acolhidos (as), assim como na família, além de prevenir a recorrência de outras medidas de proteção.

Diante do exposto, reafirma-se a necessidade de capacitação dos profissionais do acolhimento institucional. Considerando o que foi desenvolvido no presente artigo, sugere-se como estrutura dessas capacitações que: um dos conteúdos debatidos deve ser sobre as documentações e as legislações que regem as atribuições, as funções e as diretrizes do serviço de acolhimento, pois muitos profissionais desconhecem tais conteúdos e atuam baseados em suas experiências, suas convicções ou no senso comum; outro conteúdo é sobre situações específicas que podem surgir no acolhimento, tais como o acolhimento de crianças e adolescentes com necessidades especiais e o debate com questões de gênero. Na implementação dessa capacitação, os profissionais devem ter condições adequadas para participarem desse processo, compreendendo tal atividade como parte integrante da jornada laboral. Assim, a instituição deve se organizar para planejar momentos de capacitação nas horas de trabalho dos profissionais do acolhimento.

### 3. 5 Referências bibliográficas - Artigo 1

Acioli, R. M. L. et al. (2018). Avaliação dos serviços de acolhimento institucional de crianças e adolescentes no Recife. **Ciência & Saúde Coletiva [online]**. 2018, v. 23, n. 2 [Acessado 11 Dezembro 2021], pp. 529-542. Recuperado de: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232018232.01172016>>.

Almeida, V.P. (2016). Formação e capacitação dos profissionais das casas de acolhimento institucional de crianças e adolescentes: as oficinas de dinâmicas de grupos coconstruindo saberes. In In Moreira, M. I. C. Passos, A. P. C.P.; Almeida, V. P. (orgs). **Cuidar de quem cuida: trabalhadoras e trabalhadores no acolhimento institucional**. Cap. 3. (pp. 64-94) Curitiba: CRV.

Berger, S.M.D. et al. (2021). A ética do cuidado nos processos de acolhimento de crianças e adolescentes: tramas, fios e conexões. In Rizzini.I,& Couto, R.M.B (Orgs.). **Entre a casa, as ruas e as instituições: crianças e adolescentes em acolhimento institucional no Brasil**. Rio de Janeiro: PUC-Rio.Cap.1(pp.21-41).

Bernardes, J. W., & Marin, A. H.. (2019). Intervenção com educadoras sociais no contexto de acolhimento institucional: relato de experiência. **Revista da SPAGESP**, 20(2), 117-130. Recuperado de: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1677-29702019000200009&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702019000200009&lng=pt&tlng=pt).

Brasil. (2009a) Conselho Nacional de Assistência Social. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. Brasília.

Brasil. (2006). [CONANDA/CNAS/SEDH/MDS]. Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária. 2006

Brasil. (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 5 de outubro de 1988. Dispõe do texto constitucional da República Federativa do Brasil. Recuperado de: <<http://www.tse.jus.br/eleitor/servicos/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral>>

Brasil. (1990). **Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, DF.

Brasil. (2009b). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes**. Brasília: MDS.

Calva, S. M. B. (2019). **Autoetnografia: uma metodologia qualitativa**. Aguascalientes: Universidad Autónoma de Aguascalientes.

Campos, R.C.P. R. & Araújo, N. R. (2018). Situação educacional de crianças e jovens com deficiência em acolhimento institucional. **Cadernos de Pesquisa** [online]. v. 48, n. 170. pp. 1148-1166. Recuperado de: . ISSN 1980-5314. <https://doi.org/10.1590/198053145587>

Carlotto, M. S., & Câmara, S. G. (2008). Análise da produção científica sobre a Síndrome de Burnout no Brasil. **Psico**, Porto Alegre, PUCRS, v. 39 , n. 2, pp. 152-158. Recuperado de: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/revistapsico/article/view/1461/3035>>.

Candau, J. (2012) **Memória e identidade**. Tradução Maria Leticia Ferreira. – 1. ed., 2ª. Reimpressão. São Paulo: Contexto.

Dias, M.D.A. (2016). A saúde do trabalhador da casa de acolhimento institucional. In: Moreira, M.I.C.; Passo, A.P.C.P; Almeida, V.P. (orgs) . **Cuidar de quem cuida: trabalhadoras e trabalhadores no acolhimento institucional**. Curitiba- CRV. Cap. 3 (pp. 63-93).

Ellis, C., A., T. E., & Bochner, A. P. (2011). **Autoethnography: an overview**. **Historical Social Research**, 36(4), 273-290. <https://doi.org/10.12759/hsr.36.2011.4.273-290>.

Fadul, F.M. (2018) Família no alvo das políticas públicas: o que intersectorialidade tem a ver com isso? In: Romagnoli, R.C. (Org.) **A intersectorialidade e seus desafios**. (pp. 115-128).

Ferreira, B. C. L. (2015). Presente temporário, futuro temerário: estudo exploratório da síndrome de burnout em funcionários de Centros de Acolhimento Temporário. (Dissertação de mestrado) Universidade de Coimbra Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação. Coimbra, Portugal.

Ferreira, J. A., & Moreira, M. I. C. (2017). O acolhimento institucional na perspectiva dos trabalhadores dos serviços de proteção: múltiplos sentidos. **Psicologia em Revista**, 23(1), 256-273. Recuperado de: <https://dx.doi.org/10.5752/P.1678-9563.2017v23n1p256-27>

Fonseca, P. N.; Albuquerque, a.B.; Lima, B. L.; Santos, J.L.F.; Souza Filho, J.F. (2020). Acolhimento institucional de crianças: avaliação da estrutura física, do funcionamento e da equipe de profissionais. **Psicología, Conocimiento y sociedad**. Montevideo , v. 10, n. 3, p. 48-62. Recuperado de: <[http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1688-70262020000300048&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1688-70262020000300048&lng=es&nrm=iso)>. Epub 01-Dic-2020. <http://dx.doi.org/10.26864/pcs.v10.n3.4>.

Gomes, L. Org(a).. (2021). Infância, participação e socialização. **Psicología, Conocimiento y Sociedad**, 11(1), 85-96. Epub 01 de junho de 2021. Recuperado de: <https://doi.org/10.26864/pcs.v11.n1.6>.

Gulassa, M. L. (2016). Prefácio. In: Moreira, M. I. C. Passos, A. P. P.; Almeida, V. , P. (Orgs). **Cuidar de quem cuida: trabalhadoras e trabalhadores no acolhimento institucional**. Curitiba: CRV. Cap.5( pp.1-14).

Lemos, S. de C. A.Gechele, H. H. L.; Andrade, J. V. (2017). Os Vínculos Afetivos no Contexto de Acolhimento Institucional: Um Estudo de Campo. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. V. 33, p. 110. 2017. Recuperado de: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010237722017000100303&script=sci\\_abstr act&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010237722017000100303&script=sci_abstr act&tlng=pt)>

Maia, S. M.; Batista, J. (2020) Reflexões sobre a autoetnografia. **Prelúdios**: Revista do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UFBA, v. 9, (pp. 239-245).

Melo, E.R. (2020). Prefácio. In: Rizzini,I, & Couto, R.M.B (Orgs.). **Entre a casa, as ruas e as instituições: crianças e adolescentes em acolhimento institucional no Brasil**. Rio de Janeiro: PUC-Rio de Janeiro pp. 7-9.

Monteiro, B. N. S.;Costa, A. C. R.; Cruz, E. J. S., & Magalhães, C. M. C. (2020). Crianças em acolhimento institucional: dificuldades e possibilidades para a reinserção familiar. **Pensando nas famílias**, 24(1), 128-143. Recuperado de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-494X2020000100010&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2020000100010&lng=pt&tlng=pt)

Moreira, M.I.C. (2016). Trabalhadoras e trabalhadoras nas casas de acolhimento institucional: diagnósticos e perspectivas. In.: Moreira, M. I. C. Passos, A. P. P.; Almeida, V. , P. (Orgs). **Cuidar de quem cuida: trabalhadoras e trabalhadores no acolhimento institucional**. (1a. ed.,Cap.1, pp.15-42) Curitiba: CRV.

Moreira, M. I. C. Passos, A. P. P.; Almeida, V. , P. (Orgs).(2016). **Cuidar de quem cuida: trabalhadoras e trabalhadores no acolhimento institucional**. Curitiba: CRV.Cap.5, (pp.113-130).

Moreira, T. A. S., & Paiva, I. L. de. (2015). A atuação do psicólogo nos Serviços de Acolhimento Institucional de crianças e adolescentes. **Psicologia Em Estudo**, 20(3), 507-517. Recuperado de: <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v20i3.27288>

Moreira, M.I.C. Passos,A.P.C.P. Pereira, C.C. (2012). A posição da família nas Políticas Públicas de Proteção: oscilações entre o centro e margem. In: Moreira, M.I.C. & Carellos,

S.D.M.S. (Orgs). **Famílias em vulnerabilidade social: é possível auxiliar sem invadir?** Curitiba: CRV. Cap. 2, (pp. 29 - 48).

Oliveira, I.F. (2014). O desafio e limites para atuação do psicólogo no SUAS. In: Cruz, L. R. & Guareschi, N. (Orgs). **O psicólogo e as Políticas Públicas de Assistência Social**. Petrópolis/RJ: Vozes. Cap.2 (pp. 35-51).

Oliveira, É. C. S. O.; Rocha K.A.; Moreira, L.E.; Huning, S.N. (2019). “Meu lugar é no cascalho”: políticas de escrita e resistências. **Fractal: Revista de Psicologia [online]**. 2019, v. 31, n. sp pp. 179-184. Recuperado de: <[https://doi.org/10.22409/1984-0292/v31i\\_esp/29043](https://doi.org/10.22409/1984-0292/v31i_esp/29043)>. Epub 20 Dez 2019. ISSN 1984-0292. [https://doi.org/10.22409/1984-0292/v31i\\_esp/29043](https://doi.org/10.22409/1984-0292/v31i_esp/29043).

Raimondi, G. A., Moreira, C., & Barros, N. F. de .. (2019). O corpo negado pela sua “extrema subjetividade”: expressões da colonialidade do saber na ética em pesquisa. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, 23, e180434. recuperado de: <https://doi.org/10.1590/Interface.180434>

Rossetti-Ferreira, M. C. et al. (2012). Acolhimento de crianças e adolescentes em situações de abandono, violência e rupturas. **Psicologia: Reflexão e Crítica [online]**. v. 25, n. 2. pp. 390-399. Recuperado de: <<https://doi.org/10.1590/S0102-79722012000200021>>

Santana, A.B.; Frias, C.; Gueiros, D.A.; Navas, E.P.; Ganev, E.; Ribeiro, e.; Fávero, E.T.; Sette, M.B.A.; Cemente, M.L.; Pizza, M.T.; Castanho, M.V.B.; Giacomini, M. (2008) Famílias de crianças e adolescentes abrigados em São Paulo. In. Fávero, E.T.; Vitalle, M.A.F.; Baptista, M.V. (orgs) **Famílias de crianças e adolescentes abrigados: quem são, como vivem, o que pensam, o que desejam..** São Paulo - Paulus. Cap. 1. (pp. 25-105).

Santos, M. R. R. dos., & Costa, L. F. (2007). O tempo na trajetória das famílias que buscam a justiça. **Revista Do Departamento de Psicologia**. UFF, 19(1), 111–126. Recuperado de: <https://doi.org/10.1590/S0104-80232007000100009>

Silva, S. C.P.S. et al. (2015). A síndrome de burnout em profissionais da Rede de Atenção Primária à Saúde de Aracaju, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva [online]**. v. 20, n. 10 [Acessado 14 Fevereiro 2022] , pp. 3011-3020.

Soares, L.C., L. C. E. C.; Souza, F. H. Oliveira; C., F. S. (2015). Convivência familiar em três cenários: acolhimento institucional, famílias recasadas e violência doméstica. **Psicologia Argumento**, [S.l.], v. 33, n. 82, nov. ISSN 1980-5942. Recuperado de: <<https://periodicos.pucpr.br/index.php/psicologiaargumento/article/view/19587>>. Acesso em: 25 jan. 2021.

Souza, F. H. O. (2017). Parentalidade para quem? a convivência familiar no acolhimento institucional. 198 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Tironi, S. (2017). Criança, participação política e reconhecimento / Children, political participation and recognition. **Revista Direito e Práxis**, 8(3), 2146-2172. Recuperado de: [doi:https://doi.org/10.12957/dep.2017.23563](https://doi.org/10.12957/dep.2017.23563)

Varella, S. F. (2004). O levantamento de informações sobre direitos violados de crianças e adolescentes no sistema de informações para a infância e adolescência (SIPIA – MÓDULO I): Conteúdo E Metodologia. Brasília. Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA)/Ministério da Justiça.

Versiani, D. B. (2013). Autoetnografia: uma alternativa conceitual. **Letras De Hoje**, 37(4). Recuperado de <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/14258>

#### **4. ARTIGO 2 - AS RELAÇÕES SOCIAIS NO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PELA PERSPECTIVA CONCEITUAL DO CAPITAL SOCIAL E LAÇOS SOCIAIS**

##### **Resumo**

O artigo buscou relacionar os conceitos de laços sociais de François de Singly, e a definição de capital social de Pierre Bourdieu, Robert Putnam, James Coleman e Francis Fukuyama com o acolhimento institucional de crianças e adolescentes. O objetivo da pesquisa foi compreender como as relações sociais e os vínculos afetivos se configuram entre os (as) profissionais cuidadores/educadores (as) e os acolhidos, visando analisar o papel deste profissional e as potencialidades presentes no exercício desta função. A revisão narrativa foi a metodologia utilizada para coletar as informações e para análise dos resultados utilizou-se a análise de conteúdo. Desta forma, o material foi organizado nas seguintes categorias: 1) Acolhimento institucional para criança e adolescente é também um espaço de cuidado e educação; 2) Papel da cuidadora/ educadora nas políticas públicas do serviço de acolhimento institucional; 3) Cuidadora/ Educadora é família?; 4) A cuidadora como construtora do laço social; 5) Análise das relações sociais no processo institucional sob a perspectiva do Capital Social. A análise dos resultados evidenciou os desafios existentes na constituição das relações sociais, assim como destacou a imprescindibilidade de se pensar em estratégias e intervenções acerca do cuidador /educador como um agente transformador.

**Palavras-chaves:** Acolhimento Institucional; Laço Social; Capital Social. Educador Social.

#### 4.1 Introdução

O presente artigo teve como objetivo compreender como ocorrem as relações sociais no acolhimento institucional entre as crianças e adolescentes e as profissionais cuidadoras/educadoras<sup>16</sup>, visando destacar a potencialidade desta relação social para desenvolvimento integral dessa população atendida. A realização desta análise foi feita por meio da perspectiva de dois conceitos. O primeiro é a noção de laços sociais, e referem-se aos estudos realizados por François de Singly, evidenciando-se que por meio desta socialização no âmbito coletivo é imprescindível a construção de vínculos com base no respeito e na confiança. O segundo conceito é o capital social, a partir dos debates dos seguintes autores: Pierre Bourdieu, Robert Putnam, James Coleman e Francis Fukuyama. Compreende-se que o conceito de laço social corrobora com a possibilidade de produção para o capital social, uma vez que a base deste capital se origina das relações sociais.

Para estabelecer um diálogo entre o acolhimento institucional, laços sociais e o conceito de capital social, torna-se necessário saber o que é um serviço de acolhimento institucional e qual seu objetivo. De acordo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2009, p.44) os serviços de acolhimentos institucionais encontram-se na Proteção Social Especial e dividem-se em serviços de Média Complexidade e Alta Complexidade do Sistema Único da Assistência Social (SUAS). Na Alta Complexidade é realizado "acolhimento em diferentes tipos de equipamentos, destinado a famílias e/ou indivíduos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, a fim de garantir proteção integral". O serviço deverá se organizar garantindo as singularidades dos indivíduos e seus familiares e responsáveis, em respeito, por exemplo, à privacidade, à orientação sexual e ao gênero, à religião, aos costumes, às tradições, à raça/etnia, dentre outros.

Contudo, as instituições de acolhimento vão além da incumbência da execução de uma medida protetiva, cujo objetivo poderia ser compreendido somente no âmbito do cuidado e da proteção. Estes serviços também são entidades educativas. O acolhimento institucional tem no seu quadro de funcionários, profissionais de diversas categorias, considerados profissionais do cuidado. Entretanto, neste estudo buscou-se destacar a categoria das cuidadoras/educadoras. A pesquisa buscou contextualizar acerca da terminologia desta profissão. Foi levado em consideração a discussão e o uso do termo

---

<sup>16</sup> Reitera-se que assim como ocorreu no primeiro artigo, este artigo também utilizará o termo cuidadora/educadora no gênero feminino por corresponder a maioria dos profissionais que atuam nesta função.

educador social em relação ao exercício da profissão cuidador/ educador nos serviços de acolhimento institucional para criança e adolescente. A imprescindibilidade do debate sobre a profissão traz pontos essenciais como a formação e as atribuições deste profissional, considerando que as Orientações Técnicas (Brasil, 2009b) preconiza que a formação mínima para o exercício da profissão é ter o Ensino Médio e capacitação para exercer a função.

No acolhimento institucional para crianças e adolescentes todos os trabalhadores nos seus respectivos exercícios laborais cuidam dos interesses das crianças e adolescentes institucionalizados em diferentes dimensões. Entretanto, o foco das relações sociais foi na categoria das cuidadoras/educadoras, devido ao papel que elas exercem neste serviço. De acordo com Bernardes e Marin (2019, p.119), a cuidadora também chamada de educadora social, “faz parte de uma modalidade não formal de educação, compreendida como uma atividade socioeducativa que, de forma continuada, objetiva a melhora na qualidade de vida [...]”. Sendo assim, o papel das cuidadoras é direcionado ao atendimento de crianças e adolescentes em situação de acolhimento, suprimindo suas necessidades básicas no âmbito do cuidado, além de auxiliarem no processo de desenvolvimento desta população.

Neste contexto, ainda cabe pontuar que as cuidadoras se tornam uma referência adulta (e às vezes familiar) para os acolhidos. Esta interação próxima se justifica pelas atividades desenvolvidas, tais como acompanhar e zelar pela integração e desenvolvimento deste público em questões de saúde, educação escolar, alimentação, higiene e lazer. Estas atividades promovem a interação e a vinculação entre os profissionais e as crianças e adolescentes acolhidos (Brasil, 2009 b). A proposta desta pesquisa, sobre a vinculação proveniente das relações sociais e afetivas entre cuidadoras e acolhidos, visa construir um diálogo sobre o cuidado - no sentido da proteção e da educação - a partir dos conceitos de capital social e de laço social.

## **4.2 Metodologia**

A abordagem da pesquisa será qualitativa no campo da pesquisa social que, segundo Minayo (2014, p. 46), é um universo controverso onde existem diversos questionamentos ainda sem respostas, cujos debates não se esgotam. As pesquisas sobre acolhimento institucional parecem corroborar a afirmação de Minayo (2014), pois elas estão um campo vasto de pesquisas, uma vez que as questões e as relações que atravessam este tema desdobram-se em diversos temas (sociedade, relações sociais, afetivas, de poder, direitos humanos, políticas públicas). Do ponto de vista de Minayo

(2014, p. 47), a pesquisa social pode utilizar diferentes formas de investigação ao tratar com o “ser humano em sociedade, de suas relações e instituições, de sua história e de sua produção simbólica”. Nessa linha, Uwe (2013) afirma que a pesquisa social tem elaborado argumentos para futuras tomadas de decisões que podem contribuir para questões políticas e práticas.

A estratégia metodológica aqui desenvolvida foi a revisão narrativa. A escolha da revisão narrativa possibilitou que o presente estudo desenvolvesse uma posição crítica na pesquisa ao utilizar autores de diferentes áreas para demonstrar as ligações conceituais. Desta forma, esta escolha metodológica foi determinante para esclarecer as questões temáticas desta pesquisa para atender o interesse em utilizar determinados conceitos específicos.

Sendo assim, a análise a ser empreendida buscou dialogar com os conceitos de laço social e individualização progressista por meio dos conceitos do sociólogo François de Singly. No que tange à produção do capital social no acolhimento institucional de crianças e adolescentes, o estudo trabalhou com as principais teorias acerca do capital social, por meio dos teóricos: Pierre Bourdieu, Robert Putnam, James Coleman e Francis Fukuyama, para apontar a potencialidade da relação social constituída entre os acolhidos e as cuidadoras. O material desta revisão narrativa foi constituído pela literatura relacionada ao tema/problema de estudo, obtida por meio do uso dos seguintes descritores: Acolhimento Institucional; Laço Social; Individualização; Capital Social. A modalidade de análise de dados escolhida foi a análise de conteúdo.

Estes conceitos contemplam o uso da revisão narrativa associando-os aos processos de socialização, relações sociais e constituição das redes sociais constituídas nos grupos e ambientes coletivos em geral. Desta forma, este estudo buscou vincular os conceitos de Laço social e Capital para demonstrar que o período de acolhimento institucional é propício para criar vínculos sociais alicerçados na confiança e no respeito.

### **4.3 Acolhimento institucional para criança e adolescente é também um espaço de cuidado e educação**

O acolhimento institucional é um espaço de execução da medida protetiva para crianças e adolescentes preconizada no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Brasil, 1990), no art.º. 101 em seu § 1º, e trata-se de uma medida provisória e excepcional que visa garantir os direitos da criança e do adolescente, auxiliando no processo de transição para família de origem ou família substituta. Sendo assim, a reintegração familiar poderá ocorrer se

houver esta possibilidade e se esta medida for considerada a mais adequada. Sem o êxito no processo inicial de reintegração, realizam-se outros procedimentos pertinentes à proteção imposta pelo poder judiciário do Brasil (Fonseca; Albuquerque; Lima; Santos; Souza Filho, 2020; Penna et al., 2021). Neste contexto sobre a provisoriedade, foi levado em consideração que o tempo, embora possua uma estimativa objetiva - principalmente do ponto de vista normativo de como as ações, os procedimentos e os resultados deveriam ser -, não ocorre de forma previsível, pois há complexidades que podem prolongar esta situação. Por isso, o tempo de acolhimento foi um dos fatores que chamou a atenção para o desenvolvimento desta pesquisa.

Rodrigues (2015) ao debater o princípio básico do art.º. 101 do ECA sobre a provisoriedade realizou um estudo sobre a constituição das relações, dos sentidos e dos afetos em três acolhimentos institucionais da zona sul de São Paulo. O estudo foi realizado por meio de entrevistas com nove adolescentes acolhidos. Posteriormente, as falas foram analisadas com o objetivo de compreender como os adolescentes se submetiam aos discursos sobre eles e se tais discursos estavam contribuindo para autonomia ou para resistência dos acolhidos. O método que orientou a pesquisa foi o método genealógico de Foucault, cuja intenção foi analisar as relações do saber com o poder. Dessa forma, a pesquisa analisou, além dos discursos dos acolhidos, os documentos oficiais, as cartas destinadas às famílias, os relatórios produzidos pelas equipes técnicas e os ofícios produzidos pelos conselhos tutelares. A autora coloca sua atenção no tempo em que os (as) acolhidos (as) entram em situação de acolhimento até saírem da instituição, uma vez que o acolhimento institucional é um lugar provisório. Contudo, devido às complexidades que perpassam cada caso, não há como mensurar objetivamente quanto tempo é necessário entre o início da medida de proteção e a possibilidade de uma reintegração familiar. Assim, o estudo buscou uma aproximação entre os discursos proferidos aos acolhidos pelos familiares, profissionais da rede socioassistencial e judiciário, e como estas falas os afetaram. Na visão de Rodrigues (2015), por vezes, o lugar desses acolhidos é de passividade diante do que é dito sobre eles.

Certamente o tempo torna-se uma variável na provisoriedade, e, por isso, é essencial pensar em como são construídas as relações sociais e afetivas durante o processo de acolhimento para compreender o incremento dos laços sociais entre os profissionais e as crianças e adolescentes em situação de acolhimento, e então investir na melhor forma para a construção do capital social desta população. Como poderíamos utilizar este tempo? Uma longa permanência no processo de acolhimento pode ocorrer quando todos os procedimentos pertinentes à reintegração foram realizados e não obtiveram êxito para inseri-los em nenhum

tipo de configuração familiar. Assim, os (as) acolhidos (as) são encaminhados para instituições de longa permanência como Casa Lar <sup>17</sup>ou Acolhimento Familiar<sup>18</sup>. Acolhimento provisório ou de longa permanência ainda são duas modalidades em que o fator tempo, acrescido de qualidade de serviço, podem ser cruciais para o futuro dessa população.

Os acolhimentos institucionais de medida de proteção diferem das instituições de cumprimento de medidas socioeducativas. Logo, é mister pontuar a diferença entre as duas medidas. O art.º. 101 em seu § 1º do ECA (Brasil, 1990) ressalta que a medida protetiva não é uma medida socioeducativa<sup>19</sup> com intenção de privação de liberdade. A criança e o adolescente acolhidos podem ir e vir dentro de um contexto de cuidado e de defesa dos seus direitos, e, conseqüentemente, por isso, devem ser verificadas as condições necessárias para garantir sua proteção integral sem privá-los dessa liberdade. A necessidade de elucidar as diferenças entre essas duas medidas se dá porque o acolhimento institucional para crianças e adolescentes tem sua história perpassada por estigmas relacionados tanto à criança quanto à instituição que realiza este serviço. Em Portella (2012), no seu estudo sobre Proteção Social de crianças e adolescentes sob medida de proteção e da sua experiência de dois anos em estágio não obrigatório de Serviço Social em um acolhimento institucional, contextualiza historicamente no Brasil, apontando aspectos que contribuíram para a visão estigmatizada desta população infanto juvenil. A autora adverte que para desvendar a realidade social é necessário fazê-lo a partir da estruturação de conhecimento social sobre esta questão.

O conhecimento social para trabalhar com este público é primordial, pois a relação interpessoal advém da subjetividade que os indivíduos trazem consigo. Equivale a dizer que cada sujeito se constitui e faz suas construções simbólicas inserido em sua realidade social peculiar. No Brasil a história da institucionalização de crianças e adolescentes ocorre desde meados do século XVIII, as escolas naquela época eram usadas como um meio de discipliná-los rigidamente por meio da doutrina religiosa. Portella (2012) ainda argumenta

---

<sup>17</sup> Trata-se de um “Serviço de Acolhimento provisório oferecido em unidades residenciais, nas quais pelo menos uma pessoa ou casal trabalha como educador/cuidador residente – em uma casa que não é a sua – prestando cuidados a um grupo de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por meio de medida protetiva de abrigo (ECA, Art. 101) [...]” (BRASIL, 2009 b, p.74).

<sup>18</sup> Este “serviço que organiza o acolhimento, em residências de famílias acolhedoras cadastradas, de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por meio de medida protetiva (ECA, Art. 101) [...]” (BRASIL, 2009 b, p.74).

<sup>19</sup> As medidas socioeducativas fazem parte do “sistema socioeducativo previsto na legislação brasileira que preconiza a possibilidade de aplicação das medidas socioeducativas, as quais têm natureza sancionatória porque são determinadas judicialmente aos seus autores em decorrência de um ato infracional praticado (análogo a crime ou a contravenção). Às medidas socioeducativas são aplicadas após a apuração da prática do ato imputado ao adolescente mediante processo judicial, no qual cabe ao Estado, através do Ministério Público, demonstrar a autoria e ao juiz aplicar a medida cabível, que deverá ser proporcional à gravidade do ato infracional cometido” (BRASÍLIA, 2016, p.24).

que nossa sociedade era escravocrata, com valores feudais e morais que geralmente eram pautados nas questões religiosas. Outro ponto era a ausência dos direitos sociais básicos aliado à pobreza. Tais condições de vulnerabilidade social até hoje atravessam a vida de crianças e adolescentes e seus familiares.

Os fatos históricos supramencionados estão sendo citados com a intenção de demonstrar a necessidade de um olhar para as diferentes dimensões do acolhimento institucional de forma integrada e, portanto, deve-se considerar quem são esses acolhidos e seus familiares. Na verdade, contextualizar estas singularidades contribuirá para a construção das relações sociais e afetivas desenvolvidas neste âmbito. Também é preciso considerar os rompimentos que ocorrem ao serem institucionalizados. Gulassa corrobora (2016, p.10) ao pontuar os aspectos do acolhimento institucional e declarar “que de todas as instituições educativas esta parece ser a uma das mais intensas, agudas e sensíveis, principalmente por trazer o sentimento de ruptura, de perda, de dor, de abandono”. As rupturas, mesmo em situação que visa proteger, ainda indicam a quebra do laço com a família, com a comunidade e com a noção de si.

Do mesmo modo, Rossetti-Ferreira et al. (2012) trazem dados que demonstram a imprescindibilidade de se repensar a forma de acolhimento, trazendo argumentos sobre os contextos dos protagonistas do sistema judiciário, dos serviços de acolhimentos e das diferentes configurações de família, indicando que diversas vezes há uma (re) violação da criança ao ser acolhida. Nos processos de adoção, Rossetti e Ferreira et al. (2012) utilizaram técnicas de pesquisa documental em abrigos e investigação sociodemográfica; as informações foram extraídas dos 110 processos de adoção da Vara de Infância e Juventude de Ribeirão Preto nos anos de 1991-2000. Estes dados levaram à constatação da necessidade de dar às crianças um lugar de escuta ativa, por meio delas ou pelas pessoas envolvidas diretamente com elas no seu cotidiano. No que tange ao processo de acolhimento, a ausência desta escuta dá espaço a um silenciamento.

Apesar da movimentação dos profissionais e da família direcionadas para o interesse dos acolhidos, dificilmente eles têm a oportunidade de expressar seus sentimentos, suas experiências passadas, seus desejos e suas perspectivas, desconhecendo o que o futuro lhe reserva. Nas Orientações Técnicas (Brasil, 2009 b, p. 26), diz que: “Toda criança e adolescente tem o direito de viver em um ambiente que favoreça seu processo de desenvolvimento, que lhe ofereça segurança, apoio, proteção e cuidado.” Então, como seria este apoio, cuidado e proteção no acolhimento institucional sem que a expressão dos acolhidos sejam de fato levados em consideração? A pesquisa de Brito, Ayres e Amendola

(2006) destacam a relevância da escuta no contexto jurídico - especificamente, na Vara da Infância e da Juventude e na Vara de Família - referindo-se ao direito das crianças e adolescentes serem ouvidas nos processos judiciais. As autoras chamam atenção para o art.º 12 § 1º da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança<sup>20</sup> da qual o Brasil é signatário, e apontam que a criança e o adolescente ao exercerem o direito da escuta, concomitantemente, têm seus direitos à liberdade (de expressão) e de dignidade assegurados. Contudo, também salientam que as falas destas populações não possuem o mesmo peso, isto é, a fala das crianças e adolescentes tende a ser mais requerida em acontecimentos que envolvem abuso sexual e disputa de guardas na separação conjugal dos pais. No que diz respeito a escuta daqueles em situação de medida protetivas em acolhimentos institucionais e os que estão sob medida socioeducativa, observa-se que não é dado o mesmo valor aos seus discursos.

Contudo, para trabalhar o desenvolvimento integral das crianças e adolescentes acolhidos é necessário construir com eles e não somente para eles. Em vista disso, a escuta torna-se um ponto crucial para as ações executadas pelos profissionais do acolhimento institucional. O Projeto-Político Educativo<sup>21</sup> caracteriza os serviços de acolhimento em Belo Horizonte por meio de um enunciado que diz; “Estamos num lugar onde o trabalho não tem um produto” (BELO HORIZONTE, 2008, p.24). O sentido empregado nesta afirmação alega que as instituições de acolhimento têm como propósito o cuidado, ou seja, apoiar as pessoas, já que neste ambiente de trabalho não são produzidos bens materiais. Consequentemente, o ato de cuidar, de fornecer assistência e de educar constituído pelas relações humanas é o trabalho. Assim sendo, todos os profissionais de diferentes áreas e categorias, de forma direta e indireta contribuem na ação do cuidado. Dentre os profissionais do cuidado destaca-se a cuidadora/ educadora, e afirma-se que “os resultados das ações dos educadores podem não se revelar de forma imediata e nem através de grandes mudanças, mas revela-se em pequenas e cotidianas revelações” (2008, p.24). Por isso, logo a seguir o estudo abordará a categoria das

---

<sup>20</sup> Art. 12 § 1º- “Os Estados Partes assegurarão à criança que estiver capacitada a formular seus próprios juízos o direito de expressar suas opiniões livremente sobre todos os assuntos relacionados com a criança, levando em consideração essas opiniões, em função da idade e da maturidade da criança”. (BRASIL, 1990, p. 4)

<sup>21</sup> O *Projeto Político Educativo para Entidades e Abrigos; Marco Orientador das Relações* (2008) é um documento elaborado a partir do Seminário realizado em 2001 “O atendimento às crianças e adolescentes sob Medida de proteção e Abrigo - Construção de Projeto Político Educativo” que desencadeou o PPP, houve mais dois seminários (2002/2003) para elaboração dos temas pertinentes a construção do PPE. Além disso, houve encontros e reuniões periódicas com os dirigentes das entidades institucionais, técnicos de nível superior e estudos de casos. O PPE contou com a consultoria da Profª. M<sup>a</sup> Ignez Costa Moreira do Instituto de Psicologia/ PUC/MG, e com a parceria da Secretaria Municipal Adjunta da Assistência Social (SMAAS) e do Instituto Félix Guattari. O PPE fomenta a reflexão e o debate para proteção de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional, visando analisar como é realizado os trabalhos nestas instituições e quais as demandas das políticas públicas em relação a reorganização dos acolhimentos e a reestruturação familiar.

cuidadoras, profissionais que fazem parte do cotidiano do acolhido em tempo integral, caminhando junto com eles numa estrada que às vezes pode ser tortuosa, onde é necessário saber ir adiante, saber retornar e principalmente saber recomeçar.

#### **4.3.1 O papel da cuidadora/ educadora nas políticas públicas do serviço de acolhimento institucional**

De acordo com as Orientações Técnicas (Brasil,2009b) a terminologia cuidador/educador sofreu transformações na sua trajetória histórica no Brasil, os autores Halpern, Leite e Moraes (2015) Penna et al, (2021); Paiva et al,(2014); Avoglia, Silva e Mattos (2012); Basolli e Figueiredo, (2020); Bernades e Marin, (2019) utilizam o termo Educador Social (ES) ao se referirem aos profissionais que prestam serviço nas acolhimento institucional para crianças e adolescente. A utilização da terminologia Educador Social fora da área da educação ainda provoca questionamentos sobre a atuação e a atribuição deste profissional nos âmbitos sociais. Do ponto de vista de Paiva; Souza; Natali; Bauli e Müller (2014 p. 80) “no Brasil temos inúmeros campos de atuação onde estão presentes os Educadores Sociais: abrigos, ruas, prisões, empresas, campo, escolas, espaços educativos para idosos, e muitos outros”. Para os autores a identidade profissional do ES encontra contradições e dúvidas sobre o seu fazer, pois, nem todos sabem definir o que seria a Educação Social.

Além disso, a Roda de Conversa realizada por Paiva et al.(2014) foi composta por profissionais que possuíam uma larga experiência sobre as temáticas referente à Educação Social no Brasil. Por exemplo, a pesquisadora Jacyara Paiva, educadora social, desde 1983, cuja experiência com populações de rua foram os temas de sua dissertação e tese. O professor Régis Bauli, advogado, atua como defensor da educação social. A professora Paula M. Natali, educadora social, possui uma trajetória profissional atuando com crianças e adolescentes em projetos que pesquisaram a percepção deles e dos educadores e educadoras sociais sobre a formação profissional do ES. A professora Cléia Renata T. de Souza, educadora social, na ocasião estava desenvolvendo sua tese de doutorado por meio de entrevistas com adolescentes e crianças que vivenciaram as ações da educação social, a autora buscou compreender os sentidos e significados de tais ações na vida destes sujeitos. Por fim, a professora Verônica Regina Müller que também possui uma longa experiência acadêmica de investigação na educação social com crianças e adolescentes nas áreas de cultura, brincadeiras, história e direitos voltados para esta população.

Paiva et al. (2014) ainda observaram que a maneira como os ES (s) atuavam demonstrava que estes profissionais necessitavam trabalhar dentro de uma relação dialógica análoga à ótica freiriana, a partir dos ensinamentos que constavam as noções de emancipação e de conscientização em prol da população atendida. Também era notório que a ES compreendia o valor das escolas formais, mas também reivindicavam para o espaço incumbido de práticas educativas outra escola que atendesse as diversidades e as demandas destes educandos, contribuindo dessa forma para o processo de educação, e conseqüentemente para promoção de uma cidadania plena.

A relevância do profissional enquanto educador ou educadora social e a necessidade de consolidar a identidade, as atribuições e as áreas de atuação para este profissional chamou atenção dos legisladores. Em 3 de junho de 2009 houve a iniciativa do Deputado Federal Chico Lopes que apresentou o Projeto de Lei (PL) nº 5346 de 2009 solicitando a disciplina legal da profissão. O projeto foi aprovado com alterações em 19/09/2017 e, atualmente, encontra-se em fase de recurso na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados. No PL nº 5346/2009 o texto esclareceu que o ES no segmento social poderia trabalhar com pessoas em situação de vulnerabilidade social, adolescentes que cometeram atos infracionais, apenados, adictos, pessoas com necessidades especiais e pessoas idosas. Entre as atribuições constavam promoção da cidadania, educação ambiental, arte, culturas, esporte, lazer, entre outros.

O Projeto de Lei nº 5346/2009 foi uma das questões debatidas por Paiva et al. (2014). Os autores analisaram o processo de tramitação do projeto para disciplinar a profissão de ES, e perceberam que o termo referente à profissão do educador social foi paulatinamente substituído por atividade de Educação Social. Tal mudança foi justificada com a alegação de que a Educação Social é uma atividade que não compete somente ao ES, mas também ao pedagogo social, um profissional com nível de escolaridade superior. Os cuidados com as mudanças de termos ocorreram para que no futuro o termo ES não ficasse restrito somente à profissionais de nível superior e de forma oportuna seria possível que profissionais de nível médio pudessem estruturar a carreira de ES e, posteriormente, obter oportunidades que ofertasse uma titulação de nível superior, uma vez que, geralmente, o nível de escolaridade exigido para atuação do ES nos serviços das políticas públicas é do nível médio.

Em 2019, houve a elaboração de outro projeto para regulamentar a profissão do Educador social, trata-se do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 328/2015, aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), cuja autoria do texto inicial é do Senador Telmário Mota, que na ocasião estava no Partido Democrático Trabalhista (PDT). No momento, tal projeto encontra-se aguardando designação do relator na Comissão de Constituição e Justiça e

Cidadania (CCJC). No art.º. 1º § único do referido projeto a profissão de Educador Social é regulamentada e define que esta ocupação deve ter “caráter pedagógico e social, devendo estar relacionada à realização de ações afirmativas, mediadoras e formativas” (BRASIL, 2015, p. 1). Em relação aos locais de trabalho foi acordado Art.2º:

Art. 2º - Ficam estabelecidos como campo de atuação das educadoras e educadores sociais, os contextos educativos situados dentro ou fora dos âmbitos escolares e que envolvem ações educativas com diversas populações, em distintos âmbitos institucionais, comunitários e sociais, em programas e projetos educativos sociais, a partir das políticas públicas definidas pelos órgãos federais, estaduais, do Distrito Federal ou municipais (BRASIL, 2015, p. 1).

Sobre a terminologia o PLS nº 328 de 2015 trouxe alterações para a categoria e alegou que fica sob a responsabilidade da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios adequar o termo “Educador (a) Social” aos profissionais de acordo com o seu campo de atuação (Brasil, 2015).

No que diz respeito à formação e às experiências das cuidadoras/educadoras, esta questão tem sido um ponto de discussão para efetividade de um serviço de qualidade. Se considerarmos a potencialidade do teor educativo destes profissionais, será constatado que este profissional abarca dimensões que o nível de escolaridade relativo ao ensino médio não contempla no que diz respeito à conhecimentos teóricos o conteúdo necessário para a atribuição deste profissional, conforme preconiza o PLS nº 328 de 2015:

Art. 4º - São atribuições da Educadora e do Educador Social, dentro ou fora dos âmbitos escolares, as atuações que envolvem: I – a promoção dos direitos humanos e da cidadania; II - a promoção da educação ambiental; III – as pessoas e comunidades em situação de risco ou vulnerabilidade social, violência, exploração física e psicológica; IV – os segmentos sociais excluídos socialmente, tais como mulheres, crianças, adolescentes, negros, indígenas e homossexuais (BRASIL, 2015, p. 2).

As questões referentes à formação e à experiência citadas no Projeto nº 328/2015 foram deliberadas por Penna et al. (2021) ao analisarem o lugar do ES e sua atuação nos acolhimentos institucionais. A finalidade do estudo foi demonstrar a imprescindibilidade do trabalho destes profissionais para o desenvolvimento das crianças e adolescentes acolhidos na socialização. Além disso, as autoras também pontuaram a necessidade de repensar a formação das cuidadoras/educadoras, assim como de suas habilidades e competências, pois o papel exercido por estas profissionais contribui demasiadamente para o desenvolvimento integral dessa população.

A propósito, a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), reconhece a profissão do Educador Social pela numeração de classificação é 5351-05, contudo, a profissão não é regulamentada por lei. Na descrição sumária da CBO (2010) consta: trata-se de profissionais que “visam garantir a atenção, defesa e proteção a pessoas em situações de risco pessoal e

social. Procuram assegurar seus direitos, abordando-as, sensibilizando-as, identificando suas necessidades e demandas e desenvolvendo atividades e tratamento” (CBO, 2010, p. 777). No que diz respeito à formação não é exigido escolaridade de nível superior. Sobre as condições e locais de trabalho, o profissional pode atuar em instituições e nas ruas, junto às equipes multidisciplinares. Os horários de trabalho podem variar de acordo com as demandas de cada local. Estes profissionais durante o exercício da profissão podem ter que lidar com situações de risco (alterações de comportamento e agressividade) ao tratar com indivíduos em situação de vulnerabilidade (Paiva et al. 2014).

Paiva et al. (2014) destacam o quão é urgente discutir sobre a formação do ES, uma vez que, este profissional atua em diferentes áreas. Desta forma, é necessário que os profissionais no exercício da atividade de Educação Social, convoquem acadêmicos, associações de educadores e sindicatos para se organizarem como a finalidade de criar espaços que propiciem tal debate. Dentre os assuntos a serem discutidos, os mais relevantes seriam: a regulamentação da profissão; condições de trabalhos; organização para exercer a função e como está sendo a formação profissional. Então, compreende-se que a regulamentação trará para a profissão de ES uma validação necessária, além do reconhecimento para poder fomentar reflexões e estratégias em torno da formação destes profissionais, principalmente, na atuação com crianças e adolescentes.

A celeuma existente na terminologia educador social é uma questão atrelada à regulamentação da profissão referente à área da Educação Social no campo das políticas de educação que exige nível superior. Por outro lado, os profissionais que atuam nas políticas públicas da assistência social, ocasionalmente, passam a usar o mesmo termo. O CBO (Ministério do Trabalho e Previdência, 2010) pontua que o ES ao atuar em diversas áreas do campo social, inclusive nos serviços de acolhimentos institucionais exige-se o ensino médio completo. Neste ínterim, a regulamentação da profissão na perspectiva de Paiva et al. (2014) possibilitaria definir o exercício do ES associado à Pedagogia Social, e assim validar o envolvimento destes na esfera das políticas educacionais. Entretanto, a indefinição desta identidade profissional dificulta prosseguir nas reflexões sobre a formação de um ES, assim como de quais capacitações e especificidades técnicas seriam necessárias para que este profissional pudesse atuar com excelência junto público.

Do mesmo modo Penna et al, (2021) concordam que a PLS nº328/2015 demonstra algumas inconstâncias ao apresentar características do trabalho cuja ênfase incide nas ações de cunho educativo e social. Por exemplo, o referido projeto de lei intervém nas práticas interventivas e mediadoras do campo da socioeducação, uma vez que, a função de educador

social no campo da socioeducação, ao exigir deste profissional uma formação superior, como se tal qualificação fosse o suficiente para tornar este profissional capacitado para lidar com as demandas existentes nesse campo. No dizer da autora a PL "ensaia" pois sugere que o ES no campo do acolhimento não tenha nível superior, mas saiba lidar com demandas tão complexas quanto no campo da socioeducação, isso é considerado uma inconsistência que pode fragilizar a identidade do ES do campo de acolhimento institucional. Para as autoras, estas determinações de limite para o ES podem esclarecer quais seriam as competências e as habilidades, mas também podem desvalorizar o ES que atua especificamente na área social conforme as pontuações a seguir:

Dessa forma, a delimitação torna-se específica no que se refere às competências e habilidades do ES (Brasil, 2015, Pereira, 2019). Percebe-se uma preocupação de não se subdividirem os serviços entre os profissionais tidos como ES tanto para o nível médio quanto para o graduado (Barros & Naiff, 2015, Perera, 2015). Tais processos parecem desalinhados entre si, e podem contribuir para fragilizar a identidade do Educador Social. Ademais, a realidade que compõe grande parte das unidades de acolhimentos, são os educadores sociais, cuidadores, enfim, profissionais com pouca escolaridade, mas que possuem uma representatividade junto à população de acolhidos no país (PENNA et al, 2021, p. 8).

A realidade dos acolhimentos institucionais para crianças e adolescentes, como já foi visto no decorrer do trabalho, são perpassados por complexidades relacionadas a diversas temáticas que abarcam as dimensões globais para o desenvolvimento destes indivíduos. Tais questões necessitam de formação, capacitação e/ou habilidades específicas, preferencialmente, que estejam de acordo com o contexto social, econômico e cultural no qual tal população está inserida. Dessa forma, determinar que o nível de escolaridade superior pode ser considerado um fator determinante para agregar a qualidade necessária ao exercício da função do ES em um ambiente com tantas demandas e dificuldades distintas, ainda seria incerto.

Neste sentido, seria interessante propor reflexões para suscitar mudanças desde o processo de contratação destes profissionais. Para tal seria preciso: analisar perfis, trajetórias laborais, e planejar formas de capacitações de acordo com as demandas existentes nos serviços de acolhimento institucional. Atrelado à melhoria de condições de trabalho, criação de plano de carreira e remuneração adequada. Halpern, Leite e Moraes (2015) exemplificam esta proposição por meio da pesquisa qualitativa em dois acolhimentos institucionais no Rio de Janeiro para averiguar quais são as percepções dos profissionais que trabalham no local sobre as dificuldades que eles enfrentavam, isto é, queriam saber se os obstáculos estariam relacionados com fragilidades no processo de seleção ou nas questões referentes à capacitação ou à formação continuada. As autoras mencionam as Orientações Técnicas para advertir “que

o processo seletivo dos educadores sociais deve ser criterioso, para assegurar a contratação de pessoal qualificado e com perfil alinhado às suas funções” (2015, p.97). No entanto, cabe acrescentar que a contratação e a formação não podem ser pensadas de forma desarticulada com o quadro de precarização do trabalho desses profissionais, educadores e educadoras sociais, que possuem baixa remuneração e nenhum plano de carreira, ocasionando rotatividade no cargo.

Soma-se a isto, o estudo de Cavalcante e Corrêa (2012) sobre o aspecto profissional, pessoal e institucional das cuidadoras/educadoras, no qual foram avaliadas as dimensões que correspondiam aos seguintes itens: gênero, nível de educação, formação, perfil, percepção e satisfação a respeito do trabalho. Neste estudo, as autoras constataram que apesar de mais 50% destes profissionais possuírem nível de educação superior em diferentes áreas, eles relataram não se sentirem capacitados para lidar com todas demandas do cotidiano institucional, como, por exemplo, questões comportamentais, emoções intensas e sentimentos ambíguos das crianças e adolescentes acolhidos. Diante disso, as autoras recomendam pensar em estratégias, que possam cumprir as recomendações incluídas nas Orientações Técnicas (Brasil, 2009b) sobre a capacitação continuada dos profissionais do serviço de acolhimento.

A discussão em torno da capacitação dos ES é relevante para se pensar na sua atribuição educativa informal. Bauli e Muller (2020) esclarecem a diferença entre a educação formal e a educação não formal. A primeira é desenvolvida em um ambiente escolar, escolas públicas ou privadas, instituições que necessitam atender critérios dos órgãos competentes para fornecer certificados de acordo com cada titularidade escolar (nível fundamental, médio e superior). Enquanto a segunda trata de uma educação fora do ambiente escolar formal, abarcando uma educação que reproduz ensinamentos aprendidos nos processos de socialização. Neste contexto, considera-se que o Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes é um espaço social que possibilita o desenvolvimento das relações intrafamiliares e extrafamiliares. Do mesmo modo, propicia a inserção de uma educação que trabalhe questões de pertencimento, afetivas, culturais, (étnicas, religião, sexualidade, origens entre outras).

Penna et al. (2021) esclarecem que o processo de ensinar incutido nas atribuições das cuidadoras/educadoras está relacionado a um educar não formal podendo ser desenvolvida pelas cuidadoras/ educadoras que executam ações que vão além das atividades rotineiras. Estes profissionais possuem a possibilidade e a oportunidade no acolhimento institucional de transformar a história de vida dos acolhidos. Deste modo, as autoras ainda enfatizam que:

Os ES exercem a educação não formal nos espaços de acolhimento institucional,

pautada no saber fazer, mesmo que nem sempre obtendo uma qualificação formal para o desempenho de sua práxis. O reconhecimento de que os ES desempenham o papel de agente de transformação, reforça a necessidade de seleção, capacitação e acompanhamento desses profissionais. Nesse sentido, a importância da formação continuada e específica não só nos aspectos relacionados à educação formal, mas também aos aspectos referentes às questões sociais, culturais, de gênero e de saúde, ou seja, questões referentes aos direitos sociais, sexuais, de cidadania, é uma ferramenta indispensável para qualidade do cuidado subjetivo desenvolvido no âmbito das unidades de acolhimento (PENNA et al. 2021 pp.10-11).

No contexto do acolhimento institucional deve-se ficar atento a seguinte questão: se o ES pode ser considerado um agente de transmissão de conhecimentos e do campo social por meio do processo da educação não formal, torna-se imprescindível ter em mente que um profissional sem a devida qualificação, capacitação e sem perfil para exercer esta profissão pode prejudicar o desenvolvimento dos acolhidos. Na pesquisa de Avoglia, Silva e Mattos (2012) em um acolhimento institucional para crianças de 0 a 12 anos incompletos na cidade de Diadema/SP realizado com os educadores sociais, utilizou-se a técnica projetiva, desenhos temáticos, com a finalidade de analisar a personalidade dos profissionais e suas percepções acerca dos acolhidos. A análise chamou a atenção das pesquisadoras para os dois lados do potencial de um ES que pode ser uma representação positiva e transformadora viabilizando o pleno desenvolvimento da população em situação de acolhimento. Contudo, quando o profissional não está qualificado, não recebe as capacitações necessárias, não está apto ou não possui perfil para lidar com as diversas demandas que ocorrem no ambiente institucional, suas ações podem ter uma repercussão negativa para o futuro destas crianças e adolescentes conforme advertem as referidas autoras;

Algumas reflexões podem surgir a partir da discussão sobre a imagem do educador social. Ao executar o seu trabalho com a criança, o educador estaria reforçando sua autoconfiança, autorrespeito e possibilitando o estabelecimento de vínculos significativos, dando sentido à vida, e/ou de metas a serem atingidas, ou ainda, contribuindo para a propagação de práticas preconceituosas, excluindo, mais uma vez, essa criança que necessita de uma referência positiva em sua vida (AVOGLIA, SILVA E MATTOS, 2012, p. 275).

De acordo com Avoglia, Silva e Mattos (2012) às relações sociais desenvolvidas no ambiente institucional para crianças e adolescentes, de certa forma podem ser compreendidas como uma oportunidade que vai além do dever do Estado, mas uma possibilidade para construção de uma relação social capaz de contribuir para continuidade de um outro começo que outrora são considerados alicerces familiares transmitidos pelos pais. Contudo, neste entretempo e de acordo com a situação de acolhimento caberá ao ES prover temporariamente um papel de cuidado e proteção que antes era exercido por um responsável ou familiar.

#### 4.3.1.1 Cuidadora/ educadora é família?

No escopo deste trabalho, até o momento, foi dada ênfase às profissionais cuidadoras/educadoras. Sendo assim, foram tratadas questões pertinentes às atribuições desta profissional enfatizando o teor educativo. A partir desta categoria pretende-se evidenciar a potencialidade das relações afetivas para constituição de um elo entre cuidadoras/educadoras e acolhidos. Logo, é necessário abordar a definição de família e a eventual associação do papel da cuidadora/educadora como uma extensão provisória de um familiar. Trata-se da reflexão sobre como as relações de afetos entre cuidadora e acolhidos estão relacionadas à imagem deste profissional como uma pessoa que temporariamente exerce a função prática e simbólica de cuidar e proteger crianças e adolescentes sob medida de proteção judicial. Para compreender a representatividade e a associação da figura da cuidadora/educadora como um ente familiar, torna-se necessário entender as definições da instituição familiar na sociedade e no contexto das políticas públicas.

De acordo com Moreira, Passos, Bedran e Carellos (2012, p. 18) “a família é a primeira rede de pertencimento das crianças e, nesse sentido, o ECA prevê que a proteção e a defesa desses direitos são atribuições da família, do Estado, e da sociedade como um todo.” Quando a família não se encontra em condições de desempenhar sua função de cuidar e proteger, passa a ser o transgressor ao violar de alguma forma os direitos preconizados pelo ECA. Dessa forma, fica sob a incumbência do Estado garantir tais direitos por meio das políticas públicas. Para proteger a criança e o adolescente que tiveram seus direitos violados, o Estado se organizou em um formato de rede de proteção que tem se fortalecido desde a promulgação do ECA, compreendendo-os como sujeitos de direitos em condições específicas de desenvolvimento. Do ponto de vista de Acosta e Vitale (2008), a família não poderia ser considerada somente uma estratégia das políticas públicas, torna-se necessário questionar se as ações do Estado realmente fortalecem as competências familiares de acordo com as demandas e com a realidade de cada família de forma incluyente e protetiva.

Portanto, é necessário compreender as configurações e as ações da instituição familiar por meio do contexto social, histórico, cultural, político e econômico como fatores que interferem na realidade de cada grupo familiar. Tais mudanças são explicitadas por Sarti (2008) ao deliberar cronologicamente sobre as transformações ocorridas na definição e nos padrões familiares. No que diz respeito às famílias, Sarti (2008) afirma que as idealizações formadas por famílias em situação de vulnerabilidade social, devem ser levadas em consideração por possuírem um significado peculiar de acordo com suas realidades. Neste

sentido, a autora argumenta sobre as complexidades para definir família de forma engessada e afirma:

As mudanças são particularmente difíceis, uma vez que as experiências vividas e simbolizadas na família têm como referência, a respeito desta, definições cristalizadas que são socialmente instituídas pelos dispositivos jurídicos, médicos, psicológicos, religiosos e pedagógicos, enfim, pelos dispositivos disciplinares existentes em nossa sociedade, os quais têm nos meios de comunicação um veículo fundamental, além de suas instituições específicas. Essas referências constituem os “modelos” do que é e como deve ser a família, ancorados numa visão que a considera como uma unidade biológica constituída segundo leis da “natureza”, poderosa força simbólica (SARTI, 2008, p. 23).

Assim, nesta subcategoria também será tratado o conceito de família advindo das famílias vulneráveis socialmente, Uma vez que Souza (2017); Baptista, Vitale, Favero e Ganev (2008); Moreira, Passos e Pereira (2012); Avoglia, Silva e Mattos (2012) advertem em suas pesquisas que grande parte das crianças e adolescentes institucionalizados são de famílias pobres. Em vista disso, para compreender a definição e a relação de família no contexto do acolhimento institucional para crianças e adolescentes e nas políticas públicas, é necessário elucidar o conceito de família na sociedade.

Passos e Pereira (2012, p. 30) corroboram com Souza (2017); Baptista, Vitale, Favero e Ganev (2008); Moreira, Passos e Pereira (2012); Avoglia, Silva e Mattos (2012) ao afirmarem que a pobreza ainda tem sido um dos principais fatores atrelados à institucionalização de crianças e adolescentes; diante disso, fazem alusão ao Art. 227 da Constituição Federal do Brasil<sup>22</sup>: “A família ocupa um lugar de centralidade em todas as medidas protetivas para crianças e dos adolescentes, uma vez que ela é considerada a instituição responsável pela promoção e defesa desses direitos”. As autoras ainda enfatizam que além dos deveres, a família também é detentora de direitos sociais. Desta forma, quando não possui recursos materiais necessários para se sustentar, ou seja, quando se encontra em situação de vulnerabilidade social, cabe ao Estado providenciar meios que evitem o agravamento da situação. Contudo, o que geralmente se observa é o aumento do número de acolhimentos institucionais de crianças e adolescentes, cujas famílias advém de uma situação de vulnerabilidade social. Em vista disso, Baptista, Vitale, Favero e Ganev (2008) reforçam a necessidades dos profissionais destes serviços conhecerem as realidades dos grupos familiares de acordo com suas peculiaridades socioeconômicas, culturais, formas de expressar seus

---

<sup>22</sup> Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Este Artigo consta na Constituição Federal de 1988 (CF/1988), além de outros direitos como, por exemplo, o Art. 19 do ECA asseguram principalmente os direitos da criança e do adolescente no que diz respeito ao contexto familiar.

afetos, sentimentos e como ocorrem as interações intrafamiliares. As pesquisadoras consideram que por meio deste caminho será possível compreender se as famílias tinham condições de fato de exercer este papel. São questões que os profissionais da rede socioassistencial têm que indagar, assim como também é necessário questionar se as crianças e adolescentes, quando entram em situação de acolhimento, se suas diferenças e singularidades estão sendo consideradas e respeitadas. No caso do presente estudo atribui-se esta necessidade de se respeitar as diferenças e se compreender as singularidades de cada situação de forma contextualizada como um caminho para a construção de laços nas relações estabelecidas no acolhimento institucional com os cuidadores/educadores sociais.

Pesquisas sobre cuidadores/educadores deixam a impressão de que para algumas crianças uma cuidadora/educadora pode ser considerada a pessoa mais próxima que alguns dos acolhidos tiveram, no sentido de se sentir amada e acolhida. De acordo com Wendt e Dell'Aglio (2020) estes profissionais são considerados referências essenciais à proteção e ao afeto construídos em acolhimento institucional. As autoras realizaram esta constatação por meio do estudo em uma Ação de Extensão realizada na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, cujo propósito era capacitar profissionais cuidadores/educadores com práticas positivas educativas. As pesquisadoras ainda ressaltaram que esta referência atribuída às cuidadoras/educadoras não ocorre somente porque elas são responsáveis em suprir as necessidades básicas dos acolhidos, mas porque elas também cuidam dos aspectos emocionais e psicológicos destas crianças e adolescentes.

Arpini (2016) também descreve o papel do cuidador/educador de crianças e adolescentes nas unidades de acolhimento institucional como um agente essencial para promoção e o fortalecimento dos vínculos afetivos positivos, assim como da autonomia deste público. A autora argumenta acerca da constituição da relação afetiva e pontua: a) as mudanças nas práticas do acolhimento somente ocorrerão se estes profissionais acatarem e colaborarem com o que está preconizado nas atuais legislações; b) a imprescindibilidade da cuidadora/educadora se justifica para essas transformações devido a intensidade do tempo de convivência entres essas profissionais e os acolhidos; c) o vínculo afetivo constituído entre as cuidadoras/educadoras e os acolhidos devem contribuir para composição de um ambiente familiar, contudo, não deve ser utilizado para se apossar dos acolhidos ou contribuir para desvalorização da família de origem ou substituta.

Em adição, Avoglia, Silva e Mattos (2012) elucidam que a função exercida pela cuidadora/educadora social é a de responsável pela constituição do acolhimento, pois por serem as profissionais com maior interação de tempo e ações para trabalhar com os acolhidos,

eles tornam-se a referência mais próxima de um adulto para estas crianças e adolescentes. Para as autoras a centralidade do papel destes profissionais ocorre porque cabe a eles orientar e proteger os acolhidos, estabelecendo e constituindo-se como referências sociais.

Além disso, Arpini (2016) considera que estes profissionais são representatividades das figuras maternas e paternas. Esse é um ponto importante, pois revela a questão do vínculo e das demandas afetivas dos acolhidos ao construírem a relação social durante o acolhimento institucional. Esta representação pode repercutir de forma positiva ou negativa e gerar impacto na criança e/ou adolescente acolhido. Por um lado, a possibilidade de interação faz do profissional uma figura de autoridade que representa uma voz que pode ser ouvida e atendida. Por outro lado, o acolhido oferece resistência para se aproximar, pois, devido a provisoriedade do acolhimento geralmente acredita que esse vínculo será perdido.

Ainda sobre os papéis do que seja um acolhimento institucional e dos profissionais que atuam no serviço de acolhimento, é necessário ficar atento às normativas. Sendo assim, as Orientações técnicas (Brasil, 2009) e o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC) (Brasil, 2006) destacam a importância da família e da criança, assemelhando o serviço de acolhimento a um ambiente familiar, possibilitando que o profissional fosse chamado pela expressão educador/cuidador (Elage et al, 2011). Sobre o PNCFC (Brasil, 2006), as autoras Soares, Souza e Cardoso afirmam que o documento “entende a família como um espaço de proteção e cuidado” (2017, p. 331), e confere ao acolhimento institucional um papel importante no processo de reintegração familiar.

A Constituição Federal (Brasil, 1988) esclarece que é um dever da família, da sociedade e do Estado priorizar as dimensões que auxiliem no desenvolvimento salutar da criança e do adolescente. Assim, é necessário ter um olhar atento ao ato de cuidar e educar, tornando primordial o estudo e o debate sobre o papel da educadora/ cuidadora que possuem um período de maior convivência com as crianças e adolescentes. De acordo com os pressupostos teóricos abordados no texto, considera-se que é mister problematizar a reprodução do modelo familiar nas justificativas das práticas e o quanto, por vezes, esse entendimento fragiliza a profissionalização necessária do trabalho do cuidador. Desta forma, considera-se que a cuidadora/educadora não deve compreender a sua função como família, mas que seu trabalho promove o direito à convivência comunitária e o direito à convivência familiar. Logo, enfatiza-se a necessidade de se promover estratégias para que os profissionais destas instituições consigam compreender seu papel como profissional e o serviço como um lugar provisório.

Mediante o exposto, questiona-se o que é possível fazer para se investir nesse profissional singular no contexto do acolhimento institucional. Antes de tudo é necessário retomar os critérios estabelecidos para que um profissional exerça a função de cuidador/educador. As Orientações Técnicas (Brasil, 2009b) recomenda que as profissionais cuidadoras/educadoras, das unidades de acolhimentos institucionais devem ter capacidade para desempenhar seu papel, devem ser respeitadas como figura de autoridade, principalmente na frente dos acolhidos, por técnicos e coordenadores e receber o apoio da equipe técnica. A importância do respeito à uma figura da cuidadora/educadora serão mais bem compreendida na próxima categoria para pensar em estratégias a partir da constituição da relação entre os cuidadoras/educadoras e os acolhidos. e da compreensão sobre o papel destes profissionais relacionado aos atos de cuidar e educar, tornando possível analisar esta interação relacional pelo viés do conceito do laço social.

#### **4.3.1.2 A cuidadora/educadora como construtora do laço social**

Para compreender a associação entre o conceito de laços sociais e as cuidadoras/educadoras como construtoras de um vínculo relevante para o desenvolvimento dos acolhidos, este trabalho utilizou o conceito de laços sociais a partir dos estudos do sociólogo francês Singly (2006, 2007), cuja pesquisa está organizada em três linhas de investigação: 1) laço social e categorização; 2) laço social e culturalização; e 3) laço social e individualização. e sua análise sobre a família contemporânea. Para desenvolver a pesquisa partiu-se de dois pontos principais supramencionados: a) a cuidador/educadora como uma referência familiar, adulta e de autoridade; b) a educadora/cuidadora como uma agente transformadora por meio dos atos de cuidar e educar.

Singly (2006) pontua a necessidade de focar na comunicação construída com base na confiança para a consolidação dos laços sociais. Uma relação sem confiança e sem interesse de uma ou ambas desestabiliza a constituição dos laços sociais. No nosso contexto, compreende-se que para a construção da fiabilidade no acolhimento institucional é necessário que os profissionais sejam capacitados para lidar com as demandas peculiares do âmbito do acolhimento institucional e, tenham formação, experiência e habilidade para lidar com este público e suas peculiaridades.

Singly (2006) esclarece que os laços sociais podem ser constituídos, principalmente, nos grupos familiares, contudo, o autor também versará sobre questões educativas. Neste sentido, é possível pensar nas contribuições conceituais dos laços sociais para o viés do

processo educacional no ambiente do acolhimento institucional. Na opinião do autor é necessário propor reflexões e contestar o universalismo abstrato<sup>23</sup> em prol do individualismo inserido no contexto coletivo, promovendo desta maneira a construção de uma relação baseada no respeito entre os indivíduos. Para que isto ocorra torna-se primordial investigar quais atores assumem este papel de autoridade, e como a individualidade do coletivo é respeitada nas suas diferenças.

Outro ponto defendido pelo sociólogo François de Singly em (Rêgo & Moraes, 2017) auxilia na compreensão do respeito às diferenças: o sociólogo argumenta sobre o processo progressista da individualização e afirma que não significa somente um movimento rumo a emancipação e a exacerbação do eu, mas trata-se de um projeto coletivo que equilibra razão, igualdade, originalidade e dignidade. Neste sentido, a “individualização progressista” é descrita por Singly (2006, p.58) como um desenvolvimento no qual a pessoa sente que é ela mesma, e isto se completa no contexto relacional coletivo, onde é fornecido ao indivíduo os recursos para ele se entender e também analisar o mundo em volta.

A família como uma das primeiras instituições, considerada de caráter essencial para formação e desenvolvimento do indivíduo, pode ter um papel importante nesse processo ao validar o mundo pessoal onde a pessoa está inserida, enquanto respeita o seu jardim pessoal. Singly (2003) utiliza o termo jardim pessoal ou secreto para demonstrar a tensão existente entre a origem e originalidade do indivíduo. Um exemplo são os hábitos, ofícios, valores e costumes herdados e os geracionais, e a perspectiva que tais heranças seriam seguidas pelos filhos. Entretanto, destaca-se a originalidade como contraponto na sociedade moderna que não impõe a supressão da herança, mas exige a reflexividade, ou seja, o indivíduo pode agregar ou sobrepor a vontades destes pais e, concomitantemente, cultivar seus sonhos (jardins secretos) adicionando-os às perspectivas herdadas, sem anular suas realizações pessoais. Mediante a explanação atribuída ao termo jardim pessoal/ secreto relacionando-o às realizações pessoais, é possível conciliar seu significado ao acolhimento institucional atrelando à constituição das relações pessoais neste ambiente, principalmente, entre as cuidadoras/educadoras e os acolhidos. Em outras palavras, quando crianças e adolescentes ficam em situação de

---

<sup>23</sup>O termo Universalismo nasce na modernidade, François de Singly (2006) discorre sobre a base do individualismo, utilizando a Modernidade em dois momentos distintos. Na 1ª Modernidade é considerada um alicerce do individualismo abstrato, racional, universal, quantitativo, isto é, trata-se de um indivíduo racional, emancipado, cujas motivações não são egoístas. Neste contexto, Singly cita Kant para esclarecer que o homem *in abstracto* desenvolve ações não vinculadas às situações particulares ( condições materiais, financeiras e sociais, classe, casta ou paixões etc.)conferindo dessa forma uma concepção de igualdade. Já, na 2ª modernidade aborda-se um individualismo concreto, emocional, único, qualitativo, cuja visão é vinculada ao Particularismo, que trata de um sujeito de singularidades que são evidenciadas na concretude de suas ações. Sendo assim, Singly considera que as dimensões e o desenvolvimento dos dois tipos de individualismos resultam no indivíduo contemporâneo.

acolhimento institucional, é comum se depararem com profissionais que possuem suas próprias crenças, ideologias e conhecimentos pessoais e seu devir profissional, ocasionalmente podendo deixar de lado o olhar empático referente às singularidades dos acolhidos, e tornando-se impositivos nas suas práticas. Então, torna-se imprescindível questionar: ao acolher em uma unidade de acolhimento institucional é possível que as profissionais, cuidadoras/educadoras, acolham e estabeleçam uma relação de respeito aos desejos, à história, à origem de cada criança e adolescente sob medida protetiva respeitando suas subjetividades?

Assim como nos serviços de assistência social, os serviços na assistência judiciária são prestados por equipe interdisciplinares, logo, é válido enfatizar que a forma como o psicólogo acolhe em ambos serviços tem no início um potencial terapêutico no ato da acolhida, mas a terapia não é finalidade destes profissionais. Veiga, Lages e Soares (2023) concluem que a realização de um acolhimento no sentido da prática do acolher possibilita “desempenhar uma escuta mais qualificada e ética, de responsabilizar as equipes multidisciplinares pelos problemas do usuário, de reorganizar os serviços de forma eficaz e de melhorar o vínculo entre as equipes e os atendidos”. (2023, p.519). Esta prática apontada pelas autoras pode ser utilizada nos serviços do acolhimento institucional, um lugar perpassado pela necessidade de um acolher para as crianças e adolescentes em situação de acolhimento, para os familiares e para os trabalhadores.

Ademais, para refletir sobre tal questionamento, é indispensável mencionar duas dimensões paradoxais características do acolhimento: a do cuidado e da violência. Segundo Berg et al. (2021) o acolhimento institucional possui sentidos distintos e ambíguos. Os autores analisaram as acepções imputadas ao acolhimento e examinaram as expressões obtidas nos relatos de pessoas que atuam direta ou indiretamente no acolhimento, e constataram que se trata de um lugar de diversos sentidos, entre eles foi destacado: 1) acolhimento - violência; 2) acolhimento - cuidado. No que diz respeito ao primeiro sentido, cuidado - violência, Berger et al. (2021) examinaram os relatos das equipes que atuam diretamente com os acolhidos e suas famílias e realizaram intervenções visando atenuar as influências negativas. Entre as ações mais prejudiciais foram apontadas: “a rigidez de regras e rotinas, muito comuns e valorizadas nos processos de institucionalização [...]” (2021, p. 29). Os autores ressaltam que esta situação se tornou mais complexa em relação às pessoas com trajetórias de situação de rua. Acrescenta-se também que:

O processo de institucionalização pode seguir como algo que causa sofrimento às pessoas acolhidas, ainda que toda prática da equipe seja caracterizada como “acolhedora” e “humanizada” inclusive ganhando formas diferenciadas de serem

vivenciadas e/ ou expressas, sendo ela uma criança ou um adolescente (BERGER et al. 2021, p. 29).

Ainda no sentido do cuidado - violência, observa-se a urgência em busca de estratégias que permitam um acolher imbricado com a inclusão real destes acolhidos e seus familiares sem a reprodução de processos de exclusão. Em entrevista à Rego e Moraes (2017), François de Singly advertiu sobre a importância de se compreender as peculiaridades do indivíduo, suas crenças, costumes, convicções e cultura. O sociólogo também enfatizou que as relações se constroem mediante “constante exercício de questionamento do próprio sujeito a respeito do sentido das identificações que faz” (2017, p.19). Tal afirmação provocou outra reflexão sobre a forma como se constituem as relações no processo institucional para permitir tais questionamentos. Sobre-se a isso questões sobre convivência coletiva, François de Singly pontuou que é preciso pensar como essa configuração social auxilia na construção de um individualismo, na qual a solidificação de um eu autêntico não signifique isolamento social diante da condição de exclusão-inclusão que os acolhidos podem vivenciar. Sawaia (2001) ao esclarecer os aspectos da exclusão demonstra o paradoxo da exclusão, que ao incluir socialmente (**inserção social perversa**) [grifo nosso] também exclui. Esta exclusão corresponde a uma conversão da ordem social desigual que equivale ao caráter ilusório da inclusão. A culpabilização e não aceitação das singularidades do outro, seja este outro uma criança, um adolescente ou seus responsáveis, é uma forma de exclusão. A autora relaciona a dialética da exclusão/inclusão com a condução de subjetividades específicas sobre a forma como o indivíduo se sente, podendo sentir-se incluído ou indignado por se sentir excluído.

Rodrigues (2015) corrobora com Sawaia (2001) sobre a necessidade de incluir verdadeiramente ao afirmar sobre a necessidade de promover ações que permitam aos acolhidos, principalmente adolescentes, posturas de autonomia e de resistência para verificar se eles seriam capazes de apresentar um espaço próprio para “questionarem as verdades estabelecidas sobre eles”, se conseguiriam constituir técnicas de si, voltadas ao cuidado de si mesmo, em meios aos diversos atravessamentos que os perpassam [...]”, (2015, p.32). Este debate é essencial porque coloca o acolhido em uma posição de protagonismo. Escutá-lo e buscar compreendê-lo é uma forma de permitir que ele manifeste seus discursos, e isto possibilitará a construção de uma relação horizontal, na qual será estabelecido uma troca dialógica, de respeito e de confiança, sem que seja de forma coercitiva e imposta.

Acrescenta-se para exemplificar o cuidado-violência no acolhimento institucional uma prática que geralmente culmina em uma ação violenta, neste sentido, Berg et al. (2021) referem-se ao momento da busca e apreensão<sup>24</sup>, uma ação comumente executada. Trata-se da

<sup>24</sup> De acordo com a Lei nº 12.010/2009, de 03/08/2009. Vide 23, caput e parágrafo único, 100, caput e parágrafo único, incisos IX e X, 101, incisos I a IV e 129, incisos I a IV, do ECA e arts. 18 e 19, da Convenção da ONU

retirada da criança/adolescente de sua residência com auxílio de funcionário do tribunal e/ou com o uso da polícia. Os autores ainda reiteram que este tipo de violência vem historicamente sendo reproduzida, e tem como alvo pessoas em situação de vulnerabilidade social que continuam sendo criminalizadas e oprimidas. À esta população não é conferido um tratamento que assegure seus direitos, pelo contrário, são tratados como meros objetos, concomitante a isto, crianças e os adolescentes também não são reconhecidos como sujeitos de direitos.

No segundo sentido “acolhimento-cuidado” (BERG et al., 2021, p. 27) os entrevistados consideraram que o cuidado no acolhimento vai além de suprir algum tipo de carência ou de sanar violações cometidas, mas deve consistir em oferecer possibilidades e alternativas para além do espaço institucional. Berger et al. (2021) esclarecem a importância dessa necessidade:

O desafio parece ser a possibilidade do cuidado para as demandas desse aqui e agora, que não seja só para suprir o que ele não teve antes ou poderá não ter na sua saída, e que seja pautado no ato de ocupar-se até como trabalhado por Vasconcelo (2008). O autor utiliza essa noção no sentido de que a práxis deve ser pautada a partir da problematização da realidade, tendo em vista a promoção da cidadania (BERGER et al, 2021, p. 37).

Em outras palavras, é necessário ter um olhar que vá ao encontro da causa que culminou no acolhimento, posteriormente é preciso problematizar com profundidade a realidade de cada criança e adolescente e também de seus familiares. Esta prática pode contribuir significativamente para um acolhimento-cuidado, fazendo com que os acolhidos não percam suas referências e suas origens ao serem abruptamente inseridos em outra realidade. Depois, é preciso considerar que o acolhimento institucional será para alguns um local de passagem, neste sentido Berg et al. (2021) chamam atenção para o pós acolhimento, ou seja, o desligamento. Os autores ressaltam a importância de se investir em estratégias que promovam a autonomia dos acolhidos para inseri-los em uma vida fora do serviço institucional.

Sobre a promoção da autonomia foi visto no decorrer deste estudo o quão é mister compreender as complexidades e os contextos em virtude da possibilidade de se construir um vínculo com a criança e o adolescente por meio da rede social constituída entre os acolhidos e os profissionais no período do acolhimento institucional. Singly (2003) argumenta que para se estabelecer laços sociais na sociedade moderna é preciso respeito mútuo entre os indivíduos, ou seja, é necessário o consentimento das partes envolvidas, e também daqueles que estão implicados. O acolhimento institucional é um lugar que possui suas normas e regras. O

---

sobre os Direitos da Criança, de 1989. A busca e apreensão trata-se de um verdadeiro princípio, a ser perseguido quando da intervenção estatal, que deve ser voltada ao fortalecimento ou do restabelecimento do convívio familiar.

sentido aqui empregado refere-se a forma de transmissão destas normas como uma estratégia para estabelecer laços sem sufocar as individualidades. Para que estes laços sociais prevaleçam é necessário ampliar, criar e pensar espaços de escuta para as crianças e adolescentes em situação de acolhimento. Ademais, Barros e Rizzini (2021) ainda pontuam:

A convenção, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 20 de novembro de 1989 e ratificada no Brasil em 24 de setembro de 1990, é documento legitimador dos direitos de participação das crianças e dos adolescentes, a convenção afirma que estes são atores sociais com competência políticas, estabelecendo no 12º artigo que crianças e adolescentes têm o direito a expressar suas opiniões e devem ser ouvidos nas questões que os afetam (BARROS & RIZZINI, 2021, p. 103).

Além do documento supramencionado, Barros e Rizzini (2021) reiteram sobre a existência das resoluções brasileiras (159/2013; n.91; e n.201 de 2017) prescritas pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) cuja finalidade é fomentar a participação destes atores no processos decisórios acerca dos seus direitos. No entanto, as autoras constataam que as crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional enfrentam desafios ainda maiores para se pronunciarem, e os principais fatores para o impedimento da participação dessa população estão no posicionamento paternalista e adultocêntrico. Sendo assim, percebe-se a necessidade de se criar espaços e estratégias para fomentar a mudança de posicionamentos. De um lado crianças e adolescentes precisam ser reconhecidos e se reconhecerem como sujeitos sociais com direito de manifestar sua voz. Por outro lado, é necessário espaços direcionados para os profissionais compreenderem e incentivarem a participação desta população.

#### **4.3.2 Análise das relações sociais no processo institucional sob a perspectiva do Capital Social**

Para compreender a relação do termo capital social no processo institucional é mister elucidar algumas de suas características. Segundo Araújo (2010), o termo capital comumente debatido e conhecido nas ciências sociais geralmente é associado ao capital de matriz econômica e ideológica. Um exemplo disto, é o conceito de capital na teoria marxista do filósofo e sociólogo alemão Karl Marx do século XIX. Logo, o conceito de capital na área econômica e empresarial vigora por séculos, sendo potencializado no sistema capitalista. Entretanto, existem outros de conceitos atrelados ao termo capital:

A partir dos anos 1990, o Banco Mundial passou a distinguir, na avaliação de projetos de desenvolvimento, quatro formas de capital: *capital natural*, isto é, os recursos naturais de que é dotado um país; *capital financeiro*, aquele produzido pela

sociedade, e que se expressa em infra-estrutura, bens de capital, capital financeiro, imobiliário, entre outros; *capital humano*, definido pelos graus de saúde, educação e nutrição de um povo; e, finalmente *capital social*, que expressa, basicamente, a capacidade de uma sociedade de estabelecer laços de confiança e interpessoal e redes de cooperação com vistas à produção de bens coletivos (Araújo, 2010, p.9).

Nos anos de 1980 Pierre Bourdieu (1998), sociólogo, apresentou o delineamento conceitual acerca do capital social, afirmando tratar-se de uma junção de “recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento [...]” (1998, p. 67). Em síntese, para o referido autor, o capital social pode se formar em contextos coletivos, em grupos ou instituições nos quais os indivíduos podem ser notados pelo contemplador, por outras pessoas e até por ele mesmo. Ademais, a amálgama do capital social são as relações, as constituições dessas conexões podem ser duradouras e benéficas. Para Bourdieu (1998), as relações, ao se estabelecerem em diferentes espaços - econômico, social ou físico - como um ambiente institucional, possibilitará a convivência, permitindo trocas materiais ou simbólicas que prevalecerão após haver o reconhecimento promovido pela proximidade de ligações objetivas; estas aproximações irão gerar benefícios oriundos dos laços sociais que se formam entre os integrantes.

Outro conceito de Pierre Bourdieu que pode ser aplicado em espaço coletivo como o acolhimento institucional, é o de *habitus*, definição que surge por meio do capital simbólico derivado dos capitais social, cultural e econômico. Para Bourdieu (2007) as experiências adquiridas no passado podem reverberar no presente dos indivíduos. A definição do *habitus* possibilita compreender que as vivências do passado constituíram fatores como por exemplo, a formação da identidade de cada acolhido e de seus familiares de acordo com seu contexto social. Ao analisar por este viés não seria viável que quaisquer profissionais que atue no âmbito institucional procure ditar, julgar, estabelecer normas e propor ações de forma descontextualizada, pois de acordo com o autor, o *habitus* se configura por meio de um processo no qual o indivíduo vivenciou e internalizou por meio das interações sociais sua história. Souza (2013) ainda esclarece que:

Os *habitus* são disposições duráveis e transferíveis por constituir modos específicos de pensar, sentir e agir; são disposições duráveis, porque, do mesmo modo como são construídas, podem sofrer corrosão e até mesmo se dismantelar, mediante forças externas. E, além disso, são disposições transferíveis para vários domínios da prática, inclusive a escolha de estilos de vida. A partir de demandas conjunturais, o *habitus* abre uma possibilidade de atualizações das práticas (SOUZA, 2013, p. 3).

Setton (2002) utilizou a teoria do *habitus* de Pierre Bourdieu para compreender como se configura o modelo de socialização na contemporaneidade, investigando as transformações

estruturais e institucionais das principais instituições consideradas agências socializadoras como a família, a escola e as mídias. Além do mais, a autora afirma existir um dinamismo desencadeador que causa uma relação de interdependência entre estas agências e exemplifica que o processo de socialização possibilita a criação de espaços plurais para o desenvolvimento de relações sociais variadas. Segundo Setton (2002) de acordo com as estruturas (visibilidade e recursos) e da dinâmica existente entre as agências socializadoras e os agentes sociais, estas relações podem formar uma aliança ou uma oposição. Dessa forma, é preciso analisar como ocorre as configurações nestas instituições sociais, levando em consideração condições estruturais, de recursos, seus perfis e trajetórias individuais. O conceito de *habitus* pode contribuir para refletir sobre as formações sociais identitárias de acordo com as peculiaridades da trajetória de vida de cada indivíduo, também podendo ser compreendido como um fundamento cultural relevante para ajudar a compreender suas escolhas. Portanto, é essencial pensar que a formação de grupos compostos por estas agências socializadoras, devem se constituir por meio de ações recíprocas que estimulem o desenvolvimento de elos de confiança.

Neste viés, também recomenda-se que um estudo mais profundo em relação ao conceito de *habitus* de Pierre Bourdieu (2007), como uma reflexão para desconstruir a noção de posições adultocêntricas, ocasionalmente advindas de responsáveis e profissionais que realizam suas tomadas de decisões pautadas na suas singularidades, sem considerar a imprescindibilidade da criança e do adolescente se expressar, ser escutado como parte de um processo de socialização, e não somente emudecido no processo de institucionalização.

A notoriedade da definição do capital social é consolidada a partir da publicação do livro de Robert Putnam em 1993 intitulado “*Making Democracy Work; Civic Traditions in Modern Italy*” (Comunidade e democracia: a experiência da Itália Moderna). O autor tornou-se uma referência no Brasil para elaboração de trabalhos científicos nos debates sobre capital social. Inclusive, no âmbito brasileiro o referido termo tem sido debatido extensivamente na área das ciências sociais. Além disso, funciona como um auxílio no campo governamental para avaliar a capacidade e a qualidade das ações do governo (Borba e Silva, 2006). Em relação ao conceito capital social, Putnam (2006, p. 186) considera que “os estoques de capital social, como confiança, normas e sistemas de participação, tendem a ser cumulativos e a reforçar-se mutuamente”. Para atingir esse objetivo é preciso que a sociedade desenvolva grupos cujas virtudes possam propiciar equilíbrios sociais, nos quais vigoram características como cooperação, fiabilidade, reciprocidade e civismo, com o cultivo do bem-estar coletivo.

Sobre as formas de capital social, Putnam (2003) esclarece que sua prática pode se estabelecer em instituições formais como associações de pais e sindicatos, as quais possuem direcionamentos reconhecidos, como, por exemplo, reuniões periódicas, requisitos para filiar seus associados, dentre outros, assim como, também pode ocorrer em instituições informais como um jogo de basquete ou uma reunião em um bar. O alto grau de informalidade não desqualifica que em ambos os ambientes possam ser desenvolvidas relações baseadas na reciprocidade, onde é possível obter benefícios tanto nos espaços privados quanto nos públicos entre os integrantes.

Neste contexto, as teorias do capital social, podem ser aplicadas nas duas dimensões pertinentes aos objetivos do estudo. A primeira refere-se ao acolhimento institucional para crianças e adolescentes. Já a segunda, ao fato deste serviço de acolhimento ter como propósito primordial a reintegração para a instituição familiar. Sendo assim, trabalhar sob a égide da teoria do capital social, com a possibilidade de trabalhar em ambientes formais e informais, pode contribuir de forma significativa para garantir os direitos desta população. Putnam (2003) frequentemente se propôs a analisar ligações sociais informais. Dessa forma, uma vez que, os pressupostos teóricos do capital social transitam nestas duas dimensões; formal (instituição de acolhimento) e informal (família), é possível pensar em estratégias para desenvolver seu uso no acolhimento institucional. Em outras palavras, a formalidade presente no acolhimento institucional, sua similaridade com um ambiente familiar, e associação das profissionais, cuidadoras/educadoras à uma representação familiar não devem ser estimuladas, para não causar conflitos emocionais e comparações. Entretanto, tais semelhanças podem ser utilizadas para aproximação destes profissionais com os acolhidos e seus familiares.

Outro ensinamento de Putnam (2003) aponta que a ideia central do capital social não apresenta maiores dificuldades para ser compreendida, sua relevância é para todos aqueles que fazem parte de uma rede social. Braga, Maciel e carvalho (2018) elucidam e reforçam teorias acerca das redes sociais neste contexto e alegam que:

Segundo Lima e Conserva (2006, p. 75) “as redes podem ser consideradas como um conjunto de relações construídas pelos indivíduos a partir do meio social originário, através das quais se manifestam condicionamentos sociais sobre os quais elas atuam, transformando-os na busca da resolução de problemas cotidianos”. Para Wasserman e Faust (1994), as redes sociais são caracterizadas por conjunto de nós, denominados de atores, que podem representar pessoas, grupos ou instituições que estabelecem interações estáveis ou duradouras o suficiente para permitir o estabelecimento de trocas. Além disso, as redes podem ser importantes aos sujeitos pois são caracterizadas por espaços onde há difusão de informação (BRAGA, MACIEL E CARVALHO, 2018, p.2).

Putnam (2003) ainda faz uma analogia utilizando a linguagem da microeconomia para exemplificar como as formações de redes podem trazer benefícios privados e internos. E

assim esclarece que a sociologia, ao realizar estudos sobre o mercado de trabalho, constatou que a maioria das pessoas encontravam empregos devido aos contatos de quem já as conhecia ou em virtude daquilo que elas sabem fazer. Neste sentido, alguns especialistas apontaram que inclusive a remuneração podia ser determinada mais em função das relações sociais estabelecidas do que das credenciais educativas. Braga, Maciel e Carvalho (2018) parecem corroborar com Putnam (2003) ao afirmarem que as redes sociais podem proporcionar diversas oportunidades, e assim beneficiar os integrantes que compõem estas redes por meio das múltiplas relações. Tal aspecto pode ocorrer principalmente se nestas interações houver um vínculo de amizade, na qual um dos membros tenha algum poder ou influência que possa beneficiar o outro com oportunidades.

Em Coleman (1990) vamos encontrar o seguinte esclarecimento acerca do conceito sobre capital social e da imprescindibilidade das relações entre pessoas para origem desse capital. O sociólogo argumenta que as relações sociais são fundamentais para produção deste tipo de capital, isto é, a forma como as pessoas constituirão os relacionamentos podem transformar caminhos e assim favorecer ações para obtenção do capital social. O autor ainda utiliza a definição de outros tipos de capitais para elucidar a compreensão e a distinção entre capital físico, capital humano e capital social. Sendo assim, Coleman (1990) esclarece que o capital físico foi considerado nas décadas de 70, 80 e 90 algo essencial e inovador para o desenvolvimento da economia, da educação e dos instrumentos produtivos da época, estendendo-se para o capital humano. Neste sentido, assim como o capital físico foi criado com intuito de transformar os materiais para criar equipamentos e ferramentas para facilitar e aumentar a produção, igualmente, o capital humano surge para mudar as pessoas, fornecendo meios de inovar e aprimorar por meio das capacitações, habilidades e competências, tornando-as aptas para proceder de acordo com as oportunidades.

Em outras palavras, o capital físico possui uma existência concreta, palpável, enquanto o capital humano não é tão tangível, pois trata-se da aquisição de conhecimentos, habilidades e competências adquiridas pelo indivíduo ao longo do processo de aprendizagem e educação. O capital social é menos perceptível ainda, porque ele se origina nas relações estabelecidas entre as pessoas. Entretanto, é preciso compreender que assim como o capital físico e humano podem favorecer significativamente as ações de produção, o capital social também pode ofertar o mesmo potencial, considerando que a confiança e a confiabilidade são pilares do capital social. Dessa forma, a probabilidade de desenvolvimento e de realizações são mais prováveis de ocorrer em grupos que demonstram a confiabilidade e depositam confiança no outro do que naqueles em que não há coexistência desses pilares (Coleman, 1990). Para

discorrer sobre confiança é primordial citar nos debates acerca do capital social o trabalho de Fukuyama (1996), o cientista político alega que:

Confiança é a expectativa que nasce no seio de uma comunidade de um comportamento estável, honesto e cooperativo, baseado em normas compartilhadas pelos membros desta comunidade. Essas normas podem ser sobre questões de “valor” profundo, como a natureza de Deus ou da justiça, mas também compreendem normas seculares, como padrões profissionais e códigos de comportamento. Isto é, confiamos em que um médico não nos causará mal deliberadamente porque esperamos que ele respeite o juramento hipocrático e os padrões da profissão médica (FUKUYAMA, 1996, p. 41).

Neste sentido Fukuyama (1996) alega que se houver a supremacia da confiança em uma sociedade ou em algumas partes desta sociedade, isto possibilitará o surgimento de um campo fértil para o desenvolvimento do capital social. Como visto anteriormente, onde houver um grupo, mesmo que seja pequeno, mas essencial como, por exemplo, uma família, este grupo terá tanto potencial para desenvolver o capital social, quanto um grupo que compõe uma nação. O distinguidor do capital social em comparação a outros campos do capital humano é a forma como ele foi criado, ou seja, depende dos mecanismos culturais (tradições, costumes, religiões ou contexto histórico) que regem estes grupos societários. Neste sentido, o presente estudo pondera que o período de acolhimento institucional da criança ou do adolescente possibilitará ao Estado promover formas de socialização, como criação de espaços para propor reflexões dialógicas com a rede socioassistencial, inclusive familiares e responsáveis, proposição de intervenções de acordo com a realidade dos envolvidos que permitam desenvolver elos de confiança entre quem os acolhe, protege e educa (preferencialmente os cuidadores/educadores) e o acolhido durante a medida de proteção provisória.

Outro ensinamento de Fukuyama (1996) refere-se à sociabilização, mais precisamente ao termo “sociabilidade espontânea” (1996, p.42), considerada uma variante do capital social. Em outras palavras, o autor alega que a modernidade ao se estabelecer em uma sociedade passa por processos que culminam na sua criação, aniquilação e transformação. Neste contexto, o capital social mais favorável não é aquele em que indivíduos trabalham sob um comando de uma comunidade ou um grupo, mas sim quando estão aptos e são capazes de trabalhar sob novas associações, conseguindo colaborar com os termos de referências estabelecidos por essas organizações.

É possível considerar que o acolhimento institucional é um tipo de associação involuntária, uma vez que atende a determinações judiciais. Sendo assim, as relações sociais estabelecidas nesse âmbito podem se configurar sob a forma de uma autoridade hierárquica com base na confiança ou na forma autoritária e coercitiva. Tais cuidados, sobre a maneira

como ocorre o capital social nessas instituições deve exigir constantemente reflexões dialógicas e debates acerca do desenvolvimento das relações e, principalmente, quais os resultados destas interações em prol dos acolhidos e seus familiares. Visto que para Araújo (2010) o capital social também pode possuir um lado perverso, este lado tem sido estudado, majoritariamente em relação a associações criminosas. Diante do exposto no decorrer desse tópico aponta-se que a forma como as crianças e adolescentes, assim como suas famílias, serão tratados e quais intervenções serão realizadas devem ser pensadas estrategicamente para produzir efetivamente bons resultados em favor da real garantia dos seus direitos.

#### **4.4 Considerações finais**

Este estudo buscou demonstrar que o acolhimento institucional pode ser considerado um campo no qual podemos pensar em ações voltadas para o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes em situação de acolhimento e da promoção da autonomia desta população. Neste contexto, o presente estudo levou em consideração o potencial educativo não formal desse tipo de modalidade de acolhimento. Para desenvolver este tipo de educação foi destacada a função da cuidadora/educadora e evidenciado o quanto é essencial discutir sobre as atribuições deste profissional. O cuidado com a cuidadora/educadora social deve ocorrer desde sua contratação, bem como a necessidade da criação de espaços e de capacitações que não sejam somente de cunho técnico ou de conteúdo, mas que busque investir neste profissional lhes fornecendo condições de trabalho materiais, humanas e remuneratórias.

A urgência deste tipo de pesquisa torna-se primordial se pensarmos que em 2023, de acordo com Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no Brasil há atualmente mais de 32 mil crianças e adolescentes em situação de acolhimento. O número nos faz pensar sobre a necessidade de investimento de ações e investigações sobre os serviços de acolhimentos institucionais para crianças e adolescentes. Portanto, analisar o papel e as atribuições destas profissionais inserem as cuidadoras/educadoras numa posição primordial em relação aos acolhidos, possibilitando compreender como a constituição das relações sociais e dos vínculos afetivos entre as crianças e adolescentes e as cuidadoras/educadoras podem ser fundamentais para a vivência no acolhimento institucional. Sendo assim, o estudo utilizou a definição de laços sociais de Singly (2006) para analisar a relações sociais entre as cuidadoras/educadoras e acolhidos, demonstrando que a constituição destas relações podem ser benéficas se forem alicerçadas no respeito e na confiança.

O desenvolvimento de relações sociais pautadas na confiança, no respeito e na solidariedade da convivência coletiva levou ao encontro do conceito sobre capital social. Tal definição tornou-se relevante, pois consiste na utilização dos recursos sociais que fazem com que os indivíduos se sintam pertencentes a determinados grupos, já que a manutenção de uma rede de relações não é algo natural, mas a consequência de estratégias de investimento social (Bourdieu, 1998). Essa abordagem inspirou a pesquisa a analisar como os profissionais pesquisados podem desenvolver um capital social que integre os jovens nas redes de acolhimento, assim como auxiliá-los na busca por um capital social que os integre nos demais campos da sociedade. Diante do exposto, a presente pesquisa visou analisar como transformar uma forma de agrupamento peculiar ao acolhimento institucional em uma rede de pertencimento e, desta forma, contribuir para o campo da proteção da infância e da adolescência no contexto brasileiro.

#### 4.5 Referências Bibliográficas - Artigo 2

Acosta, A. R.; Vitale, M. A. F. (Org.). (2008), **Famílias: redes, laços e políticas públicas**. 4 ed. São Paulo: Cortez/Instituto de Estudos Especiais/PUC-SP.

Araújo, M.C.S.D'. (2010). **Capital Social**. 2ed, Rio de Janeiro- Zahar.

Arpini, D. M. O papel de mediador do educador/cuidador da casa de acolhimento institucional. In. Moreira, M.I.C.; Passo, A.P.C.P; Almeida, V.P. (Orgs) (2016). **Cuidar de quem cuida: trabalhadoras e trabalhadores no acolhimento institucional**. Curitiba- CRV. Cap. 5 ( pp. 113-130).

Avoglia, H. R. C.; Silva, A. M.; Mattos, P. M. (2012). Educador social: Imagem e relações com crianças em situação de acolhimento institucional. **Revista Mal-Estar e Subjetividade**, 12(1-2), 265-292. Recuperado em 09 de fevereiro de 2023, de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1518-61482012000100010&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482012000100010&lng=pt&tlng=pt)

Baptista, M.V.; Vitale, M.A.F; Favero, E.T.; Ganey, Eliane. (2008) A necessidade de conhecer as famílias e os caminhos percorridos. In. Fávero, E.T.; Vitale, M.A.F.; Baptista, M.V. (orgs) **Famílias de crianças e adolescentes abrigados: quem são, como vivem, o que pensam, o que desejam..** São Paulo - Paulus. Introdução (pp. 13-22).

Barros, A.A.G.Rizzini,I. (2021). O direito à participação de adolescentes em acolhimento institucional.In. In Rizzini,I,& Couto, R.M.B (Orgs.). **Entre a casa, as ruas e as instituições: crianças e adolescentes em acolhimento institucional no Brasil**. Rio de Janeiro: PUC-Rio.Cap.5, (pp.103-118).

Bassoli, E. N., & Figueiredo, V. C. N. (2020). Desafios do trabalho de educadoras sociais em casas de acolhimento. **Revista Ibero-Americana De Estudos Em Educação**, 15(esp3), 2396–2410. <https://doi.org/10.21723/riaee.v15iesp3.14448>

Bauli, R.A. Müller, V.R. (2020). **Educador Social no Brasil Normatização e Profissionalização**. Chapecó/SC - Livrologia.

Belo Horizonte, (2008) Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal Adjunta da Assistência Social. **Projeto educativo para entidade de abrigo: marco orientador das relações. Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Secretaria Municipal Adjunta da Assistência Social**. PBH/ SMAAS.

Berger, S.M.D. et al. (2021). A ética do cuidado nos processos de acolhimento de crianças e adolescentes: tramas, fios e conexões. In Rizzini, I., & Couto, R.M.B (Orgs.). **Entre a casa, as ruas e as instituições: crianças e adolescentes em acolhimento institucional no Brasil**. Rio de Janeiro: PUC-Rio. Cap.1, (pp.21-41).

Bernardes, J. W., & Marin, A. H.. (2019). Intervenção com educadoras sociais no contexto de acolhimento institucional: relato de experiência. **Revista da SPAGESP**, 20(2), 117-130. Recuperado de: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1677-29702019000200009&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702019000200009&lng=pt&tlng=pt).

Bourdieu, P. (1998). **Escritos na educação**. Nogueira, M.A.N. & Catani, A. (Orgs). Petrópolis: Vozes.

Bourdieu, P. (2007). **A Distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo/Porto Alegre, EDUSP/Zouk .

Braga, N. L., Maciel, R. H., & Carvalho, R. G. de .. (2018). Redes sociais e capital social de catadores associados. **Psicologia & Sociedade**, 30, e173663. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2018v3017366>.

Brasil, Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 5346/2019. Dispõe sobre a criação da profissão de educador e educadora social e dá outras providências. Apresentado pelo deputado Federal Chico Lopes. Relator: Deputado Chico Alencar em 3 de junho de 2009. Brasília/DF. 2009. Recuperado de: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=437196>

Brasil. (1990). Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, DF.

Brasil. Senado Federal. Projeto de Lei n.º 328/2015. Dispõe sobre a regulamentação da profissão de educadora e educador social e dá outras providências. Apresentado pelo senador Telmário Mota em 1 de junho de 2015. Brasília, DF, 2015. Recuperado de: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/121529>.

Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria Nacional de Assistência Social. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOBRH/SUAS)**. Brasília, DF. 2006.

Brasil. (2009b). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes**. Brasília: MDS.

Brasília (Distrito Federal), Ministério do Desenvolvimento Social Agrário (2016). **Caderno de Orientações Técnicas: Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto**. Secretaria Nacional de Assistência Social. Recuperado em 20 de abril de 2023, de [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Cadernos/caderno\\_MSE\\_0712.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/caderno_MSE_0712.pdf).

Cavalcante, L. I. C., Corrêa, L. D. S.. (2012). Perfil e trajetória de educadores em uma instituição de acolhimento infantil. **Cadernos De Pesquisa**, 42(Cad. Pesqui., 2012 42(146)), 494–517. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742012000200010>

Cavalcante, Magalhães, Cruz, Corrêa e Costa (2021). Aspectos teóricos e empíricos acerca da bioecologia do desenvolvimento da criança e do adolescente no contexto do acolhimento institucional. In.: Rizzini,I, & Couto, R.M.B (Orgs.). **Entre a casa, as ruas e as instituições: crianças e adolescentes em acolhimento institucional no Brasil**. Rio de Janeiro: PUC-Rio de Janeiro pp. 43-56.

Coleman, J. (1990). **Fundações da teoria social**. Cambridge: Belknap of Harvard University Press: Inglaterra, .

Elage, B. Góes, M. ; Fiks, M. ; Gentile, R. (2011) **Formação de Profissionais em Serviço de Acolhimento**.São Paulo: Instituto Fazendo História.

Fonseca, P. N.; Albuquerque, a.B.; Lima, B. L.; Santos, J.L.F.; Souza Filho, J.F. (2020). Acolhimento institucional de crianças: avaliação da estrutura física, do funcionamento e da equipe de profissionais. **Psicologia, Conocimiento y sociedad**. Montevideo , v. 10, n. 3, p. 48-62. Recuperado de: <[http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1688-70262020000300048&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1688-70262020000300048&lng=es&nrm=iso)>.

Fukuyama, F. (1996). **Confiança: as virtudes sociais e a criação da prosperidade**. Rio de Janeiro: Rocco.

Gulassa, M. L. (2016). Prefácio. In: Moreira, M. I. C. Passos, A. P. P.; Almeida, V. , P. (Orgs). **Cuidar de quem cuida: trabalhadoras e trabalhadores no acolhimento institucional**. Curitiba: CRV. Cap.5, (pp.1-14).

Minayo, M.C.S (2014). **O desafio do conhecimento pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec.

Ministério do Trabalho e Previdência. (2010). Classificação Brasileira de Ocupações – CBO. Recuperado em 16 de fevereiro de 2023 de CBO - Downloads - 6.0.0 (mteco.gov.br).

Moreira, M.I.C. Passos, A.P.C.P. Bedran, P.M.; Carellos, S.D.M.S. (2012). A Universidade na rede de proteção à criança e ao adolescente. In: Moreira, M. I. C & Carellos, S.D.M.S. (Orgs). **Famílias e vulnerabilidade social: é possível auxiliar sem invadir**. Cap.1, (pp. 13-28) Curitiba: CRV.

Moreira, M.I.C.Passos, A.P.C.P.Pereira, C. C. (2012). A posição da família nas políticas públicas de proteção: oscilações entre o centro e a margem. In: Moreira, M. I. C & Carellos, S.D.M.S. (Orgs). **Famílias e vulnerabilidade social: é possível auxiliar sem invadir**. Curitiba: CRV. Cap.2, (pp. 27-47)

Nazzari, R.K. (2006). Capital social, cultura e socialização política: a juventude brasileira. In Baquero, M & Cremonese, D. (Orgs). **Capital social: teoria e prática**. Unijuí- Ijuí/RS

Paiva, J. ; Souza, C.; Natali, P. ; Muller, V. ; Bauli, R. (2014). A atuação profissional e formação do educador social no Brasil: uma roda da conversa. **Interfaces Científicas - Educação**.3. 10.17564/2316-3828.2014v3n1p77-88. Recuperado de :[https://www.researchgate.net/publication/276119033\\_A\\_atuacao\\_profissional\\_e\\_formacao\\_d\\_o\\_educador\\_social\\_no\\_Brasil\\_uma\\_roda\\_da\\_conversa](https://www.researchgate.net/publication/276119033_A_atuacao_profissional_e_formacao_d_o_educador_social_no_Brasil_uma_roda_da_conversa)

Penna, L. H. G., Guedes, C. R., Ribeiro, R., Pereira, A. L. d. F., Ribeiro, L. V., Carinhonha, J. I., . Teixeira, S. V. B. (2021). O profissional educador social no cotidiano de adolescentes de unidade de acolhimento institucional: Uma revisão integrativa. **Research, Society and Development**, 10(17) .Disponível em: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i17.24690>

Portella, E. M. B. (2012). Proteção social: a experiência dos adolescentes em acolhimento institucional. 107f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. recuperado de: <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/509?mode=full#:~:text=https%3A//tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/509>

Putnam, R. D. (2006). **Capital Social e desempenho institucional: dilemas da ação coletiva**. In: **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Robert D. Putnam, com Robert Leonardi e Raffaella Y. Nanetti; tradução Luiz Alberto Monjardim.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV. Cap. 6 (pp 174-194).

Putnam, R.D. (2003). **El declive del capital social: un estudio internacional sobre las sociedades y sentido comunitario**. Trad. José Luis G. Aristu. 1ª ed. Galaxia Gutenberg-Barcelona/ Espanha.

Rego, T. C. e Moraes, J. G. V. (2017). Individualização e processos de construção identitária na contemporaneidade: a perspectiva de François de Singly. **Educação e Pesquisa** [online]. 2017, v. 43, n. 2 [Acessado 29 Abril 2022] , pp. 585-617. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1517-97022017430200201>>. ISSN 1678-4634. <https://doi.org/10.1590/S1517-97022017430200201>.

Rodrigues, P. D. (2015). **A Provisoriedade do abrigo e a produção de afetos: estudo sobre assujeitamento /resistência em adolescentes inseridos em unidades de acolhimento**. Curitiba:Appris.

Rossetti-Ferreira, M. C. et al. (2012). Acolhimento de crianças e adolescentes em situações de abandono, violência e rupturas. **Psicologia: Reflexão e Crítica** [online]. v. 25, n. 2. pp. 390-399. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-79722012000200021>>

Rother, E. T.. (2007) Revisão sistemática X revisão narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem** [online]. v. 20, n. 2 [Acessado 29 Agosto 2023], pp. v-vi. Recuperado de: <<https://doi.org/10.1590/S0103-21002007000200001>>. Epub 17 Jul 2007. ISSN 1982-0194.

<https://doi.org/10.1590/S0103-21002007000200001>.

Sarti, C. A. (2003). **Famílias enredadas. Família: Redes, Laços e Políticas Públicas**, 3, 21-36.

Sawaia, B. (Org.) (2001). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Vozes.

Senado Federal do Brasil (2015). Projeto de Lei nº 328/2015. Dispõe sobre a regulamentação da profissão de educadora e educador social e dá outras providências. Apresentado pelo senador Temário Mota em 2 de junho de 2015. Brasília, DF, 2015.

Setton, M. da G. J.. (2002). A teoria do *habitus* em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. **Revista Brasileira De Educação**, (20), 60–70. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782002000200005>

Souza, C. (2018). A experiência do cuidado em uma casa de acolhida: os sentidos produzidos pelas cuidadoras. Belo Horizonte. 87f.: il. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Psicologia III. Recuperado em: < [http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/Psicologia\\_SouzaC\\_1.pdf](http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/Psicologia_SouzaC_1.pdf) > .

Souza, F. H.O.(2017). **Parentalidade para quem?: a convivência familiar no acolhimento institucional**. 198 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Souza, L. M. (2013). O conceito de *habitus* e campo: princípios que sustentam o *ethos* dos docentes da educação agrícola. In: II Colóquio Nacional a Produção do Conhecimento em Educação Profissional. Natal/RN. O conceito de *habitus* e campo: princípios que sustentam o *ethos* dos docentes da educação agrícola.

Souza, M. T.; Silva, M. D.; Carvalho, R. (2010) Revisão integrativa: o que é e como fazer?. **Rev.Einstein** (São Paulo) [online]. v. 8, n. 1 [Acessado 24 Agosto 2022] , pp. 102-106. recuperado em: . ISSN 2317-6385. <https://doi.org/10.1590/S1679-45082010RW1134>.

Uwe, Flick. **Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes**. Porto Alegre: Penso. 2013.

Veiga, C. R. da, Lage, A. Áurea, & Soares, L. C. E. C. (2023). Acolhimento no Sistema de Justiça: Saberes e Fazeres da Prática Psicológica. **Estudos E Pesquisas Em Psicologia**, 23(2), 503–522. <https://doi.org/10.12957/epp.2023.77696>

Setton, M. da G. J.. (2002). A teoria do *habitus* em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. **Revista Brasileira De Educação**, (20), 60–70. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782002000200005>

Singly, F. de. (2008). **Sociologia da família contemporânea**. Rio de Janeiro: FGV.

Singly, F. de. (2006). **Uns com os outros: quando o individualismo cria laços**. Lisboa. Instituto Piaget.

Wendt, B. & Dell’Aglío, D.D. Cuidando de quem cuida: desenvolvendo práticas educativas positivas no contexto do acolhimento institucional. In: Zappe, J. G. Zappe, Dias A.C. G. Dias, Lordello, S. R. M. (Orgs.) (2020). **Compromisso social com crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade: o papel da extensão universitária na área de direitos humanos e justiça.** Cap. pp. 193-209. Disponível em: [https://editoraufsm.com.br/downloadable/download/linkSample/link\\_id/30/](https://editoraufsm.com.br/downloadable/download/linkSample/link_id/30/)

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS GERAIS

O estudo buscou trazer reflexões acerca do espaço do acolhimento institucional para crianças e adolescentes e explicitar como este lugar tem potencial para auxiliar no desenvolvimento integral e na promoção da autonomia da população atendida. Tais ações tornam-se possíveis se houver estratégias e intervenções que invistam na constituição das relações sociais, estreitando os laços sociais constituídos no processo de acolhimento institucional. Contudo, segundo Rizzini, Rizzini, Naif e Baptista (2006) ainda é possível observar que mesmo após a promulgação do ECA, ainda há serviços de acolhimento exercendo práticas arraigadas em modelos de institucionalização similares ao antigo “sistema de proteção e assistência aos menores abandonados e delinquentes” (p.90). Essa constatação é observada nos dias atuais por quem trabalha nos órgãos do sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente.

Estas práticas podem ser desconstruídas com estratégias como, por exemplo, a supervisão<sup>25</sup> por parte de órgãos públicos da Alta Complexidade. E quando a instituição pertencer a outros setores, como o terceiro setor, seria importante que estes órgãos também tenham um profissional apto a fazer supervisões, bem como considerar outros fatores institucionais e interinstitucionais que impactam na atividade laboral. A supervisão também é compreendida como um espaço deliberativo. Contudo, é possível observar que existem dificuldades para propor a criação de espaços desta natureza para os trabalhadores dos serviços de acolhimento e, conseqüentemente, de intervenções para fomentar e fornecer condições para a participação destes trabalhadores.

Além do mais, é necessário mencionar a dificuldade que observei na prática para inserir pesquisadores e até mesmo estagiários nestas instituições. A presença destes profissionais também pode ser considerada uma contribuição para pensarmos em estratégias de melhoria. Os temas que poderiam ser investigados sobre o acolhimento institucional, podem fomentar a iniciativa de mais pesquisas referentes a esta temática. Por exemplo, observou-se a carência de estudos sobre o acolhimento de crianças e adolescentes com necessidades especiais, principalmente no que se refere às questões pertinentes aos transtornos mentais.

Os aspectos abordados no artigo 1 sobre o cotidiano no acolhimento apresentaram, de certa forma, histórias de êxitos proveniente da vivência nos acolhimentos, porém também

---

<sup>25</sup> Agradeço a professora Lisandra Espíndula Moreira sobre a relevância da supervisão, como uma estratégia para efetividade do trabalho nas instituições de acolhimento para crianças e adolescentes.

foram pontuadas as fragilidades e os desafios que advém da falta de efetividade e de investimento estruturais nas políticas públicas para ofertar recursos, formação e capacitação técnica para lidar com as demandas complexas deste serviço. Como gestora, posso mencionar uma ação simples que foi um diferencial na maneira de gerir, que consistiu em ofertar uma atitude acolhedora e uma escuta ativa aos profissionais, desde a equipe técnica até a equipe de apoio (cozinheiras, auxiliar de serviço geral, motoristas e vigias).

Segundo Calderón e Silva (2018), saber realizar uma escuta ativa é uma habilidade extraordinária e, quando bem executada, pode gerar sentimentos de segurança e confiança, bem como melhorias no relacionamento interpessoal e na comunicação, e ainda possibilita que os envolvidos se sintam mais compreendidos. Por meio desta atitude foi possível construir um ambiente de trabalho em conjunto, assim como pensar em estratégias que favoreceram a execução do serviço e contribuíram para que a maioria dos servidores que trabalhavam comigo o fizessem com satisfação, criatividade e proatividade. Outro ponto primordial foi dar voz às crianças e adolescentes e realizar uma escuta de qualidade com elas, buscando respeitar suas necessidades e singularidades.

Além disso, é preciso elaborar estratégias para desenvolver o potencial educativo do serviço de acolhimento, lembrando que este processo pode torna-se uma via de mão dupla, pois, neste ambiente, quem ensina também deve estar disposto a aprender. Neste contexto, as categorias construídas no artigo 2 a respeito do lugar da cuidadora/ educadora, complementam a necessidade deste investimento no serviço de acolhimento e também nas profissionais cuidadoras/educadoras, destacado neste estudo com grande potencial para atuar com um agente transformador.

Ademais, é válido ressaltar que esta investigação percorreu sobre uma educação informal, na qual os profissionais mais indicados são as cuidadoras/educadoras. Bernardes e Marin (2019) demonstraram na sua pesquisa cuja terminologia utilizada para mencionar o cuidador/educador foi educador social, denominação cada vez mais aplicada no universo acadêmico referindo-se aos serviços de acolhimentos com crianças e adolescentes. As autoras afirmam que o educador social se torna a referência adulta mais próxima, realizando desta forma atividades que vão além do atendimento às necessidades básicas, como, por exemplo, a educação não formal. Tais interações das relações sociais envolvem uma vinculação afetiva entre as cuidadoras/educadoras e os acolhidos, isto justifica o uso do conceito de laço social de Singly (2006) na sociedade moderna. Neste contexto, o autor afirma que “os indivíduos estabelecem laços desde que respeitem o duplo consentimento dado por eles e pelas outras pessoas a que dizem respeito” (2006, p. 55). Sendo assim, a escolha da noção de laços sociais

- pautadas nos pressupostos teóricos do sociólogo François de Singly apesar de elaborada para uma realidade analisada no contexto da sociedade francesa - atendeu às expectativas deste estudo, cuja finalidade foi encontrar suporte teórico que esclarecesse a importância do vínculo na relação entre educadora social e acolhido. Tal conceito legitima o elo nas relações sociais, nos quais se considera a pluralidade cultural e individual do outro, ou seja, as subjetividades envolvidas. Assim, devemos pensar em formas menos coercitivas, impositivas e inflexíveis para desconstruir concepções que são prejudiciais ao desenvolvimento de cada criança e adolescente, e isto deve ser realizado em conjunto, de forma contextualizada e planejada, alicerçada no respeito e na confiança.

Outro conceito utilizado para abordar a constituição das relações sociais e como elas se configuram no contexto do acolhimento institucional visando criar estratégias que possam ser pensadas durante o período de institucionalização, foi o de capital social. Entre os pressupostos teóricos que abordam a base do capital social, os critérios que chamaram a atenção foram os valores que servem de alicerce para este tipo de produção, cuja base estabelece a necessidade de se desenvolver uma relação permeada pela reciprocidade.

Apesar dos desafios, a pesquisa pontuou que o acolhimento institucional pode promover o desenvolvimento dos acolhidos nas dimensões significativas da sua vida, inclusive na educação informal por meio da constituição das relações sociais e dos vínculos afetivos neste ambiente. O trabalho realizado pelos profissionais que atuam na medida protetiva, principalmente as cuidadoras/educadoras, merece um olhar mais atento, um investimento de esforços.

Nos estudos realizados em acolhimentos institucionais na cidade de Rio Grande, as pesquisadoras Paludo, Mazzoleni e Silva (2018) pontuam que as vivências dos acolhidos nos serviços de acolhimento não devem se ater a um trabalho voltado somente para a reintegração familiar, é preciso caminhar além dos cuidados básicos e da proteção; é necessário sair da apatia, e criar espaços de diálogo e de reflexão. Deste modo, será possível pensar no acolhimento institucional como espaço de fato protetivo para as crianças e adolescentes em situação de acolhimento.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS GERAIS

Acioli, R. M. L. et al. (2018). Avaliação dos serviços de acolhimento institucional de crianças e adolescentes no Recife. **Ciência & Saúde Coletiva [online]**. 2018, v. 23, n. 2 [Acessado 11 dezembro 2021], pp. 529-542. Recuperado de: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232018232.01172016>>.

Acosta, A. R.; Vitale, M. A. F. (Org.). (2008), **Famílias: redes, laços e políticas públicas**. 4 ed. São Paulo: Cortez/Instituto de Estudos Especiais/PUC-SP.

Araújo, (2003) M.C. S. **Capital Social**. Jorge Zahar. Ed, Rio de Janeiro.

Arpini, D. M. O papel de mediador do educador/cuidador da casa de acolhimento institucional. In: Moreira, M.I.C.; Passo, A.P.C.P; Almeida, V.P. (Orgs) (2016). **Cuidar de quem cuida: trabalhadoras e trabalhadores no acolhimento institucional**. Curitiba- CRV. Cap. 5 (pp. 113-130).

Avoglia, H. R. C.; Silva, A. M.; Mattos, P. M. (2012). Educador social: Imagem e relações com crianças em situação de acolhimento institucional. **Revista Mal-Estar e Subjetividade**, 12(1-2), 265-292. Recuperado em 09 de fevereiro de 2023, de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1518-61482012000100010&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482012000100010&lng=pt&tlng=pt)

Brasília (Distrito Federal), Ministério do Desenvolvimento Social Agrário (2016). Caderno de Orientações Técnicas: Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto. Secretaria Nacional de Assistência Social. Recuperado em 20 de abril de 2023, de [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Cadernos/caderno\\_MSE\\_0712.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/caderno_MSE_0712.pdf).

Bauli, R.A. Müller, V.R. (2020). **Educador Social no Brasil Normatização e Profissionalização**. Chapecó/SC - Livrologia

Almeida, V.P. (2016). Formação e capacitação dos profissionais das casas de acolhimento institucional de crianças e adolescentes: as oficinas de dinâmicas de grupos coconstruindo saberes. In: Moreira, M. I. C. Passos, A. P. C.P.; Almeida, V. P. (orgs). **Cuidar de quem cuida: trabalhadoras e trabalhadores no acolhimento institucional**. Cap. 3. (pp. 64-94) Curitiba: CRV.

Arpini, D. M. (2016). O papel de mediador do educador/cuidador da casa de acolhimento institucional. In: Moreira, M. I. C. Passos, A. P. P.; Almeida, V. , P. (Orgs). **Cuidar de quem cuida: trabalhadoras e trabalhadores no acolhimento institucional**. Curitiba: CRV. Cap.5, (pp.113-130).

Baquero, R. & Hammes, L. J. (2006) Educação de jovens e construção de capital social: que saberes são necessários. In: Baquero, M. & Cremonese, D. **Capital Social: teoria e prática**. Ijuí/Rio Grande do Sul: Unijuí. Part. 2 pp. 227-250.

Baptista, M.V.; Vitalle, M.A.F. ; Fávero. E.T.; Ganev. E. (2008). A necessidade de conhecer as famílias e os caminhos percorridos. In. Fávero. E.T.; Vitalle, M.A.F. ; Baptista, M.V. (orgs) Famílias de crianças e adolescentes abrigados: quem são, como vivem, o que pensam, o que

desejam. São Paulo - Paulus. Introdução pp. 13-22.

Belo Horizonte,(2008)Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal Adjunta da Assistência Social. **Projeto educativo para entidade de abrigo: marco orientador das relações. Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Secretaria Municipal Adjunta da Assistência Social.** PBH/ SMAAS.

Berger, S.M.D. et al. (2021). A ética do cuidado nos processos de acolhimento de crianças e adolescentes: tramas, fios e conexões. In Rizzini.I,& Couto, R.M.B (Orgs.). **Entre a casa, as ruas e as instituições: crianças e adolescentes em acolhimento institucional no Brasil.** Rio de Janeiro: PUC-Rio. Cap.1,(pp.21-41).

Bernardes, J. W., & Marin, A. H.. (2019). Intervenção com educadoras sociais no contexto de acolhimento institucional: relato de experiência. **Revista da SPAGESP**, 20(2), 117-130. Recuperado de: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1677-29702019000200009&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702019000200009&lng=pt&tlng=pt).

Bosi, E.. (1993). A pesquisa em memória social. **Psicologia USP**, 4(1-2), 277-284. Recuperado em 25 de julho de 2022, de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1678-51771993000100012&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-51771993000100012&lng=pt&tlng=pt).

Bourdieu, P. (2007). **A Distinção: crítica social do julgamento.** São Paulo/Porto Alegre, EDUSP/Zouk .556p

Bourdieu, P. (1998). **Escritos na educação.** Nogueira, M.A.N. & Catani, A. (Orgs). Petrópolis: Vozes.

Braga, N. L., Maciel, R. H., & Carvalho, R. G. de .. (2018). Redes sociais e capital social de catadores associados. **Psicologia & Sociedade**, 30, e173663. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2018v3017366>.

Brasil, Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 5346/2019. Dispõe sobre a criação da profissão de educador e educadora social e dá outras providências. Apresentado pelo deputado Federal Chico Lopes. Relator: Deputado Chico Alencar em 3 de junho de 2009. Brasília/DF.

Brasil. (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 5 de outubro de 1988. Dispõe do texto constitucional da República Federativa do Brasil. Recuperado de: <<http://www.tse.jus.br/eleitor/servicos/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral>>

Brasil. (2009) Conselho Nacional de Assistência Social. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.** Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. Brasília.

Brasil. (1990). **Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, DF.

Brasil, (2009a). **Lei nº 12010** de 3 de agosto de 2009. Nova Lei de Adoção. Brasília.

Brasil. (2009b). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes.** Brasília: MDS.

Brasil, (2016). Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 24 maio de 2016.

Brito, L., Ayres, L., & Amen, M.. (2006). A escuta de crianças no sistema de justiça. **Psicologia & Sociedade**, 18(3), 68–73. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822006000300010>

Calva, S. M. B. (2019). **Autoetnografia: una metodología cualitativa**. Aguascalientes: Universidad Autónoma de Aguascalientes.

Cavalcante, L. I. C. & Corrêa, L. S. (2012) .Perfil e trajetória de educadores em instituição de acolhimento infantil. **Cadernos de Pesquisa** [online]. v. 42, n. 146 [Acessado 21 Agosto 2022] , pp. 494-517. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0100-15742012000200010>>. Epub 11 Out 2012. ISSN 1980-5314. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742012000200010>.

Candau, J. (2012) **Memória e identidade**. Tradução Maria Leticia Ferreira. – 1. ed., 2ª. Reimpressão. São Paulo: Contexto.

Chang, H.. (2008) **Autoethnography as a method**. Walnut Creek, CA: Left Coast Press.

Campos, R. C. P. R. & Araújo, N. R. (2018). Situação educacional de crianças e jovens com deficiência em acolhimento institucional. **Cadernos de Pesquisa** [online]. v. 48, n. 170. pp. 1148-1166. Recuperado de: <<https://doi.org/10.1590/198053145587>>. ISSN 1980-5314. <https://doi.org/10.1590/198053145587>

Carlotto, M. S., & Câmara, S. G. (2008). Análise da produção científica sobre a Síndrome de Burnout no Brasil. **Psico**, Porto Alegre, PUCRS, v. 39 , n. 2, pp. 152-158. Recuperado de: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/revistapsico/article/view/1461/3035>>.

Coleman, J. (1990). **Fundações da teoria social**. Cambridge: Belknap of Harvard University Press: Inglaterra.

Conselho Nacional de Justiça. (2021). Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento - SNA [National Adoption and Reception System - NAS]. Recuperado de: <https://paineisanalytics.cnj.jus.br/single/?appid=ccd72056-8999-4434-b913-f74b5b5b31a2&sheet=4f1d9435-00b1-4c8c-beb7-8ed9dba4e45a&opt=cursel&select=clearall>

Dias, D.M.A. (2016). A saúde do trabalhador da casa de acolhimento institucional. In: Moreira, M. I. C. Passos, A. P. C.P.; Almeida, V. P. (orgs). **Cuidar de quem cuida: trabalhadoras e trabalhadores no acolhimento institucional**. Curitiba: CRV. . Cap. 3. (pp. 96-130)

Elage, B. Góes, M. ; Fiks, M. ; Gentile, R. (2011) **Formação de Profissionais em Serviço de Acolhimento**. São Paulo: Instituto Fazendo História.

Ellis, C.; Adams, T.E. & Bochner, A.P. (2010). **Autoethnography: An Overview** [40 paragraphs]. Forum Qualitative Sozialforschung / Forum: Qualitative Social Research, 12(1), Art. 10, <http://nbn-resolving.de/urn:nbn:de:0114-fqs1101108>.

Fadul, F.M. (2018) Família no alvo das políticas públicas: o que intersectorialidade tem a ver com isso? In. Romagnoli, R.C. (Org.) **A intersectorialidade e seus desafios**. pp. 115-128.

Ferreira, B. C. L. (2015). **Presente temporário, futuro temerário: estudo exploratório da síndrome de burnout em funcionários de Centros de Acolhimento Temporário**. (Dissertação de mestrado) Universidade de Coimbra Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação. Coimbra, Portugal

Ferreira, J. A., & Moreira, M. I. C.. (2017). O acolhimento institucional na perspectiva dos trabalhadores dos serviços de proteção: múltiplos sentidos. **Psicologia em Revista**, 23(1), 256-273. Recuperado de: <https://dx.doi.org/10.5752/P.1678-9563.2017v23n1p256-273>

Fonseca, P. N.; Albuquerque, a.B.; Lima, B. L.; Santos, J.L.F.; Souza Filho, J.F. (2020). Acolhimento institucional de crianças: avaliação da estrutura física, do funcionamento e da equipe de profissionais. **Psicología, Conocimiento y sociedad**. Montevideo , v. 10, n. 3, p. 48-62. Recuperado de: [http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1688-70262020000300048&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1688-70262020000300048&lng=es&nrm=iso).

Fukuyama, F. (1996). **Confiança: as virtudes sociais e a criação da prosperidade**. Rio de Janeiro: Rocco.

Gulassa, M. L. (2016). Prefácio. In: Moreira, M. I. C. Passos, A. P. P.; Almeida, V. , P. (Orgs). **Cuidar de quem cuida: trabalhadoras e trabalhadores no acolhimento institucional**. Curitiba: CRV. Cap.5, (pp.1-14).

Gomes, L. Ogg. (2021). Infância, participação e socialização. **Psicología, Conocimiento y Sociedad**, 17(1), 85-96. Epub 01 de junho de 2021. Recuperado de: <https://doi.org/10.26864/pcs.v11.n1.6>

Halpern, E. E., Leite, L. M. C., & Moraes, M. C. M. B.. (2015). Seleção, capacitação e formação da equipe de profissionais dos abrigos: o hiato entre o prescrito e o real. **Trabalho, Educação e Saúde**, 13. (Trab. educ. saúde, 2015 13 suppl 1). Recuperado de: <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sip00033>.

\_\_\_\_\_.(2006). Acolhimento Institucional. In. Rizzini, I. Rizzini, I. Naiff. L. Baptista, R. **Acolhendo crianças e adolescentes: experiências de promoção do direito da convivência familiar e comunitária no Brasil**. São Paulo- Cortez; Brasília, DF: UNICEF; CIESPI; Rio de Janeiro, RJ: PUC-RIO. Cap 5. (pp: 87-108).

Lemos, S. de C. A. Gechele, H. H. L.; Andrade, J. V. (2017). Os Vínculos Afetivos no Contexto de Acolhimento Institucional: Um Estudo de Campo. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. V. 33, p. 110. 2017. Recuperado de: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010237722017000100303&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010237722017000100303&script=sci_abstract&tlng=pt)

Maia, S. M.; Batista, J. (2020) Reflexões sobre a autoetnografia. **Prelúdios**: Revista do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UFBA, v. 9, p. 239-245

Mansano, S. R. V. & Liberatto, M. T. C. (2020). Resistir para pesquisar, pesquisar para resistir: construindo uma sustentabilidade afetiva na universidade. **Psicologia em Revista**, 26(1), 436-451. Recuperado de: <https://dx.doi.org/10.5752/P.1678-9563.2020v26n1p426-440>

Melo, E. R. (2020). Prefácio. In: Rizzini, I. & Couto, R. M. B. (Orgs.). **Entre a casa, as ruas e as instituições: crianças e adolescentes em acolhimento institucional no Brasil**. Rio de

Janeiro: PUC-Rio de Janeiro pp. 7-9.

Mendes, K. D. S. Silveira, R. C. C. P. ;Galvão, C. M. (2008). Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto & Contexto - Enfermagem** [online]. v. 17, n. 4 , pp. 758-764.

Minayo, M.C.S (2014). **O desafio do conhecimento pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec.

Ministério do Trabalho e Previdência. (2010). Classificação Brasileira de Ocupações – CBO. Recuperado em 16 de fevereiro de 2023 de CBO - Downloads - 6.0.0 (mteco.gov.br).

Monteiro, B. N. S., Costa, A. C. R. , Cruz, E. J. S., & Magalhães, C. M. C.. (2020). Crianças em acolhimento institucional: dificuldades e possibilidades para a reinserção familiar. **Pensando nas famílias**, 24(1), 128-143. Recuperado de: [denehttp://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-494X2020000100010&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2020000100010&lng=pt&tlng=pt).

Moreira, M.I.C. (2016). Trabalhadoras e trabalhadoras nas casas de acolhimento institucional: diagnósticos e perspectivas. In.: Moreira, M. I. C. Passos, A. P. P.; Almeida, V. , P. (Orgs). **Cuidar de quem cuida: trabalhadoras e trabalhadores no acolhimento institucional**. Curitiba: CRV. Cap.1, pp.(15-42).

Moreira, T. A. S., & Paiva, I. L. de. (2015). A atuação do psicólogo nos Serviços de Acolhimento Institucional de crianças e adolescentes. **Psicologia em Estudo**, 20(3), 507-517. recuperado de: <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v20i3.27288>

Moreira, M.I.C.; Passos, A.P.C.P. Bedran, P.M.; Carellos, S.D.M.S. (2012). A Universidade na rede de proteção à criança e ao adolescente. In: Moreira, M. I. C & Carellos, S.D.M.S. (Orgs). **Famílias e vulnerabilidade social: é possível auxiliar sem invadir**. Curitiba: CRV. Cap.1, (pp. 13-28)

Moreira, M.I.C.Passos, A.P.C.P.Pereira, C. C. (2012).A posição da família nas políticas públicas de proteção: oscilações entre o centro e a margem. In: Moreira, M. I. C & Carellos, S.D.M.S. (Orgs). **Famílias e vulnerabilidade social: é possível auxiliar sem invadir**. Curitiba: CRV. Cap.2, (pp. 27-47).

Nazareth, C. C. G. (2021). Revisão de literatura e revisão sistemática: uma análise objetiva. **Revista Fluminense de Odontologia**. Recuperado de: <<https://doi.org/10.22409/ijosd.v0i55.43132>>. <https://periodicos.uff.br/ijosd/article/view/43132>.

Oliveira, I.F. (2014). O desafio e limites para atuação do psicólogo no SUAS. In:Cruz, L. R. & Guareschi, N. (Orgs). **O psicólogo e as Políticas Públicas de Assistência Social**. Petrópolis/RJ: Vozes. Cap.2; (pp. 35-51).

Oliveira, É. C. S. O. ;Rocha K.A. ; Moreira, L.E.; Huning,S.N. (2019). “Meu lugar é no cascalho”: políticas de escrita e resistências. **Fractal: Revista de Psicologia [online]**. 2019, v. 31, n. sp, pp. 179-184. Recuperado de:<[https://doi.org/10.22409/1984-0292/v31i\\_esp/29043](https://doi.org/10.22409/1984-0292/v31i_esp/29043)>. Epub 20 Dez 2019. ISSN 1984-0292.

Paiva, J. ; Souza, C.; Natali, P. ; Muller, V. ; Bauli, R. (2014). A atuação profissional e formação do educador social no Brasil: uma roda da conversa. **Interfaces Científicas -**

**Educação**.3. 10.17564/2316-3828.2014v3n1p77-88. Recuperado de [https://www.researchgate.net/publication/276119033\\_A\\_atuacao\\_profissional\\_e\\_formacao\\_d\\_o\\_educador\\_social\\_no\\_Brasil\\_uma\\_roda\\_da\\_conversa](https://www.researchgate.net/publication/276119033_A_atuacao_profissional_e_formacao_d_o_educador_social_no_Brasil_uma_roda_da_conversa)

Paludo, S. S.; Mazzoleni, M.; Silva, A. P. C. da. (2018). Expressão de esperança em adolescentes em situação de acolhimento institucional. **Revista da SPAGESP**, 19(1), 76-89. Recuperado de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1677-29702018000100007&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702018000100007&lng=pt&tlng=pt).

Penna, L. H. G., Guedes, C. R., Ribeiro, R., Pereira, A. L. d. F., Ribeiro, L. V., Carinhonha, J. I., . Teixeira, S. V. B. (2021). O profissional educador social no cotidiano de adolescentes de unidade de acolhimento institucional: Uma revisão integrativa. **Research, Society and Development**, 10(17) . Recuperado de: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i17.24690>

Portella, E. M. B. (2012). Proteção social: a experiência dos adolescentes em acolhimento institucional. 107f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Recuperado em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/509?mode=full#:~:text=https%3A//tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/509>

Putnam, R. D. (2006) Capital Social e desempenho institucional: dilemas da ação coletiva. In: **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Robert D. Putnam, com Robert Leonardi e Raffaella Y. Nanetti; tradução Luiz Alberto Monjardim.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV. Cap. 6 (pp 174-194).

Putnam, R.D. (2003). **El declive del capital social: un estudio internacional sobre las sociedades y sentido comunitario**. Trad. José Luis G. Aristu. 1ª ed. Galaxia Gutenberg-Barcelona/ Espanha.

Raimondi, G. A., Moreira, C., & Barros, N. F. de ..(2019). O corpo negado pela sua “extrema subjetividade”: expressões da colonialidade do saber na ética em pesquisa. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, 23, e180434. Recuperado em: <https://doi.org/10.1590/Interface.180434>

Rego, Teresa Cristina e Moraes, José Geraldo Vinci de (2017). Individualização e processos de construção identitária na contemporaneidade: a perspectiva de François de Singly. **Educação e Pesquisa** [online]. 2017, v. 43, n. 2 , pp. 585-617. Recuperado de: <<https://doi.org/10.1590/S1517-97022017430200201>>. ISSN 1678-4634. <https://doi.org/10.1590/S1517-97022017430200201>.

Rodrigues, P. D. (2015). **A Provisoriedade do abrigo e a produção de afetos: estudo sobre assujeitamento /resistência em adolescentes inseridos em unidades de acolhimento**. Curitiba:Appris.

Rossetti-Ferreira, M. C. Serrano, S. A.; Almeida, I. G.(Orgs). (2012). **O acolhimento institucional na perspectiva da criança**. São Paulo: Hucitec.

Rother, E. T.. (2007) Revisão sistemática X revisão narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem [online]**. v. 20, n. 2, pp. v-vi. Recuperado de: <<https://doi.org/10.1590/S0103-21002007000200001>>. Epub 17 Jul 2007. ISSN 1982-0194. <https://doi.org/10.1590/S0103-21002007000200001>.

Santana, A.B.; Frias, C.; Gueiros, D. A.; Navas, E.P.; Ganev, E.; Ribeiro, e.; Fávero, E.T.; Sette, M.B.A.; Cemente, M. L.; Pizza, M. T.; Castanho, M.V.B.; Giacomini, M. (2008) Famílias de crianças e adolescentes abrigados em São Paulo. In. Fávero, E.T.; Vitale, M.A.F. ; Baptista, M.V. (orgs) **Famílias de crianças e adolescentes abrigados: quem são, como vivem, o que pensam, o que desejam**. Introdução pp. 25-105. São Paulo - Paulus.

Santos, C. M. dos, & Biancalana, G. R. (2017). Autoetnografia: um caminho metodológico para a pesquisa em artes performativas. **Revista Aspás**, 7(2), 53-63. <https://doi.org/10.11606/issn.2238-3999.v7i2p53-63>.

Santos, M. R. R. dos., & Costa, L. F. (2007). O tempo na trajetória das famílias que buscam a justiça. **Revista Do Departamento De Psicologia**. UFF, 19(1), 111–126. <https://doi.org/10.1590/S0104-80232007000100009>

Santos, S. M. A. (2017). O método da autoetnografia na pesquisa sociológica: atores, perspectivas e desafios. **Plural**, 24(1), 214-241. Recuperado de: <https://doi.org/10.11606/issn.2176-8099.pcs0.2017.113972>.

Sarti, C. A. Famílias Enredadas In. Acosta , Ana ; Vitale , M. A. F (organizadoras). **Família, Redes, Laços e Políticas Públicas**. 25ª Ed. São Paulo Cortez, 2010 ,( p.21-36)

Sawaia, B. (Org.) (2001). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Vozes.

Senado Federal do Brasil (2015). Projeto de Lei nº 328/2015. Dispõe sobre a regulamentação da profissão de educadora e educador social e dá outras providências. Apresentado pelo senador Temário Mota em 2 de junho de 2015. Brasília, DF, 2015.

Setton, M. da G. J.. (2002). A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. **Revista Brasileira De Educação**, (20), 60–70. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782002000200005>

Silva, S. C.P.S. et al. (2015). A síndrome de burnout em profissionais da Rede de Atenção Primária à Saúde de Aracaju, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva** [online]. v. 20, n. 10 , pp. 3011-3020.

Singly, F. de. (2006). **Uns com os outros: quando o individualismo cria laços**. Lisboa. Instituto Piaget.

Singly, F. de. (2007). **Sociologia da família contemporânea**. Peixoto. E. C. [Trad.(a)]. Rio de Janeiro. FGV.

Soares, L. C. E. C.; Souza, F. H. O; Cardoso., F. S.(2015). Convivência familiar em três cenários: acolhimento institucional, famílias recasadas e violência doméstica. **Psicologia Argumento**, [S.l.], v. 33, n. 82, nov. ISSN 1980-5942. Recuperado em: <<https://periodicos.pucpr.br/index.php/psicologiaargumento/article/view/19587>>

Souza, C. (2018). **A experiência do cuidado em uma casa de acolhida: os sentidos produzidos pelas cuidadoras**. Belo Horizonte. 87f.: il. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Psicologia III. Recuperado em: < [http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/Psicologia\\_SouzaC\\_1.pdf](http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/Psicologia_SouzaC_1.pdf) > .

Souza, L. M. (2013). O conceito de *habitus* e campo: princípios que sustentam o *ethos* dos docentes da educação agrícola. In: II Colóquio Nacional a Produção do Conhecimento em Educação Profissional. Natal/RN. O conceito de *habitus* e campo: princípios que sustentam o *ethos* dos docentes da educação agrícola.

Souza, F. H. O.(2017). **Parentalidade para quem?: a convivência familiar no acolhimento institucional**. 198 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Souza, M. T.; Silva, M. D.; Carvalho, R. (2010) Revisão integrativa: o que é e como fazer?. **Einstein (São Paulo)** [online]. v. 8, n. 1, pp. 102-106. Recuperado em: <<https://doi.org/10.1590/S1679-45082010RW1134>>. ISSN 2317-6385. <https://doi.org/10.1590/S1679-45082010RW1134>.

Tironi, S. (2017). Criança, participação política e reconhecimento / Children, political participation and recognition. **Revista Direito e Práxis**, 8(3), 2146-2172. Recuperado em: doi: <https://doi.org/10.12957/dep.2017.23563>

Uwe, F. (2013). **Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes**. Porto Alegre: Penso.

Varella, S. F. (2004). O levantamento de informações sobre direitos violados de crianças e adolescentes no sistema de informações para a infância e adolescência (SIPIA – MÓDULO I): Conteúdo E Metodologia. Brasília. Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA)/Ministério da Justiça.

Veiga, C. R. da, Lage, A. Áurea, & Soares, L. C. E. C. (2023). Acolhimento no Sistema de Justiça: Saberes e Fazeres da Prática Psicológica. **Estudos E Pesquisas Em Psicologia**, 23(2), 503–522. <https://doi.org/10.12957/epp.2023.77696>

Versiani, D. B. (2013). Autoetnografia: uma alternativa conceitual. **Letras De Hoje**, 37(4). Recuperado de <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/14258>

Wendt, B. & Dell’Aglío, D.D.(2020). Cuidando de quem cuida: desenvolvendo práticas educativas positivas no contexto do acolhimento institucional. In: Zappe, J. G. Zappe, Dias A.C. G. Dias, Lordello, S. R. M.(Orgs.).**Compromisso social com crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade : o papel da extensão universitária na área de direitos humanos e justiça**. Cap. pp. 193-209. Recuperado em: [https://editoraufsm.com.br/downloadable/download/linkSample/link\\_id/30/](https://editoraufsm.com.br/downloadable/download/linkSample/link_id/30/)